

CLIPPING



07/02/2020

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[2.092 aprovados pelo Enem](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O início do ano letivo e a turma de 2030](#)

[Mais formaturas, menos funerais](#)

[Governo de RO manda recolher Macunaíma e mais 42 livros e depois recua](#)

[Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade da Bahia](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Bombou nas redes](#)

[Marinho vira ministro para dar força à área social](#)

[Bolsonarices](#)

[Rondônia manda recolher 'Os Sertões' e 'Macunaíma'](#)

O GLOBO - RJ

[Bolsonaro tira sociedade civil do Fundo do Meio Ambiente](#)

[Rondônia manda recolher livros de escolas e depois recua](#)

[Estudantes encontram erro na lista de espera do Sisu](#)

Revistas

CRUSOÉ

[O bom soldado](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[O mar vira muro para migrantes](#)

A CRÍTICA - AM

[SBPC debate mineração na Amazônia](#)

A TARDE - BA

[Paulo Freire, com aleluia](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Verbas ao Ensino Médio Integral](#)

[Falta de dados atrasa pagamentos](#)

[Finlandeses em visita à Feevale](#)

AGENDA DO ENSINO

CORREIO POPULAR – SP

[Anarquia gerencial](#)

[Jonas insiste no modelo da escola cívico-militar](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Anarquia gerencial](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL

[Anarquia gerencial](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Anarquia gerencial](#)

MEIO NORTE - PI

[Anarquia gerencial](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Aprovação](#)

[Deputados aprovam reajuste para professores do Maranhão](#)

O LIBERAL - PA

[Anarquia gerencial](#)

O POPULAR - GO

[Bolsonarices](#)

[Agências de notícias e sites](#)

180 GRAUS

[Universidade Estadual do Piauí divulga edital de seleção de coordenador da UAB](#)

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Brownies com produtos amazônicos, livre de glúten, lácteos e conservantes é desenvolvido no Amazonas](#)

BOL NOTÍCIAS

[Urbanismo militar: como a tecnologia transforma cidades em campos de guerra](#)

GR NEWS

[Capes disponibiliza 20 bolsas de doutorado nos Estados Unidos](#)

O DEBATE - MA

[Projeto de leite humano em pó é o vencedor do Prêmio Péter Murányi](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC cria nova regra para mudança de curso no Fies](#)

[MEC restringe aprovação de viagens e limita trabalho de pesquisadores e cientistas
Rondônia manda recolher livros de Machado de Assis e Nelson Rodrigues e depois recua](#)

[Amigo de Paulo Freire e inventor da Redação no vestibular: quem é Rubem Alves, autor que o governo de Rondônia esconderia](#)

CORREIO 24 HORAS

[Com cursos na área de saúde, Faculdade Santa Casa é lançada nesta quinta](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Lewandowski relatará pedido de impeachment de Weintraub](#)

G1

[UnB divulga lista de aprovados pelo Enem para 1º semestre de 2020](#)

[Alunos da rede municipal de Sorocaba iniciam ano letivo em escolas com obras inacabadas](#)

[País protestam após escola fechar as portas por falta de recursos em Ananás](#)

[Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade no sudoeste da Bahia](#)

[Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas Macunaíma e mais 42 livros; secretário diz ser rascunho](#)

[Escola cívico-militar: MP defende aval prévio de três conselhos e Campinas insiste em nova votação](#)

[Ministro da Educação não trata com seriedade tema primordial para evolução do país, diz Doria](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro troca ministro do Desenvolvimento Regional](#)

[Ministros podem sofrer impeachment? Weintraub é alvo de ação no STF](#)

[MEC segura quase 20 mil contratações, e federais temem falta de professores](#)

[Parlamentares pedem impeachment de Weintraub no STF; Lewandowski julgará](#)

[Agências de notícias e sites](#)

TERSINA DIÁRIO

[Uespi divulga edital de seleção de coordenador da UAB](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Depois de #erronoem e #erronosisu, alunos reclamam de suposto #erronalistadeespera](#)

G1

[Candidatos reclamam de erro na lista de espera do Sisu](#)

METRÓPOLES

[Lewandowski será relator de pedido de impeachment de Weintraub](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Tábata Amaral pede impeachment de ministro: Weintraub é pior que Vêlez](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA REGIÃO

[Criacionismo](#)

O RIO BRANCO - AC

[Ministério da Educação abre edital para capacitação de professores da Educação Básica no Canadá](#)

A GAZETA - MT

[Teste avalia rapidez na leitura](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[BUGALHOS](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[FUNDEB e as contas municipais](#)

[Projeto de reajuste municipal deve ir a plenário na próxima semana](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Impeachment de Weintraub na pauta](#)

HOJE EM DIA - MG

[DIPLOMA OU CONHECIMENTO?](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Governo estuda fazer Enem seriado](#)

[STF decidirá sobre saída de Weintraub](#)

[Legado do MEC causa rusga](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Educação](#)

MEIO NORTE - PI

[BUGALHOS](#)

O DIA - PI

[Nota do Enem permitirá ingresso na Universidade Aberta do Brasil](#)

O ESTADO - MS

[Professores contratados](#)

O LIBERAL - PA

[Prefeita assumirá o comando da Seduc](#)

O POPULAR - GO

[Deputados vão ao STF pedir impeachment de Weintraub](#)

O TEMPO - MG

[MEC quer aplicar Enem a cada série](#)

[Impeachment - Deputados pedem saída de Weintraub](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Bolsas CAPES – Fulbright Brasil para doutorado pleno nos EUA](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Bolsas CAPES – Fulbright Brasil para doutorado pleno nos EUA](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Cinco razões pelas quais o Enem não vai mudar agora](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ESPECIAL

2.092 aprovados pelo Enem

Candidatos aptos a ingressar na Universidade de Brasília poderão efetuar a matrícula entre as 9h de hoje e as 18h de domingo

UNB

O resultado dos candidatos aprovados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para a Universidade de Brasília (UnB) foi divulgado ontem pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe). No total, 2.092 estudantes conquistaram vagas nos quatro câmpus da instituição de ensino superior. Os novos alunos poderão fazer a matrícula entre as 9h de hoje e as 18h de domingo pelo site www.boasvindas.unb.br.

Além da confirmação da inscrição, os aprovados deverão fazer o upload dos documentos exigidos pelo edital confirmando o preenchimento de todos os requisitos. No registro on-line, são pedidos documentos de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), certificado de conclusão do ensino médio, histórico escolar do ensino médio, declaração de quitação eleitoral e declaração de quitação do serviço militar, se for o caso. O passo a passo está descrito na Agenda do Calouro, também disponível no site da UnB.

Se o registro acadêmico não for feito dentro do prazo, o estudante perderá o direito à vaga, que será disponibilizada para os aprovados na próxima chamada do processo seletivo.

Sisu

Neste ano, a UnB mudou uma das formas de seleção para ingresso nos cursos de graduação. O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) não foi adotado. Mesmo com a alteração, os candidatos usam a nota do Enem, mas, em vez de aplicá-la na plataforma do Ministério da Educação (MEC), eles tiveram de se inscrever em edital próprio da UnB e indicar o Enem como critério classificatório.

Passo

a

passo

» Acesse o portal da Universidade de Brasília (UnB) pelo endereço www.boasvindas.unb.br.

» Faça o upload dos documentos exigidos (a descrição detalhada está na Agenda do Calouro, também disponível no site)

» Após cumprir essa etapa, o estudante deverá acessar o link servicos.unb.br/publico/#/recuperarsenha para fazer a matrícula nas disciplinas. Basta aceitar toda a oferta, e o estudante estará devidamente matriculado.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

O início do ano letivo e a turma de 2030

Precisamos pular etapas e oferecer educação de qualidade a todos

Nesta semana, começaram as aulas na maior parte das escolas do país. Olho para o meu neto de 7 anos que, orgulhoso, ostenta uma mochila. Afinal, ele agora é aluno do 2º ano do ensino fundamental e tem diferentes livros didáticos para carregar! Dou-me conta, em seguida, que ele é da turma que se forma em 2030, data limite para que nossos compromissos com a educação de todos os brasileiros sejam cumpridos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2020/02/o-inicio-do-ano-letivo-e-a-turma-de-2030.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Mais formaturas, menos funerais

Brasil precisa de ampla coalizão para enfrentar a desigualdade

"Rezo para que minha família um dia frequente menos funerais e mais formaturas." As palavras ditas por Douglas, um morador de São Gonçalo (RJ), me chegaram aos ouvidos com o barulho e o impacto de um tiro. O pai de Douglas morreu baleado antes que Douglas tivesse nascido; a mãe dele foi assassinada quando ele tinha 11 anos. O primo, criado como irmão, teve o mesmo destino. Como tantas crianças, ele foi forçado a sair da escola para ajudar a avó que o criou para

pagar as contas da casa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/02/mais-formaturas-menos-funerais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo de RO manda recolher Macunaíma e mais 42 livros e depois recua
Determinação também incluía obras de Kafka, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar e Rubem Fonseca, entre outras

Brasília

A Secretaria de Educação de Rondônia distribuiu nesta quinta-feira (6) um memorando e uma lista de livros para serem recolhidos das escolas por conterem o que foi definido como "conteúdos inadequados" a crianças e adolescente. A pasta voltou atrás após questionamentos à medida.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro-manda-recolher-macunaíma-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade da Bahia

Uesb abriu processo administrativo após denúncia; instituição não faz verificação pessoal durante inscrição

Vitória da Conquista (BA)

Um homem de 38 anos de pele clara e cabelo ruivo conseguiu uma vaga no curso de medicina da Uesb (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia) após concorrer nas cotas raciais e se autodeclarar pardo no momento da matrícula.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/estudante-ruivo-afirma-ser-pardo-e-entra-por-cotas-raciais-em-medicina-em-universidade-da-bahia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Bombou nas redes

Bia Kicis - Deputada Federal (PSL-DF)

"Impeachment só porque o ministro Abraham Weintraub não reza na cartilha do Todos pela Educação? Respeitem o resultado das urnas."

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Marinho vira ministro para dar força à área social

Em ano eleitoral, Bolsonaro troca comando do Ministério do Desenvolvimento Regional, responsável por programas de moradia e saneamento disputados por prefeitos

BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro demitiu Gustavo Canuto e nomeou Rogério Marinho, secretário especial de Previdência, para o cargo de ministro do Desenvolvimento Regional, que cuida do Minha Casa Minha Vida. Com a mudança, Bolsonaro quer fortalecer a área social.

Sem avisar nem mesmo seus aliados, o presidente Jair Bolsonaro dispensou ontem o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e chamou para o seu lugar o exdeputado Rogério Marinho, até então secretário especial da Previdência e braço direito do titular da Economia, Paulo Guedes. Canuto foi o quinto ministro a cair desde o início do governo.

A decisão foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União. O Ministério do Desenvolvimento Regional tem grande influência nas políticas municipais e é responsável pelo Minha Casa Minha Vida, programa que Bolsonaro pretende turbinar este ano. O ministério é

considerado prioritário em ano de eleição, por controlar recursos de interesse de prefeitos e parlamentares, como verbas para construção de cisternas, moradia e obras de saneamento.

Próximo ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e filiado ao PSDB, Marinho foi o principal articulador do governo para a aprovação da reforma da Previdência. Natural do Rio Grande do Norte, ele tem boa relação com o Congresso, tanto que chegou a ser cotado para assumir a Casa Civil, comandada por Onyx Lorenzoni. Bolsonaro preferiu, porém, que ele ficasse no comando da pasta.

Marinho também foi relator da reforma trabalhista quando era deputado. Até agora, ele articulava a aprovação do programa Verde Amarelo, que prevê incentivo à contratação de jovens de 18 a 29 anos. Recentemente, ele foi criticado por propor a taxaço do seguro-desemprego para bancar o plano.

A mudança no Desenvolvimento Regional já havia sido cogitada no ano passado, quando o Planalto abriu uma frente de negociação com a Câmara e o Senado para obter apoio político, recriando o Ministério das Cidades. Como o acordo não foi adiante, Canuto acabou permanecendo no cargo.

O presidente estava contrariado com o desempenho de Canuto, que não conseguiu reformular o Minha Casa Minha Vida. O orçamento do programa era de R\$ 4,2 bilhões em 2019, mas caiu para R\$ 2,8 bilhões neste ano. Nos bastidores, o diagnóstico é que o agora ex-ministro não tinha nem mesmo interlocução com Guedes. Na dança das cadeiras, Canuto assumirá a direção da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). Para o lugar de Marinho na secretaria especial da Previdência foi escalado Bruno Bianco, atual adjunto.

As novas mudanças na equipe ocorrem após Bolsonaro afirmar, em entrevista ao Estado, que dará "cartão vermelho" a quem usar o cargo para tirar proveito eleitoral. "Se algum ministro quer ser eleito, que abra o jogo. E se, porventura, estiver usando ministério para seu respectivo Estado, vai pegar um cartão vermelho de primeira", afirmou o presidente.

O núcleo político do Planalto avalia que a falta de uma agenda com visibilidade na área social é um dos principais problemas da gestão Bolsonaro, que viu sua popularidade cair nas últimas pesquisas, e pode causar ainda mais embaraços em um ano de eleições. Um dos objetivos do Planalto, agora, é tentar criar uma marca social e ter entrada no Nordeste, reduto de políticos petistas. O Estado apurou que o presidente quer dar ao social a mesma credibilidade obtida pelos ministérios da Economia, controlado por Guedes, e da Justiça, comandado por Sérgio Moro.

Mudanças. Outro ministro cotado para deixar o governo, Abraham Weintraub (Educação), deve se manter na Esplanada, dependendo das circunstâncias políticas. Mas Bolsonaro também tem outros planos para ele. Uma das possibilidades é transferi-lo para o comando da fundação que montará o programa do Aliança pelo Brasil.

Se essa ideia vingar, Weintraub ficaria responsável por desenhar a base intelectual do bolsonarismo. O novo partido, no entanto, ainda está em fase de coleta de assinaturas e dificilmente conseguirá sair do papel a tempo de disputar as eleições municipais.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ELIANE CANTANHÊDE

Bolsonarices

Numa semana em que o governo agiu bem em relação ao coronavírus, Bolsonaro preferiu ser pródigo em bolsonarices.

Num dia, o presidente Jair Bolsonaro irritou todos os governadores do País ao lançar o desafio de zerar os impostos sobre combustíveis. No dia seguinte, o mesmo presidente Jair Bolsonaro começou a driblar os governadores do Nordeste ao nomear para o Ministério do Desenvolvimento Regional o economista e ex-deputado Rogério Marinho, político e técnico.

Neto de Djalma Marinho, influente político da Arena e do PDS, partidos de apoio ao regime militar, Rogério Marinho reúne várias qualidades simultaneamente: respeito do presidente, ampla

interlocução no Congresso, simpatia da mídia e confiança do mundo empresarial, depois de virar o principal negociador da reforma da Previdência.

Seu outro grande trunfo é ser do Rio Grande do Norte, num momento em que Bolsonaro quebra a cabeça para furar o bloqueio dos governadores da região – reduto do PT e seus aliados – e penetrar no grande e promissor eleitorado nordestino. De olho, claro, nas eleições municipais e, principalmente, nas presidenciais de 2020.

Enquanto abre alas no Nordeste, Bolsonaro lançou o tal desafio para todos os governadores: se eles zerarem o ICMS sobre combustíveis, o governo federal zera PIS, Cofins e Cide sobre o produto. Os governadores de São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio e Espírito Santo fizeram fila para reagir, mas quem resumiu tudo muito bem foi o paulista João Doria.

Se Wilson Witzel (RJ) partiu para a grosseria, chamando Bolsonaro de “esse sujeito irresponsável”, Doria foi elegante, mas duro e efetivo, acusando o presidente de fazer uma “bravata” e apelar para o “populismo”. Essas foram as duas palavras mágicas da reação geral de governadores.

E por quê? Primeiro, porque é absolutamente inviável zerar os impostos sobre combustíveis, que renderam mais de R\$ 27 bilhões à própria União em 2019 e são fundamentais para as receitas estaduais. Segundo, porque, tanto quanto sabe que a ideia é inviável, o presidente sabe que é o que a sociedade brasileira e as empresas adoram ouvir. Ou seja: ele fez a bravata de prometer o que não pode entregar e, ao mesmo tempo, jogou no colo dos governadores a culpa pelos impostos dos combustíveis. Assim é fácil, não é?

A única curiosidade nessa história mal ajambrada é o silêncio sepulcral do ministro da Economia, Paulo Guedes. O que ele poderia dizer? O coitado ficou entre a cruz e a espada: ou desmentir o presidente e chefe ou admitir o inadmissível. Afinal, toda a energia de Guedes é pelo esforço fiscal, pelo controle dos gastos públicos, pelo equilíbrio entre receitas e despesas. Cortando receitas? Às vésperas da entrega da reforma tributária ao Congresso?

Numa semana em que o governo agiu bem e rápido em relação ao coronavírus, Bolsonaro preferiu ser pródigo em bolsonarices e atacou novamente na área mais sensível internacionalmente: Meio Ambiente. Uma atrás da outra, anunciou o projeto que escancara reservas indígenas ao garimpo, exploração de gás e petróleo, hidrelétricas, pecuária, agricultura e turismo; limou a sociedade civil, inclusive a respeitada SBPC, do conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); autorizou a pesca esportiva em unidades de conservação ambiental.

Parênteses: multado por pescar em local proibido, ele, depois de eleito, já conseguiu anular a própria multa, punir o fiscal que cumpriu sua obrigação e, agora, liberar geral. Impessoalidade zero.

Diante de tudo isso, as bobagens que o presidente disse ficam em segundo plano, apesar de não serem só “bobagens”: “pessoa com aids é despesa para todos no Brasil”; “se puder, um dia, confino os ambientalistas na Amazônia”; “eu sou imbroxável (sic)”. Constrangedor.

O governo age bem no coronavírus, presidente ataca Meio Ambiente e diz bobagens

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Rondônia manda recolher ‘Os Sertões’ e ‘Macunaíma’

O governo de Rondônia mandou recolher das bibliotecas escolares uma lista com 43 livros, incluindo Os Sertões e Macunaíma. Alegação era de que tinham “conteúdo inadequado”. Depois, recuou.

O governo de Rondônia pediu ontem que fossem recolhidos dezenas de livros das bibliotecas das escolas, incluindo clássicos da literatura brasileira como Os Sertões, Macunaíma e Agosto. A alegação era de que as obras tinham “conteúdos inadequados para crianças e adolescentes”. O governo chegou a negar a existência do documento, mas depois mandou a rede “abortar” o

procedimento e alegou que o secretário de Educação não o assinou.

O Estado teve acesso ao memorando no início da tarde, que incluía uma lista com 43 livros brasileiros que deveriam ser “entregues ao Núcleo do Livro Didático” da Secretaria Estadual da Educação. O texto estava em nome do secretário, Suamy Lacerda de Abreu, mas a assinatura eletrônica no sistema era da diretora de Educação, Irany de Oliveira Lima Moraes, terceira na hierarquia da secretaria. O Estado procurou Irany, mas ela não respondeu ao contato. O secretário Abreu também não respondeu.

Professores e outros funcionários da rede foram informados sobre o documento, datado de ontem, pelo sistema interno do governo. No entanto, às 14h15, o memorando foi tornado “restrito” e não era possível mais visualizar seu conteúdo.

O governador de Rondônia é o Coronel Marcos Rocha (PSL), que já foi chefe do Centro de Inteligência da PM e secretário de Educação de Porto Velho. Professores que falaram com a reportagem pediram para não terem nomes publicados por medo de perseguição. “As coordenadorias receberam mensagens já pedindo para que os livros fossem separados porque passariam para recolher”, conta um deles. Outros professores disseram que os livros já haviam sido até mesmo colocados em caixas para recolhimento.

Fake. Integrantes do governo chegaram a dizer que o documento era fake news, mas depois não confirmaram oficialmente a resposta. Posteriormente, a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) disse em nota que “recebeu uma denúncia que nas bibliotecas das escolas estaduais havia livros paradidáticos com conteúdos inapropriados para o público-alvo, alunos do ensino médio”. “Diante disso, a equipe técnica da secretaria analisou as informações e constatou que os livros citados eram clássicos da literatura. Sendo assim, o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Bolsonaro tira sociedade civil do Fundo do Meio Ambiente

Das 18 cadeiras do conselho deliberativo do FNMA ficaram apenas seis, todas indicadas pelo governo federal; ‘fundo não existe mais’, lamenta ex-ministro

SÃO

PAULO

Um decreto do presidente Jair Bolsonaro excluiu a sociedade civil da gestão do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), órgão que seleciona projetos a serem financiados na área ambiental. O conselho deliberativo do FNMA tinha 18 cadeiras que, além de órgãos públicos, incluíam representantes de ONGs, cientistas, movimentos sociais, estados e municípios. Agora, ficaram apenas seis, todas do governo federal.

O fundo deve complementar a ação do governo na política de meio ambiente, por meio de projetos que têm a contratação decidida com a participação do conselho. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), desde que foi criado, em 1989, o fundo aprovou 1.446 projetos e desembolsou R\$ 270 milhões. São medidas para reflorestamento, tratamento de resíduos, conservação de biodiversidade, educação ambiental e outras, realizadas por instituições não lucrativas, governos estaduais e prefeituras.

— A falta de participação da sociedade civil desvirtua totalmente a natureza do FNMA —disse ao GLOBO o ex-ministro do Meio Ambiente José Sarney Filho. — Posso dizer que o fundo tal como foi criado não existe mais. O conselho é a alma do fundo.

Não foi a primeira vez que o governo reduziu a presença da sociedade em órgãos ambientais. ONGs, associações e entidades de classe já perderam assentos no Conselho Nacional de Meio Ambiente, na Comissão Executiva para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, e no Fundo Clima.

PEDIDO

A

SALLES

Uma das cadeiras extintas no FNMA foi a da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

(SBPC), maior entidade de cientistas do país. Para Vera Almeida-Val, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e integrante do corpo diretivo da SBPC, a mudança reduz a transparência na seleção dos projetos.

— A sociedade civil representa o anseio público por aplicação coerente, uso sustentável e conservação do meio ambiente —afirma.

Segundo a cientista, a SBPC avalia se juntar com outras entidades para pedir ao ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que reveja a medida.

O FNMA também tem sofrido contingenciamento de recursos. Dos R\$ 51,8 milhões orçados para 2019, apenas R\$ 290 mil foram aplicados, basicamente para gestão do próprio fundo. Para este ano, o orçamento é de R\$ 33 milhões.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Rondônia manda recolher livros de escolas e depois recua

Entre os 43 títulos considerados 'inadequados' estão clássicos de Machado de Assis e Mário de Andrade

A Secretaria de Educação de Rondônia mandou recolher 43 livros das escolas da rede pública estadual e depois voltou atrás. Entre as obras, estavam as de autores como Machado de Assis, Ferreira Gullar, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, Franz Kafka e Edgar Allan Poe.

A decisão foi revelada pelo vazamento de um ofício interno assinado pelo secretário estadual de Educação, Suamy de Abreu.

— (O que houve é que) técnicos da secretaria estavam fazendo um estudo e, de repente, alguém entrou numa página e já publicaram — disse o secretário ao GLOBO.

RUBEM ALVES NA MIRA

No ofício, o governo pede que os servidores “verifiquem os kits de livros paradidáticos encaminhados às escolas para compor o acervo das bibliotecas” e “procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente”.

A justificativa é a de que as obras contêm “conteúdo inadequado às crianças e adolescentes”.

A lista inclui títulos como “Memórias póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis; “A vida como ela é” e “Beijo no asfalto”, de Nelson Rodrigues; “Contos de terror, de mistério e de morte”, de Edgar Allan Poe; “O castelo”, de Franz Kafka; “Macunaíma”, de Mário de Andrade, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, além de livros de Carlos Heitor Cony e 19 trabalhos de Rubem Fonseca. Há ainda a seguinte observação: “Todos os títulos de Rubem Alves devem ser recolhidos”. O autor é educador e teólogo, fundador da Teologia da Libertação.

O secretário chegou a afirmar ao site Rondônia Dinâmica que o documento era falso. O GLOBO confirmou, no entanto, que o ofício consta do Sistema Eletrônico de Informações (SIE), classificado como sigiloso.

O texto do ofício ressalta a importância de “estarem atentos às demais literaturas já existentes ou que chegam nas escolas para uso de atividades escolares, a fim de que sejam analisadas, e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimento e desconfortos”.

Rondônia é governada pelo Coronel Marcos Rocha (PSL), alinhado com o presidente Jair Bolsonaro.

DEBATES

MONITORADOS

Educadores do estado já haviam reclamado de ofício de setembro em que a secretaria de Educação determinou que qualquer realização de “debates, palestras, seminários” dentro das escolas da rede estadual só poderiam acontecer após autorização da pasta. A justificativa é a de que é preciso “avaliar a pertinência do tema proposto”.

— Qualquer tema de debate aqui tem que passar pela secretaria antes — afirma um professor, que não quis se identificar.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Estudantes encontram erro na lista de espera do Sisu

No terceiro protesto do ano contra falhas do MEC, candidatos dizem que site não registra inscrição para repescagem de vagas

Candidatos que estão na lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) relataram um novo problema no portal que distribui as vagas das universidades públicas brasileiras.

Eles reclamam que estudantes que colocaram apenas uma opção de curso e pediram para concorrer a uma vaga na lista de espera aparecem no sistema como se não tivessem manifestado interesse na repescagem.

A lista de espera é uma alternativa para candidatos que não conseguiram nota suficiente no Enem para garantir vaga no curso escolhido. Isso é possível porque parte dos candidatos aprovados acaba desistindo dos cursos, e as vagas são redistribuídas para a lista de espera. Mas, para concorrer, os candidatos precisam manifestar interesse em entrar na lista, e o prazo para fazer esse registro já terminou.

Esta já é a terceira campanha dos estudantes nas redes sociais para chamar atenção do Ministério da Educação (MEC) para algum problema no processo. Primeiro foi o #erronoenem, depois veio o #erronosisu e agora surge o #erronalistadeespera.

Procurado pela reportagem, o MEC não respondeu até a conclusão desta edição. Também não respondeu aos candidatos que, por enquanto, não sabem se seu interesse na lista de espera está valendo ou não.

Enquanto não recebem uma resposta oficial, alguns estudantes usaram as redes sociais para indicar um caminho para provar a inscrição na lista de espera. Segundo eles, é preciso entrar no site do Sisu por meio de um desktop e gerar o PDF de comprovação da inscrição. O documento, entretanto, não garante que a inscrição esteja sendo levada em conta pelo sistema do site. O Sisu ofereceu 237.128 vagas em 128 instituições.

topo ↕

CRUSOÉ - REPORTAGEM

O bom soldado

Em versão paz e amor, o vice Hamilton Mourão agora evita rugas e demonstra alinhamento com Jair Bolsonaro

Militar como o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, o americano James Stockdale fez de sua vida uma aula magna sobre sobrevivência. Laureado pelos Estados Unidos com a Medalha de Honra da Guerra do Vietnã, durante a qual foi prisioneiro por mais de sete anos, ele costumava dizer que só conseguiram escapar das atrocidades da prisão aqueles que enfrentaram a realidade como ela é, não como gostariam que ela fosse. O ensinamento do vice-almirante e aviador da Marinha americana valeu para Mourão em pouco mais de um ano de governo. Embora ele seja indomável pela natureza do cargo que ocupa, pode-se dizer que o general da reserva, de 66 anos, é, sim, um sobrevivente de um governo que se notabilizou por não ter medo de atirar em quem pensa minimamente diferente.

No início da gestão, enquanto a gritaria nas redes sociais regida pelos filhos do presidente escancarava a ausência de noção e espírito público necessários ao exercício do poder, Mourão parecia ter compreendido o zeitgeist – expressão alemã usada para designar o espírito do tempo – ao tentar encarnar a voz da sensatez. E foi bem-sucedido. Na internet, logo ganhou o carinhoso apelido de “general Mozão”. Para o amante da equitação, porém, o efeito colateral da súbita

popularidade viria a galope. Ao se apresentar como o reverso do presidente, passou a ser acusado de conspirar contra Jair Bolsonaro. E logo virou o alvo preferencial de seus rebentos e das nada inofensivas reinações de Olavo de Carvalho, o ideólogo radicado na Virgínia.

Para que pudesse transitar no governo hoje sem ser torpedeado pelo entourage presidencial, o vice – aconselhado por colegas militares aos quais coube a construção da paz – ajustou-se à política como ela é, uma realidade com a qual estava pouco familiarizado até ascender ao poder. A tormenta transformou o Mourão língua solta em uma pessoa mais comedida. Atualmente, ele pensa mais de dez vezes antes de falar o que dá na telha. Mudou de postura e passou a evitar qualquer tipo de comportamento que tenha potencial de reativar a velha desconfiança do presidente, dos filhos e de seu entorno.

Quando enxerga que pode entrar numa bola dividida com o chefe, contemporiza. Faz questão de deixar claro que quem manda é o presidente. Essa nova postura fica patente nesta entrevista concedida a Crusoé. Instado a descrever sua relação com Bolsonaro hoje, o general disse se portar “exatamente como ele (Bolsonaro) espera do vice-presidente”. “E a minha tarefa é essa. Não é me comportar de outra maneira. Tenho que me comportar da forma como ele deseja e precisa do meu auxílio”, afirmou.

Na nova fase “paz e amor” do vice, a equipe de Mourão busca conferir cada vez mais transparência aos seus atos, para evitar qualquer desconfiança. Todos os encontros são obrigatoriamente registrados na agenda pública com o nome da pessoa recebida em audiência e da entidade ou da empresa representada. A regra aplica-se até mesmo a jornalistas, que, muitas vezes, costumam ser identificados nas agendas de autoridades apenas de forma genérica. A Vice-Presidência também passou a limitar o uso de celulares. A entrada de aparelhos telefônicos no gabinete de Mourão é expressamente proibida. Em caso de entrevistas, como esta, a conversa é gravada pelos próprios assessores e enviada ao repórter ao final do encontro.

A necessidade de mostrar lealdade verifica-se não só na liturgia do local de trabalho, em um dos anexos do Planalto. Por exemplo: no discurso sobre o ministro da Justiça, Sergio Moro, presidente e vice se mostram em sintonia fina. Mourão parece mimetizar as declarações de Bolsonaro ao dizer que ele não é refém de Moro, embora tenha consciência de que o ministro é uma figura popular. “Se por acaso ele tiver que demiti-lo, ele (Bolsonaro) vai demitir e acabou. O presidente não é refém de ninguém”, afirmou o general.

Sobre uma eventual indicação de Sergio Moro ao Supremo Tribunal Federal, Mourão surpreendentemente deixa escapar que tem “outra indicação”, embora saiba que não tem chances de vingar. Para ele, o jogo político só ganhará nitidez no ano eleitoral, a depender do desempenho do governo, sobretudo na área econômica. Otimista, Mourão garante que, se não concorrer novamente à vice-presidência, não pretende ser candidato a qualquer outro cargo eletivo nas próximas eleições gerais. Mas deixa uma porta entreaberta: “Por enquanto”.

Como vai funcionar o Conselho da Amazônia, que o sr. presidirá? O presidente, quando tomou a decisão, compreendeu que existe uma série de esforços de vários ministérios em relação à Amazônia, mas que não estão devidamente coordenados, controlados. Não há um plano de comunicação. Não há um trabalho de inteligência. Então, ele chegou à conclusão que tem que ter uma entidade, um organismo que controle isso. Eu me ofereci como voluntário para realizar essa tarefa, pelo conhecimento que tenho da área. A gente montou um decreto com base em três vetores: preservar, proteger e desenvolver. Agora, o presidente vai assinar o decreto. Existe já um número “x” de ministérios elencados que integrarão esse conselho: GSI, Casa Civil, Justiça, Defesa, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e outros que poderão surgir. O Ministério da Educação e o da Saúde, por exemplo, que pode se envolver com a saúde indígena.

Quando o conselho deve começar a atuar de fato? A sistemática é coordenação, controle, comando, inteligência e informação. Ganhar a guerra da informação. Então, vamos centrar os esforços. Preservação e proteção estão muito ligadas ao Meio Ambiente, à Justiça, à Defesa. Já o desenvolvimento aos ministérios do Desenvolvimento

A escolha do sr. para coordenar o conselho, em detrimento do ministro do Meio Ambiente, representa um enfraquecimento de Ricardo Salles? Não, porque ministro não controla ministro. Vocês têm que entender o seguinte: eu sou ministro, você é ministro. Vou chegar e dizer: "meu amigo, você tem que fazer isso. Tu vai olhar para mim e vai dizer: 'vai cuidar do teu ministério, que eu cuido do meu, pô'". É assim que funciona. Então tem que haver uma autoridade acima, com delegação do presidente. Ele achou pertinente que o vice-presidente fizesse isso.

A gestão de Salles tem sido alvo de críticas. O que o sr. pensa sobre o trabalho dele? Ainda não me debrucei sobre a situação lá dentro do ministério. É uma situação complicada, né? Não é simples. Agora, tudo está centrado em quê? Na guerra da informação. Nós, no ano passado, perdemos a guerra da informação. Fomos apresentados para o resto do mundo como os grandes violões do meio ambiente, quando o Brasil não é. O Brasil tem mais de 60% do seu território coberto por vegetação nativa. A Europa tem 0,36%. A Amazônia está 84% preservada. Se você olhar tecnicamente, pela nossa legislação 80% não podem ser explorados e 20% podem. Em termos de números macro, está correto. Matriz energética: temos uma matriz energética limpa, enquanto o resto do mundo queima petróleo e carvão. Nós somos os culpados?

A derrota na guerra da informação foi só do Ministério do Meio Ambiente ou do governo como um todo? Do governo como um todo. O governo não soube ser proativo. Tem que haver proatividade. E é isso que vamos fazer.

O ministro Onyx Lorenzoni está mesmo desprestigiado, como as últimas medidas do presidente indicam?

Acho que não. A Casa Civil tem uma tarefa primordial: a responsabilidade de controlar e coordenar as políticas públicas desenvolvidas pelos diferentes ministérios. Acho, sinceramente, que o PPI não estava bem colocado ali (na Casa Civil). Isso não é responsabilidade da Casa Civil. Acredito que agora ele vai andar pari passu com o programa de privatização e desestatização, uma vez que muitas das coisas que estão no PPI estão relacionadas a isso. Acho que é uma questão de você ter uma gestão mais eficiente, e a Casa Civil tem essa responsabilidade. Se você for olhar por similaridade, no governo americano o que é a Casa Civil? Quem é o chefe da Casa Civil? É o chief of staff. É o chefe do estado maior, o chefe do conselho de ministros. O Onyx continua com essa responsabilidade.

E o ministro Onyx tem realizado um bom trabalho? Acho que sim.

O governo pretende fazer alguma reforma ministerial nos próximos meses? Esse assunto o presidente não tratou comigo até o presente momento. Só vejo as especulações que existem na imprensa. Então, vamos aguardar alguma decisão que o presidente eventualmente tome em relação aos auxiliares dele.

Outro ministro bastante criticado é o titular do MEC, Abraham Weintraub. Que avaliação o sr. faz do desempenho dele?

O Weintraub assumiu o Ministério da Educação depois de três ou quatro meses da gestão do (Ricardo) Vélez e teve que começar tudo novamente. Uma coisa é você ter participado da transição, trabalhando em cima dos problemas que estavam postos na Educação, e ele não trabalhou. Outra coisa é pegar o carro andando e, ao mesmo tempo, ainda ter que trocar a roda. É complicado. Nas críticas que pesam sobre ele, dou um desconto pela situação em que ele teve que assumir o ministério, montar uma nova equipe, tendo que tocar todas as atividades, inclusive o próprio Enem. O Enem sempre teve seus probleminhas, né? Nunca deixou de ter problemas. Acho que, se a gente quer ser transparente, tem de proceder assim. Houve erros? Houve erros. Vamos reformular, vamos corrigir o que está errado e vamos informar. Acabou e morre aí o assunto.

Há uma visão geral de que Weintraub prioriza a guerra ideológica em detrimento da gestão da educação.

É, talvez o Weintraub seja um defensor, vamos colocar assim, da forma de pensamento do nosso governo de uma maneira bem mais incisiva. Então, ele atrai algumas manifestações contrárias do pessoal da oposição ou de quem, mesmo não sendo da oposição, não gosta desse jeito dele. Mas essa é uma característica. Não acho que ele seja dos mais exacerbados. Ele faz, digamos assim, aquilo que julga que é correto e quem tem que julgá-lo, nesse aspecto, é o presidente.

O presidente é refém da popularidade do ministro Sergio Moro? Em absoluto. O presidente tem plena consciência de que o ministro Sergio Moro trouxe para o nosso governo uma capacidade muito grande à área da Justiça e da Segurança Pública. Ele (Moro) é uma figura popular, o presidente reconhece, mas não é refém do ministro. Se por acaso ele tiver que demiti-lo, ele vai demitir e acabou. O presidente não é refém de ninguém.

Auxiliares do presidente acham que uma eventual saída de Moro poderá representar o fim do governo.

O sr. concorda? Ah, isso aí é... Pô, o Moro vai virar o quê? Amanhã ele vai estar ali na frente do Congresso com uma faixa "Abaixo Bolsonaro"? Não. Ele não vai fazer isso, até porque é um camarada ético e de comportamento sóbrio. É extremamente sóbrio.

Se o sr. fosse presidente, escolheria o ministro Moro para o STF na vaga do decano Celso de Mello?

Eu tenho outra indicação, pô (risos).

Quem?

Não posso falar sobre minha indicação. Isso é segredo. É um magistrado também. Minha indicação seria essa, se o presidente, por acaso, me perguntasse. Óbvio que ele não vai emplacar, mas eu falo (se o presidente perguntar).

Como descreveria sua relação com o presidente hoje?

É uma relação tranquila, de dois companheiros que tiveram uma passagem por dentro do Exército. Eu por muito mais tempo que ele, não é? Nos juntamos em termos de pensamento do que poderia ser feito pelo Brasil. E ele me convidou para ser o vice-presidente. Então, me comporto exatamente como ele espera do vice-presidente. E a minha tarefa é essa. Não é me comportar de outra maneira. Tenho que me comportar da forma como ele deseja e precisa do meu auxílio.

As intrigas palacianas prejudicaram a relação entre vocês?

Você sabe que tem gente que vê chifre em cabeça de cavalo, né? Mas o presidente já tem plena convicção de que sou um auxiliar extremamente confiável e capacitado. Então, ele tem me utilizado naquilo que é necessário.

Já conversaram sobre repetir a chapa de 2018 em 2022?

Está muito longe. Na minha visão, temos que ganhar várias guerras até lá. Aprovar todas as reformas, recolocar o Brasil no trilho do desenvolvimento, no caminho de desenvolvimento sustentável, avançar na queda da pobreza, da desigualdade, melhorar nossos índices educacionais e de desenvolvimento humano, para a gente chegar em 2022. Aí vamos ver como estará o jogo.

Alguém intermediou para que houvesse esse alinhamento maior com o presidente? O alinhamento foi algo natural, fruto do entendimento de que a minha lealdade é inquestionável.

Ficou alguma mágoa dos filhos do presidente ou de Olavo de Carvalho em razão dos ataques? De jeito nenhum.

Qual será sua participação nas eleições municipais deste ano? Meu comportamento será em cima do meu partido, o PRTB. Aqueles candidatos que são do meu partido, eu tenho que apoiar.

Pretende fazer campanha de rua ou subir em palanques? Não posso fazer isso. É complicado porque tem o uso dos meios públicos. Então, será um apoio discreto. Gravar vídeo. Não vou para palanque.

Alguma chance de o sr. se filiar à Aliança pelo Brasil? Não. Permaneço no PRTB, que foi o partido que me acolheu quando decidi entrar na política. O partido vive um momento difícil porque não ultrapassou a cláusula de barreira. Estamos em uma tentativa de reerguer o partido nestas eleições municipais. Se a gente conseguir eleger alguns prefeitos, um bom número de vereadores, será um passo importante para, em 2022, o PRTB voltar ao jogo.

Em 2022, se não for candidato a vice, pretende disputar algum outro cargo eletivo? Não serei candidato a nada se não for candidato a vice. Por enquanto (risos).

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - PENSAR

O mar vira muro para migrantes

Embarcação com 47 migrantes resgatada por navio holandês no Mediterrâneo em janeiro último. Quase 2 milhões chegaram à Europa pelo mar entre 2008 e 2016

No documentário *Lontano dagli occhi* (Longe dos olhos, 2016) sobre a migração no Mediterrâneo, de Domenico Iannacone e Luca Cambi, a médica Cristina Cattaneo, durante a identificação de roupas de migrantes afogados no mar, descreve ao entrevistador os pertences encontrados junto aos corpos. É penosa a tarefa de vasculhar a intimidade daquelas pessoas a partir de documentos, anéis, rosários, fotos, sapatos: a profissional chama a atenção para o fato de que muitos desses viajantes trazem presos dentro da roupa alguns objetos, em uma tentativa de preservar, na dura travessia, algo da vida pregressa.

Cattaneo relata que certa vez encontrou um boletim escolar costurado no bolso do casaco de uma criança. Esse gesto traduziria – comenta – a esperança de que na nova vida o estudo tivesse continuidade. Não houve. Tratava-se de mais uma barca repleta de pessoas que naufragou no mar da Sicília, deixando em Lampedusa traços das vidas que se perderam nas águas. A cena é uma das inúmeras a indicar o que significa hoje encarar essa tragédia – ou melhor, genocídio culposos, nas palavras da escritora Igiaba Scego, já que, depois de mais de 20 anos de sucessivos naufrágios, já não se poderia mais falar de catástrofe inesperada – alerta a escritora –, nascida na Itália e filha de pais somali.

Longe dos olhos alerta para a impossibilidade de ignorar a extensão do que se passa hoje na Itália: impossível não ver, inviável não saber. Está nos jornais, nas paredes, nas passeatas, nos livros, em toda parte. De um país de forte emigração (quase 30 milhões de pessoas em trânsito entre 1800 e 1900 e mais de 2 milhões nos últimos 13 anos), o país se viu transformado em destino de imigração. De outro lado, é também claro que uma parcela enorme dos italianos adere ao slogan nacionalista e xenófobo do político Matteo Salvini: “Primeiro os italianos”. O recado dado aos refugiados e migrantes – não queremos viver com vocês.

É preciso lembrar que se passaram 80 anos desde a promulgação das famigeradas leis raciais italianas, o que gerou inúmeros debates em 2018 para se avaliar essa herança. Tributárias das leis de Nuremberg, decretadas pelo partido nazista em 1935 e importante passo para o crescente ódio contra os judeus na Alemanha e na Europa, essas normas vedavam aos judeus inúmeros direitos, definindo a cidadania a partir do critério do sangue, base do pensamento eugenista e antisemita.

“Não podemos decidir com quem coabitar, isso é hitlerismo”, sentencia Donatella di Cesare, professora de filosofia da Universidade de Roma La Sapienza, autora de inúmeras obras sobre a questão explosiva hoje na Europa (no Brasil, à disposição, seu ensaio *Terror e modernidade*, Editora Ayine) e importante voz no debate sobre a questão da migração. Em seu mais recente ensaio, *Stranieri residenti – Una filosofia della migrazione* (Estrangeiros residentes – Uma filosofia da migração), ela alerta para o perigo de atrelar a cidadania aos critérios do solo e do sangue. Afirma que são mitos potentes, espectros que em nada auxiliam a superar o hiato criado entre o

cidadão

e

o

migrante.

Para a autora, alinhada ao pensamento do filósofo Giorgio Agamben, o direito do terceiro milênio seria o direito de migrar, e mais do que nunca uma política de acolhimento deveria existir na Europa. No entanto, alerta Di Cesare, uma gramática do ódio se instala, separando e hierarquizando: primeiro “nós”, depois “eles”. Não há lugar para todos, segundo essa lógica. Na base, presentes o medo de dividir o emprego, o pânico da criminalidade, a imagem da desordem. O estrangeiro é o inimigo da vez.

Mas seria de fato a Itália o destino incontestado dessa massa humana a se mover pelo planeta? Não exatamente. O antropólogo Andrea Staid (da Naba, de Milão), refuta radicalmente a certeza das invasões bárbaras. Reduzir o fenômeno global das migrações a essa aritmética seria equivocado, já que apenas uma parcela dessa população teria a Europa como meta. Deslocamentos internos na própria África seriam em número muito maior, afirma. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), não estão na Europa os oito países que mais recebem refugiados (entre eles, Turquia, Paquistão, Uganda e Sudão). Mas inúmeros interesses políticos estão em jogo, fazendo prevalecer fortemente a ideia da invasão na Europa e, conseqüentemente, o discurso anti-imigração.

Nesse cenário, inquieta pensar no oceano como palco de um drama que, se não é novo, atinge novas e alarmantes proporções. Quase 2 milhões de migrantes chegaram à Europa pelo mar entre 2008 e 2016, segundo a Acnur. Vale lembrar que Mare Nostrum era a antiga designação romana para o Mediterrâneo, e foi precisamente esse o nome escolhido para batizar a operação humanitária de busca e salvamento da Marinha italiana, que resgatou mais de 160 mil pessoas entre 2013 e 2014. A iniciativa foi extinta, e nos faz pensar na apropriação da expressão, uma vez que no âmbito coletivo o mar nosso cada vez mais se apresenta como espaço segregado e mapeado por uma geopolítica excludente.

Vem de longe essa relação. A força do Império Romano sempre esteve ligada ao meio aquático: seus primeiros aquedutos datam de 300 anos antes de Cristo. A relação milenar de Roma com a água a levou no passado ao epíteto de Regina Aquarum, em função do número de artérias a irrigar a cidade – ainda é possível matar a sede nas milhares de fontanas espalhadas pela paisagem romana, caracterizada pelo som dos sinos e pelo rumor das águas. Mas a metáfora líquida de vitalidade infelizmente não pode ser dissociada do drama que se desenrola debaixo dos nossos olhos. Da generosa Regina Aquarum ao cruel Mare Nostrum, a água ainda sela o destino de muitos indivíduos.

Para o migrante, a travessia do Mediterrâneo é miragem entremeada por inúmeros sacrifícios. Muitos deles nem sequer viram antes o mar, e morrem por não saber nadar. Mas antes de chegar ao oceano, a escassez: para diversos deles, a passagem pelo deserto é tão ou mais dura, e morre-se de sede em meio à viagem. Como então imaginar a chegada?

Igiaba Scego indaga sobre “nascer do lado errado do planeta”, o que altera radicalmente o direito de ir e vir. Scego afirma que o novo apartheid depende da cor dos passaportes, e não da pele, fazendo com que os indivíduos estejam à “mercê de um destino nefasto que condena pela geografia e não por algo que você fez”. Fato é que os passaportes cada vez mais significam força para uns e fragilidade para outros.

Basta recordar o episódio com a bióloga marinha Carola Rackete, que em julho de 2019 foi presa na Sicília ao resgatar do Mediterrâneo 42 refugiados africanos. Ignorando as leis que proíbem navios com migrantes de atracar nos portos italianos, a capitã alemã desafiou as regras estabelecidas pelo então vice-premiê e ministro do Interior Matteo Salvini ao desembarcar na ilha de Lampedusa, correndo o risco de receber pena de até 10 anos de prisão.

Perguntada pelo jornal La Repubblica sobre o porquê de liderar um navio humanitário, afirmou: “Sou branca, nasci em um país rico e tenho o passaporte adequado”. Em um mundo globalizado, de intenso fluxo de mercadorias, sabe-se que as pessoas circulam cada vez menos livremente e a desigualdade dessa condição é alarmante. Para muitos, faltam as “chaves de

papel", preciosa imagem criada por Alejo Carpentier para se referir às fronteiras burocráticas. Não à toa, uma das recorrentes narrativas de hoje na Europa faz alusão ao ato de fechar portas.

Mas nem sempre foi assim. A escritora Nicoletta Bortoltti, em entrevista ao site iodonna.it, afirma que há uma narrativa romântica sobre o emigrante italiano, com sua mala de papel e a esperança de fazer a América. Um exemplo de trabalho e perseverança: "Os migrantes de hoje, no entanto, são vistos como se fossem um rebanho indistinto, sem rostos, sem histórias individuais".

É NECESSÁRIO EVITAR
GENERALIZAÇÕES

Para melhor compreensão, seria necessário avançar além desses estereótipos. A maior parte dos migrantes que chega à Itália hoje trabalha duramente, mas dentro da absoluta ilegalidade (cria-se uma nova forma de escravidão, asseveram especialistas, pois trabalha-se cerca de 10 horas por dia recebendo 2 euros por hora). Vale dizer, é necessário evitar as generalizações (imigrantes honestos no passado, migrantes ilegais e invasores no presente). Sim, o crime organizado também é uma instituição italiana. A Máfia é um legado nada épico deixado na América ao longo dessa travessia.

Certo é que os muros e o mar nos afligem insistentemente. O aniversário da queda do muro de Berlim reacendeu a discussão sobre essa imagem, trazendo a necessidade de admitirmos que eles vêm sendo construídos de forma vertiginosa no tempo presente. São novos e são muitos. Significam o contrário da passagem e da livre circulação. E o oceano, sinônimo de amplidão, se faz parede e vala comum para inúmeros viajantes, como para o jovem cujo boletim pretendia ser o passaporte para uma nova vida. Um cemitério marítimo.

Andrea Camilleri, falecido recentemente, alertava para o que chamava de uma cegueira do futuro, ao dizer que muros internos se constroem rapidamente na Europa. O escritor comparava o nacionalismo de hoje na Itália ao populismo do passado fascista. "No futuro, talvez sejamos nós, os italianos, que precisaremos pedir ajuda, refúgio", sentenciou.

Stefania Chiarelli é professora e pesquisadora de literatura brasileira na Universidade Federal Fluminense. O artigo acima foi realizado com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes)**

topo ↕

A CRÍTICA - AM - SIM & NÃO

SBPC debate mineração na Amazônia

A Comunidade científica, através da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realiza hoje um debate sobre Mineração na Amazônia. O ponto de partida do debate; cuja premissa é que a atividade na região será ampliada e se tomou "impositiva", incomodou movimentos da sociedade civil organizada. Eles pretendem pautar a discussão pelo grau de risco da atividade para a região, que tem outras importantes riquezas além das minerais (a saber: plantas, animais e gente). O seminário começa às 8h30 no auditório do Bosque da Ciência

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Paulo Freire, com aleluia

Mestre em Contabilidade, conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), professor, escritor

Não me recordo se já o fiz neste espaço. Se não o fiz, faça-o. Caso já o tenha feito, escuso-me. Mas, nesses estranhos tempos, confesso que tive pouco acesso a bons livros na minha educação básica (mudam-se os nomes, mas não se mudam as práticas).

Naqueles idos difíceis, poucos eram os livros disponíveis para proporcionar viagens sem se deslocar. Saudades das séries "Vaga-Lume" e "Para Gostar de Ler". Pena que somente a leitura de um exemplar por ano era obrigatória.

Fujo dessa incursão memorial para indagar: por que não uma parceria entre as editoras e este jornal de folhas para reedições dessas séries em formato econômico e venda ao preço de R\$ 9,99? Afinal, nem só CD de "pagode" aumenta vendagens.

Retornando meu barco para o curso, na universidade, não muitos eram os livros recomendados. Hoje, na condição de professor e após centenas de maravilhosas viagens literárias e sempre em busca do meu tempo perdido, procuro inculcar nos alunos o quanto é importante ler para se libertar.

Dos livros que li na academia, dois, em especial, marcaram-me. Coincidentemente, ambos de Paulo Freire, um dos maiores educadores e filósofos do Brasil. Recentemente, de forma tão sombria, tão assacado por alguns energúmenos ideólogos.

Abro dois parênteses. O primeiro para dizer que usei o termo energúmeno no sentido de fanático, mas não estaria longe de usá-lo em outras acepções. O segundo para explicar que ideólogos foi aqui empregado não no seu sentido político (ideias dogmáticamente organizadas como um instrumento de luta), mas sim no filosófico (opiniões dogmáticas de um grupo, seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores).

O primeiro livro de Paulo Freire que li foi "A pedagogia do oprimido". Como se esquecer de que a tendência de todo oprimido é se tornar opressor? Por acreditar nisso, fugi dos extremismos de um lado ou de outro. Procurei seguir reto, pois minha mão esquerda precisa da minha mão direita para juntas edificar. O segundo, "A importância do ato de ler". Essa brochura mostrou-me que, quando se quer aprender, mesmo à sombra de uma mangueira, o quadro negro pode ser o chão; e o giz, um graveto. Li muitos outros livros de Paulo Freire. Comprei outros tantos. Seus ensinamentos, trago-os dentro de mim e, quando posso, repasso-os. Os livros, não os tenho mais. Doe-os à Biblioteca (com letra maiúscula mesmo) do TCE-BA, e lá se encontram para terem suas páginas abertas a fim de possibilitarem novos voos. Afinal, como disse o escritor espanhol Ramón Gómez de la Serna, "um livro é um pássaro com mais de cem asas para voar".

Em arremate, com aleluia, não posso deixar de citar trecho de Paulo Freire, também em "Pedagogia do oprimido": "Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar".

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Verbas ao Ensino Médio Integral

Serão 412 escolas beneficiadas no país. E, no RS, o programa federal atenderá 8 instituições

O Ministério da Educação (MEC) vai investir R\$ 82,3 milhões em recursos para que escolas públicas possam oferecer formação de jovens no Ensino Médio em tempo integral. A ação faz parte do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). Com os recursos, as escolas selecionadas poderão gerar até 41.130 novas vagas para o Ensino Médio em tempo integral. São 412 escolas públicas em 26 unidades da Federação. As vagas são destinadas para matrículas de 2020. Para o secretário de Educação Básica do MEC, Janio Macedo, os recursos aplicados fomentam o aumento da carga horária no ensino dos jovens. "Nosso objetivo é promover maior inclusão, melhores resultados e beneficiar instituições em vulnerabilidade social para reduzir a evasão escolar".

As escolas selecionadas se-piram critérios estabelecidos por portaria do MEC. São eles: mínimo de quarenta matrículas na 1ª série do Ensino Médio; alta vulnerabilidade socioeconômica em relação à respectiva rede de ensino; existência de pelo menos três dos seis itens de infraestrutura exigidos; escolas de Ensino Médio em que mais de 50% dos alunos tenha menos de 35 horas semanais de carga horária; não ser participante do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. MAIS TEMPO NA ESCOLA. O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo

Integral (EMTI) tem objetivo diminuir evasão escolar e repetência por meio de repasse de recursos para as Secretarias de Educação adequarem escolas ao tempo integral.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Falta de dados atrasa pagamentos

Na última quarta-feira (5/2), um despacho da 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas indeferiu a retomada dos pagamentos das parcelas em atraso do Acordo Coletivo de Trabalho, firmado entre sindicatos e a Aelbra, mantenedora da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Pelo documento, todos os créditos, ainda que não vencidos, devem se sujeitar à recuperação judicial e, devido a falta de "informações pormenorizadas sobre o conteúdo de cada um dos termos de rescisões dos contratos de trabalho", foi determinado que "os pagamentos das parcelas permaneçam suspensos". A decisão pede que "se faça uma análise criteriosa caso a caso, identificando-se e apartando-se obrigações anteriores e posteriores ao pedido de recuperação judicial".

Para o ex-professor da Ulbra e presidente da Associação dos Ex-empregados Credores da Ulbra, Felipe Merino, o despacho é resultado da negligência dos sindicatos que "não juntaram ao processo a documentação necessária para a decisão do juiz". Segundo ele, caso os documentos não sejam inclusos no processo ainda nos próximos dias, ex-funcionários realizarão uma manifestação em frente às entidades sindicais, cobrando pela demanda. O diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, informou que ontem a entidade já havia encaminhado a documentação necessária para Ulbra, junto com uma notificação solicitando o pagamento dos funcionários demitidos após o ajuizamento da recuperação judicial, em 6/5/2019.

Em nota, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Privado dos Vales do RS (Sintep Vales), afirmou que o juiz indeferiu o pedido da entidade entendendo que a documentação presente nos autos era insuficiente para definir quais créditos podem continuar sendo pagos pela Ulbra e quais créditos deverão ser inscritos na recuperação judicial, "embora o administrador judicial tivesse juntado, na última quarta-feira, uma relação detalhada de todos os trabalhadores que aderiram ao ACT, com nome completo, data da dispensa e valores a receber".

O Sintep Vales assegurou que os documentos dos mais de 350 trabalhadores que aderiram ao acordo já estavam sendo digitalizados para unirem-se ao processo e que nova notificação foi encaminhada à Aelbra, pedindo que estabeleça as parcelas rescisórias dos trabalhadores dispensados após 6/5/2019. Também solicitou a regularização do pagamento de cerca de 30 trabalhadores dispensados entre dezemb-ro/2019 e janeiro/2020.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Finlandeses em visita à Feevale

Cinco pessoas integram a comitiva da Finland University, que está na Universidade Feevale, nesta semana, para planejar ações que envolvem tanto a graduação como a Educação Básica, incluindo a formação de professores. A parte prática será intensificada a partir de abril, quando começará a capacitação de docentes da Escola de Aplicação Feevale, que já vem adotando a metodologia finlandesa.

A Finland University surgiu a partir de um consórcio firmado por quatro das principais universidades públicas finlandesas —Universidade do Leste da Finlândia, Universidade de Tampere, Universidade de Turku e Abo Akademi —, que atuam no compartilhamento das melhores práticas do sistema educacional daquele país. O sistema finlandês vem garantindo ao país posição de liderança em educação, sendo reconhecido por seu pioneirismo e sucesso na implementação de alguns dos principais pilares da educação no século 21.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

AGENDA DO ENSINO

■ Sisu: Começa hoje a convocação dos candidatos em lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) pelas instituições. O prazo vai até o dia 30/4. Todos os detalhes em: sisu.mec.gov.br.

■ Melhor Idade Uergs: A Universidade Estadual do RS (Uergs) está recebendo inscrições para o

Programa Melhor Idade, que possibilita que pessoas com 30 anos ou mais participem das aulas em disciplinas da graduação ou da especialização da Universidade. As inscrições são on-line e estarão abertas até o dia 21/2. O edital e o formulário estão disponíveis no site proex.ueggs.edu.br.

■ **Creati/UPF:** O Centro de Referência e Atenção ao Idoso da Universidade de Passo Fundo (Creati/UPF), oferece oficinas de férias gratuitas em Passo Fundo, para pessoas acima de 55 anos que desejam conhecer as atividades e praticar atividades físicas e socioculturais. Serão oferecidas 10 oficinas com diferentes temáticas. Inscrições presenciais no Creati, no Campus III, fone (54) 33168580 ou e-mail creati@upf.br.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - COLUNAS

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - CIDADES

Jonas insiste no modelo da escola cívico-militar

Prefeito envia ofício para cobrar data de nova consulta pública

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), afirmou ontem que não desistirá da implantação da escola cívico-militar na cidade. Nesta semana, o chefe do Executivo enviou ofício à juíza Fernanda Silva Gonçalves, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, que em 18 de dezembro de 2019 suspendeu a votação que decidiria a implantação ou não do modelo na Escola Municipal Odila Maia Rocha Brito, no Jardim São Domingos. No documento, pede uma nova data para que seja realizada a consulta pública — uma etapa importante e indispensável na adesão ao programa governo federal.

"Vou continuar insistindo para que a população possa decidir", enfatizou. Jonas disse lamentar a decisão da Justiça e reforçou que sua atitude nunca foi impositiva. "Muitos pais ficaram indignados", acrescentou, contextualizando que os moradores do bairro querem opinar.

O prefeito pediu ainda que, se for o caso, a magistrada dê alguma diretriz para que a consulta aconteça. Até a suspensão, avalia, o processo estava indo muito bem. Pressionado pelo início do ano letivo, revelou que solicitou um retorno breve. Jonas falou ainda que vai entender se o Ministério da Educação (MEC), considerando o tempo hábil para implantação do programa, transferir a iniciativa para outra cidade.

Não há uma data fixada para a adesão ou não de Campinas ao programa, porém, como as aulas da cívico-militar estão previstas para começar em abril, a expectativa é que a definição precise ocorrer até o final de mês ou, no máximo, início de março.

O MEC informou, em nota, "que se Campinas não atender aos requisitos, a vaga poderá ser direcionada para o município classificado em segundo lugar no Estado. O programa não fica comprometido".

Em 26 de janeiro deste ano, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) manteve a liminar. A Prefeitura havia recorrido da liminar obtida pelo Ministério Público (MP), que acatou pedido do promotor de Justiça da Infância e Juventude de Campinas, Rodrigo Oliveira. Em sua análise, houve falta de um debate amplo com a comunidade e cerceamento às pessoas contrárias ao programa, prejudicando assim a discussão.

Vereador

O MP foi acionado pelo vereador Gustavo Petta (PCdoB), contrário à implantação do modelo em Campinas. Ontem, o parlamentar defendeu a atuação do órgão e do poder judiciário. "Tomaram a medida correta no fim de 2019", disse. Além de inúmeras críticas sobre sua democracia do sistema, entendeu que o processo estava sendo conduzido de forma atropelada e cheio de vícios na cidade.

Agora, depois que o manual das escolas cívico-militares foi revelado na última segunda-feira, pela

Fiquem Sabendo, agência de dados independente especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), Petta ressalta que surgiram novos questionamentos relacionados ao respeito aos princípios democráticos. Uma das regras para os meninos orienta que os cabelos precisam deixar "nítidos os contornos junto às orelhas".

Colégio atende aos critérios do programa As escolas cívico-militares são instituições não militarizadas, mas com uma equipe de militares da reserva no papel de tutores. Os estudantes terão de usar farda. Além disso, deverão ter aulas de musicalização e educação moral e cívica com os militares. A meta é ter 10% de todas as escolas brasileiras no modelo cívico-militar até o final do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). De acordo como MEC, as escolas com o modelo em funcionamento têm taxa de evasão 71% e de reprovação 37,4% inferiores às demais. A Escola Municipal Odila Maia Rocha Brito foi indicada pela Prefeitura por atender aos critérios exigidos pelo programa: está em região que apresenta situação de vulnerabilidade social e tem baixo índice no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) —4,7. Campinas foi a única cidade do Estado a ter a adesão aprovada pelo Ministério da Educação. (DC/AAN

[topo](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR - CLÁUDIO HUMBERTO

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

[topo](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL - CLÁUDIO HUMBERTO

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - PE - CLÁUDIO HUMBERTO

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

[topo](#)

MEIO NORTE - PI - CLÁUDIO HUMBERTO

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

[topo](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - ESTADO MAIOR

Aprovação

Como previsto, a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa aprovou sem qualquer dificuldade a proposta de reajuste salarial dos professores da rede estadual pública de ensino. Somente os deputados de oposição na Casa se posicionaram contra.

Com a aprovação, o piso salarial dos professores no Maranhão passa a ser o que determinou o Ministério da Educação (MEC) este ano: pouco mais de R\$ 2,88 mil por mês para 40 horas de trabalho semanal.

Votação

Os deputados de oposição votaram contra por entender que o Governo do Estado está fazendo propaganda enganosa sobre os salários dos docentes. Além disso, os parlamentares entendem que há irregularidades na proposta em relação ao Estatuto do Magistério. A oposição também atendeu a vontade dos professores que estavam presentes na galeria da Assembleia Legislativa fazendo protesto contra o governo, contra o governador e contra a proposta.

Críticas

Ainda sobre o reajuste dos professores da rede estadual de ensino, o senador Roberto Rocha (PSDB) se manifestou.

Em artigo publicado nas redes sociais, o tucano diz que o reajuste salarial dos docentes é uma "grande balela".

Segundo Rocha, o salário de R\$ 6 mil para professores será de somente 7% do total de docentes e que já vem "carregado" com a Gratificação sobre Atividade de Magistério (GAM).

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - POLÍTICA

Deputados aprovam reajuste para professores do Maranhão

Votação do projeto de lei encaminhado pelo Executivo ocorreu em meio a protestos de docentes na AL; a categoria queria que a proposta fosse rejeitada pelos parlamentares por confrontar o Estatuto do Magistério

Maioria dos deputados da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, ontem, a proposta do Poder Executivo que prevê reajuste salarial para professores da rede estadual de ensino. Pelo projeto aprovado, docentes que trabalham 40 horas semanais passaram a ter o piso salarial estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC): R\$ 2.886,24. A sessão de votação na Casa foi acompanhada pela categoria que gritou palavras de ordem contra o governo e contra o governador Flávio Dino (PCdoB).

A votação na Assembleia aconteceu em regime de urgência como ocorre de costume com as propostas que vem do Palácio dos Leões. O projeto de lei 02/2020 chegou à Casa na terça-feira, 4. Não chegou a ser votada porque o deputado estadual César Pires (PV) pediu vistas. Ontem, entrou na pauta de votação e foi aprovado sem qualquer dificuldade.

Pela proposta – que concedeu reajuste de 5% a 17,5% - os professores com carga horária de 40 horas semanais passarão a receber o piso salarial do magistério estabelecido pelo MEC ainda em janeiro. Ao contrário do que divulga o governo estadual, o salário não será de mais de R\$ 6 mil para a categoria.

O valor considerado pelos deputados governistas como piso salarial no Maranhão, na verdade, de acordo com os deputados de oposição, são referentes ao piso salarial de R\$ 2.886,254 mais a Gratificação pela Atividade do Magistério (GAM) R\$ 3.472,72.

"Contestamos a proposta do governo do Maranhão pela propaganda enganosa que está sendo feita. Este valor de R\$ 6 mil não é o piso do professor no estado além disto alcança somente 7% da categoria", disse César Pires.

Mais críticas

Durante o encaminhamento da votação, os deputados César Pires, Adriano Sarney (PV) e Wellington do Curso (PSDB) ocuparam a tribuna e criticaram a proposta encaminhada à Assembleia Legislativa pelo governador Flávio Dino. Wellington do Curso condenou a matéria. "Este projeto é O tucano disse ainda que teve que votar contra o projeto, porque o reajuste não contempla todos os professores.

Os deputados César Pires e Adriano Sarney também criticaram a proposta do governo e defenderam, na tribuna, a concessão de um reajuste de 17% para todas as classes, preservando a mesma estrutura de reajuste da Medida Provisória 272/2018. Os parlamentares argumentaram que a Medida Provisória 272/2018 previa uma regra para os aumentos e os reajustes dos professores.

"Na época, votamos e aprovamos e, hoje, não estamos cumprindo o que essa medida provisória estabeleceu. Que incoerência é essa que, em 2018, aprovamos uma lei enviada pelo Executivo e agora estamos aprovando outra lei, contrariando o que aprovamos há dois anos?", questionou Adriano Sarney.

Mais

Antes da votação do projeto, o Plenário rejeitou a Emenda 001, de autoria dos deputados César Pires (PV), Adriano Sarney (PV) e Wellington do Curso (PSDB), que tinha como objetivo conceder o reajuste linear de 17,49% para toda a categoria, mas foi rejeitada durante sessão plenária pelos deputados da base governista que votaram contra. "Apenas 23% dos professores vão receber o reajuste de 17,49%, mas a maioria irá receber um reajuste de 5%, o que não satisfaz a categoria". disse Adriano Sarney.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CLAUDIO HUMBERTO

Anarquia gerencial

Visitas de avaliação de curso às universidades, a fim de classificá-las no ranking, não estão ocorrendo porque o MEC agenda, confirma, mas esquece de comprar passagem dos avaliadores.

topo ↕

O POPULAR - GO - OPINIÃO

Bolsonarices

Numa semana em que o governo agiu bem em relação ao coronavírus, Bolsonaro preferiu ser pródigo em bolsonarices.

Num dia, o presidente Jair Bolsonaro irritou todos os governadores do País ao lançar o desafio de zerar os impostos sobre combustíveis. No dia seguinte, o mesmo presidente Jair Bolsonaro começou a driblar os governadores do Nordeste ao nomear para o Ministério do Desenvolvimento Regional o economista e ex-deputado Rogério Marinho, político e técnico.

Neto de Djalma Marinho, influente político da Arena e do PDS, partidos de apoio ao regime militar, Rogério Marinho reúne várias qualidades simultaneamente: respeito do presidente, ampla interlocução no Congresso, simpatia da mídia e confiança do mundo empresarial, depois de virar o principal negociador da reforma da Previdência.

Seu outro grande trunfo é ser do Rio Grande do Norte, num momento em que Bolsonaro quebra a cabeça para furar o bloqueio dos governadores da região – reduto do PT e seus aliados – e penetrar no grande e promissor eleitorado nordestino. De olho, claro, nas eleições municipais e, principalmente, nas presidenciais de 2020.

Enquanto abre alas no Nordeste, Bolsonaro lançou o tal desafio para todos os governadores: se eles zerarem o ICMS sobre combustíveis, o governo federal zera PIS, Cofins e Cide sobre o produto. Os governadores de São Paulo, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio e Espírito Santo fizeram fila para reagir, mas quem resumiu tudo muito bem foi o paulista João Doria.

Se Wilson Witzel (RJ) partiu para a grosseria, chamando Bolsonaro de "esse sujeito irresponsável", Doria foi elegante, mas duro e efetivo, acusando o presidente de fazer uma "bravata" e apelar para o "populismo". Essas foram as duas palavras mágicas da reação geral de governadores.

E por quê? Primeiro, porque é absolutamente inviável zerar os impostos sobre combustíveis, que renderam mais de R\$ 27 bilhões à própria União em 2019 e são fundamentais para as receitas estaduais. Segundo, porque, tanto quanto sabe que a ideia é inviável, o presidente sabe que é o que a sociedade brasileira e as empresas adoram ouvir. Ou seja: ele fez a bravata de prometer o que não pode entregar e, ao mesmo tempo, jogou no colo dos governadores a culpa pelos impostos dos combustíveis. Assim é fácil, não é?

A única curiosidade nessa história mal ajambrada é o silêncio sepulcral do ministro da Economia, Paulo Guedes. O que ele poderia dizer? O coitado ficou entre a cruz e a espada: ou desmentir o presidente e chefe ou admitir o inadmissível. Afinal, toda a energia de Guedes é pelo esforço fiscal, pelo controle dos gastos públicos, pelo equilíbrio entre receitas e despesas. Cortando receitas? Às vésperas da entrega da reforma tributária ao Congresso?

Numa semana em que o governo agiu bem e rápido em relação ao coronavírus, Bolsonaro preferiu ser pródigo em bolsonarices e atacou novamente na área mais sensível internacionalmente: Meio

Ambiente. Uma atrás da outra, anunciou o projeto que escancara reservas indígenas ao garimpo, exploração de gás e petróleo, hidrelétricas, pecuária, agricultura e turismo; limou a sociedade civil, inclusive a respeitada SBPC, do conselho do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); autorizou a pesca esportiva em unidades de conservação ambiental.

Parênteses: multado por pescar em local proibido, ele, depois de eleito, já conseguiu anular a própria multa, punir o fiscal que cumpriu sua obrigação e, agora, liberar geral. Impessoalidade zero.

Diante de tudo isso, as bobagens que o presidente disse ficam em segundo plano, apesar de não serem só "bobagens": "pessoa com aids é despesa para todos no Brasil"; "se puder, um dia, confino os ambientalistas na Amazônia"; "eu sou imbroxável (sic)". Constrangedor.

O governo age bem no coronavírus, presidente ataca Meio Ambiente e diz bobagens

topo ↕

180 GRAUS - TEMPO REAL

Universidade Estadual do Piauí divulga edital de seleção de coordenador da UAB **Está sendo ofertada uma vaga para Coordenador Geral da UAB e uma vaga para Coordenador Adjunto da UAB**

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi), por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), divulga edital de inscrições para o Processo Seletivo de Coordenador Geral e de Coordenador Adjunto, nos termos da Portaria **CAPES** nº 102, de 10 de maio de 2019, para atender a demanda do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Está sendo ofertada uma vaga para coordenador geral da UAB e uma vaga para coordenador adjunto da UAB. Os candidatos selecionados farão jus à bolsa **Capes** no valor de R\$ 1.500 mensais, que poderá ser modificado pela **Capes**.

O período de inscrição será do dia 10 a 14 de fevereiro de 2020, através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da Uespi endereçada à PREG, pelo próprio candidato.

Também poderá ainda ser realizada por Procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade do candidato e de seu procurador. Neste caso, a inscrição deverá ser feita no Protocolo Geral da Uespi, campus Torquato Neto, rua João Cabral, nº 2231, bairro Pirajá, Teresina- PI, CEP: 64002-150, no horário de 7h30 às 13h30.

Requisitos para inscrição e contratação:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira com situação regular no País;
- b) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) Estar quite com as obrigações militares (para os candidatos do sexo masculino);
- d) Ter disponibilidade de tempo/horário para desenvolver as atividades inerentes ao cargo/função;
- e) Ter experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior, conforme exigência nas Portarias da **CAPES** nº 183/2016 e 15/2017;
- f) Ter experiência em EAD, conforme as Portarias da **CAPES** nº 183/2016 e 15/2017;
- g) Ter experiência de Gestão Acadêmica e/ou Administrativa;
- h) Ter conhecimento básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- i) Pertencer ao Quadro de docentes efetivos da Uespi;

j) Não ter acúmulo de bolsas em cumprimento a Lei nº 11.273/2006 e nas Portarias nº 183/2016 e nº 15/2017 e respectivas regulamentações, que definem as orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa da UAB;

k) Ter disponibilidade para realizar atividades inerentes à função de Coordenador Geral ou de Coordenador Adjunto em horário flexível de segunda-feira a sábado, inclusive para viagens quando solicitado sem prejuízos às atividades docentes exercidas, outros cargos ou funções acumuladas;

l) Ter qualificação em nível de Pós-graduação stricto sensu em Mestrado e/ou Doutorado

topo ↕

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Brownies com produtos amazônicos, livre de glúten, lácteos e conservantes é desenvolvido no Amazonas

O estudo recebeu apoio do Governo do Amazonas, por meio da Fapeam, via Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado

Desenvolver um produto alimentício funcional que favorecesse os indivíduos com intolerância ao glúten e à lactose e ao mesmo tempo atendesse às expectativas dos consumidores do ponto de vista nutricional, sensorial (aparência, aroma, consistência e sabor) e que tivesse propriedades benéficas à saúde foi a base de uma pesquisa desenvolvida pela doutora em Alimentos e Nutrição e professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no município de Coari, Geina Faria. Ela criou brownies funcionais, isentos de glúten, lácteos, conservantes e, com redução de gordura, a partir de produtos oriundos da região Amazônica como o açaí, a castanha da Amazônia e o extrato de cumaru.

O projeto "Brownies de açaí e castanha sem glúten, sem leite e com redução lipídica: perfil sensorial e estudo de consumidores" foi desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), e o teste de consumidor aplicado também na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para comparação de dados e, amparado pelo Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas (RH-Interiorização-Fluxo Contínuo), edital Nº 003/2015.

"A pesquisa mostrou que utilizando ingredientes amazônicos com propriedades funcionais é possível produzir, para o público celíaco e intolerante às proteínas do leite de vaca, um alimento viável, acessível, saboroso, nutritivo e, mais saudável que as opções existentes no mercado", explica Geina.

Diante da necessidade que esses indivíduos têm de aderir a uma dieta restritiva, a pesquisadora propôs a fabricação de um alimento funcional, com características que permitissem o consumo tanto pelo público celíaco e intolerante à lactose, quanto de consumidores que buscam produtos saudáveis.

Pessoas com doença celíaca, caracterizada por uma intolerância permanente ao glúten, um tipo de proteína que pode ser encontrada nos cereais como trigo, centeio ou cevada e, com intolerância à lactose, principal açúcar do leite, precisam excluir esses componentes da dieta alimentar.

Preparo – Para o preparo dos brownies, a pesquisadora substituiu a farinha de trigo por um mix de farinhas sem glúten, com composição mais nutritiva, o açúcar refinado pelo demerara e, da manteiga pelo açaí e, acrescentou castanha da Amazônia e cacau 100%. Houve também a substituição da essência de baunilha pelo extrato de cumaru, produto natural, amplamente utilizado na confeitaria para aromatizar alimentos. Por não possuir conservantes adicionados à formulação, a durabilidade do produto em média é de 72 horas.

Valor nutritivo dos brownies – Para avaliar a formulação foi realizada análise da composição

centesimal – g/100g (proteínas, gorduras e carboidratos). Os brownies possuem cerca de 56g de carboidratos, 6g de proteínas, 4,5g de gordura em 100g dos produtos. Com isso, foi possível comprovar que os brownies possuem quantidade de gordura quase quatro vezes menor quando comparados aos brownies comerciais, vendidos com o mesmo apelo (sem glúten e lácteos).

Para a comparação da composição nutricional dos produtos foram analisados os rótulos de sete marcas comerciais de brownies. Cada 40g de brownie comercial tem cerca de 160 kcal e 7g de gordura enquanto que o valor energético dos bolinhos fabricados para o estudo, também com 40g, ficou em 117 kcal e 1,9g de gordura.

Os brownies desenvolvidos podem ser classificados como light e baixo em gorduras, por apresentarem uma diferença relativa mínima de 25% no valor energético e no conteúdo desse nutriente dos alimentos comparados e, ainda, uma diferença absoluta mínima no conteúdo de gordura de 3g de gorduras/100g, estipulado pela legislação vigente.

As substituições dos ingredientes resultaram produtos com baixa quantidade de gordura, devido à utilização somente do açaí como aporte lipídico, gerando um menor valor calórico. Em relação ao custo, se caracterizaram como acessíveis quando comparados aos comerciais com o mesmo apelo (sem glúten e lácteos).

Aceitação – Os testes sensoriais para avaliar atributos como a aparência, o aroma, o sabor, a textura e a impressão global, dos brownies desenvolvidos, foram divididos em oito etapas e, cerca de 1000 pessoas, entre as cidades de Campinas (SP) e Manaus (AM), participaram do estudo.

Os produtos obtiveram cerca de 76% de aceitação em todos os atributos sensoriais avaliados em ambas cidades estudadas, e a intenção de compra foi de aproximadamente 85%.

RH-Interiorização – O Programa RH-Interiorização foi substituído pelo Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos para o Interior do Estado do Amazonas (Proint). O objetivo é conceder bolsa de mestrado e doutorado a profissionais graduados residentes no interior do estado do Amazonas há no mínimo 4 (quatro) anos ou que mantenham relação de trabalho ou emprego com instituição municipal, estadual ou federal sediada ou com unidade permanente no interior do Estado, interessados em realizar curso de pós-graduação stricto sensu, em programa credenciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, em instituições do Amazonas localizadas em município diferente de onde reside o candidato.

FOTO: ÉRICO XAVIER/FAPEAM

[topo](#)

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Urbanismo militar: como a tecnologia transforma cidades em campos de guerra

Colaboração para o TAB

Você pode não ter percebido, mas provavelmente atravessou uma zona de guerra ao sair de casa hoje para comprar pão.

Pelo caminho, câmeras de segurança acompanharam o seu trajeto desde o elevador, passando pelo portão elétrico do condomínio, portarias em forma de bunker, automóveis blindados, catracas e uma rede de análise de dados sobre suas rotas e hábitos produzidos por apps de celular e cartões acionados em espaços onde um segurança privado (e armado) se posicionava em posto-chave.

Embora nem sempre seja perceptível, o cenário remete a territórios em conflitos abertos, onde técnicas de controle são usadas em condomínios de alto padrão, com direito a cercas eletrificadas, muros altos, guardas treinados e sistemas de entrada e saída que não permitem ver quem está do lado de dentro. Quanto maior a pobreza no entorno, maior o controle alimentado pelo medo do que vem de fora.

Em cidades como São Paulo, nem mesmo o Carnaval está livre da hipervigilância: em 2020, pela primeira vez, a Polícia Civil tentará identificar entre os foliões criminosos, suspeitos e desaparecidos por meio de um sistema de reconhecimento facial. Um software compara as imagens com um banco de dados com mais de 30 milhões de registros. A tecnologia foi inaugurada pelo governador João Doria no fim de janeiro, e tem capacidade de reconhecer rostos a partir de "frames" (quadros) de vídeo ou fotos.

As estratégias são definidas como o novo "urbanismo militar", e levou o geógrafo urbano britânico Stephen Graham, da Universidade de Newcastle, a analisar suas causas e efeitos no livro "Cidades Sitiadas", publicado em 2011. A obra, que seria lançada no Brasil cinco anos depois pela editora Boitempo, mostrava a militarização do espaço urbano como um fenômeno global intensificado desde o 11 de Setembro de 2001.

Essa militarização afeta hoje não só as políticas públicas na área de segurança, mas toda a organização das cidades, onde atualmente vive mais da metade da população do planeta. "Organizar e controlar a cidade é também lidar com a extrema desigualdade, os altos índices de criminalidade, distúrbios sociais e protestos", escreveu o autor.

Os preparativos do Rio de Janeiro para a Olimpíada, por exemplo, transformaram a cidade em uma zona de guerra, com restrição de acesso e uma mobilização até então inédita de soldados e agentes de inteligência, que deixaram como legado inúmeras barreiras e uma violenta gentrificação de bairros antes acessíveis.

Nos países ricos, essa configuração é resultado do que Graham chama de "efeito bumerangue" das experiências de controle das grandes potências em suas colônias e que agora migram como soluções para administração de espaços urbanos em suas próprias cidades.

O GPS, por exemplo, foi usado pela primeira vez na caça a Saddam Hussein na Guerra do Golfo em 1991. Satélites de última geração e drones desenvolvidos para monitorar inimigos e insurgentes na distante Guerra Fria são presença cada vez mais recorrente nos centros urbanos.

Outro símbolo dessa militarização são os jipes e veículos do tipo Sports Utility Vehicle, ou SUV, usados na guerra urbana das Forças Armadas dos EUA e que, nas palavras de Graham, "foram convertidos em veículos civis hiperagressivos, comercializados como a personificação patriótica da Guerra ao Terror".

Não é à toa que, logo na epígrafe do livro, Graham tenha citado uma frase do pesquisador Sultan Barakat, segundo quem, hoje em dia, as guerras são travadas não em trincheiras e campos de batalha, mas em salas de estar, escolas e supermercados. Desta vez, porém, os inimigos são os imigrantes, os islâmicos e, claro, os insatisfeitos manifestantes. Urbanismo militar, vigilância, punição

Quase dez anos após a primeira edição do livro, os meios de controle se sofisticaram, segundo o doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp e especialista em vigilância e novas tecnologias Alcides Peron.

Autor do livro "American Way of War - Guerra Cirúrgica e o Emprego de Drones Armados em Conflitos Internacionais", Peron, que tem graduação em Relações Internacionais e em Ciências Econômicas, afirma que os dispositivos jurídicos para ampliar o rol de ações militares pelo mundo são exemplos desse fenômeno.

As ações podem ser observadas na repressão, alimentada pela vigilância e pela intromissão, a protestos em Hong Kong, Reino Unido, França, Espanha e Chile. A revolta, segundo ele, tem como base uma economia em frangalhos e uma sociedade capenga desde a grande crise do capital, em 2008.

Outros exemplos dessa sofisticação é a adoção de tecnologias de vigilância, coleta massiva de dados, sistemas preditivos policiais, emprego de drones, participação de policiais em projetos

urbanísticos e a criação de "exércitos privados" na oferta de segurança em guaritas e monitoramento eletrônico.

"Essas empresas privadas administram o espalhamento de câmeras pelas cidades, traçando diretrizes de segurança", diz Peron, que acompanha de perto, em Londres, as discussões sobre a implantação na cidade de um sistema de reconhecimento facial — a ponta de lança desse urbanismo militar.

"Nas cidades mais militarizadas do mundo, como Pequim, você já nota a proliferação desses sistemas, que passam a ser implementados no acesso ao metrô, no banheiro público e até na hora de carregar o cartão de transporte ou fazer compras online. Na China, quem quer ter uma linha telefônica precisa fornecer biometria facial, um serviço integrado pelo Estado que cria bases para políticas de vigilância, controle e bloqueio de circulação. Nessa faceta do urbanismo militar, o rosto passa a ser elemento fundamental para caracterizar grupos." Profecia autorrealizável

Em 2019, o Comitê Gestor da Internet no Brasil identificou 37 iniciativas de implementação de tecnologias de reconhecimento facial pelo país nas áreas de segurança pública, transporte e controle de fronteiras — 19 delas lançadas entre 2018 a 2019.

Esses sistemas de controle, tema de controvérsia mundo afora, são muitas vezes aceitos porque quase sempre são vendidos como ferramenta para o surgimento de "cidades inteligentes", supostamente eficientes e seguras.

Peron alerta para a ausência de legislação específica para o uso destes recursos, cuja precisão é contestada e podem dar margem a perseguição a determinados grupos. Racismo, em outras palavras.

"No Brasil falamos muito sobre a militarização policial, que é um tema importante, mas pouco se fala dos elementos que, de certa forma, cavam espaço para a atuação maquiada de legalidade e baseada numa suposta legitimidade algorítmica. O emprego dessas tecnologias preditivas sugere uma desconfiança muito grande. Mas como podem prever que um crime virá a acontecer? Quais as probabilidades de crimes acontecerem em determinado horário e região, a partir de estatísticas passadas? Até que ponto essas estatísticas não tornam a análise algorítmica enviesada, uma profecia autorrealizável?", questiona.

A urbe como antro

Atualmente, mais da metade da população global (55%) vive em áreas urbanas (eram 38% até 1976). Com este fenômeno demográfico, escreve Stephen Graham, ascenderam também o chamado antiurbanismo, como se as cidades fossem versões contemporâneas de Sodoma e Gomorra, localidades destruídas na Bíblia em razão da imoralidade. Esse sentimento, segundo o autor, segue "profundamente enraizado no coração da cultura política e tecnológica estadunidense", que inspira modelos de segurança mundo afora.

Agentes de segurança monitoram festa de Réveillon nos arredores da Catedral de São Basílio, em Moscou, na Rússia - Dimitar Dilkoff/AFP

Agentes de segurança monitoram festa de Réveillon nos arredores da Catedral de São Basílio, em Moscou, na Rússia

Imagem: Dimitar Dilkoff/AFP

A ideia de que nas cidades junta-se tudo o que há de pior no mundo tende a legitimar soluções baseadas na reabilitação de um éthos de disciplina/responsabilidade individual dentro de "comunidades patologizadas, combinadas com políticas militarizadas ou operações francamente militares."

É quase uma declaração de guerra.

Em um debate realizado em 2015, a arquiteta e urbanista da USP Raquel Rolnik citava três cenas

para ilustrar a forma como essa ideia de controle de segurança estava desenhada nas configurações do espaço urbano por aqui: a presença das Unidades de Polícia Pacificadoras nas favelas do Rio (que fracassaram e foram substituídas por intervenções recorrentes), a repressão aos rolezinhos nos shoppings; e os confrontos observados em ações de reintegração de posse.

"O cenário da guerra mudou", disse ela. "(A guerra) não é mais entre Estados, num lugar chamado campo de guerra, mas uma guerra de baixa intensidade e de permanência cotidiana nas cidades. Em várias cidades", disse.

Um dos efeitos dessa guerra de baixa intensidade é a privatização dos espaços públicos e a arquitetura de segurança que no Brasil prolifera desde os anos 1990, uma época marcada pela crise econômica e o desemprego, através dos chamados "enclaves fortificados", como condomínios, shoppings, prédios comerciais trancados em ruas fechadas e sob controle e monitoramento. O boom de produtos imobiliários com esta arquitetura, afirmou Rolnik, ocorre à medida que a guerra às drogas movimenta o imaginário do perigo que habita nas periferias.

Segundo a pesquisadora Ana Amélia Penido Oliveira, mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança e doutora em Relações Internacionais, as rotinas nas cidades são cada vez mais militarizadas, mas alguns aspectos desse fenômeno sequer são perceptíveis.

"É possível visualizar ao menos cinco dimensões em que a nossa vida militariza-se contínua e constantemente", diz a especialista, que atualmente é bolsista **Capes** de pós-doutorado no Instituto San Tiago Dantas. A primeira, e mais visível, é a presença física intensiva das forças de segurança nas ruas, o que congrega forças armadas, polícias civis e militares, guardas municipais e "uma enorme rede de segurança privada, postada na porta de supermercados, lojas e esquinas".

Uma segunda dimensão da militarização é a ocupação de cargos no sistema político. "Essa presença cria uma correia na qual os interesses militares são transmitidos para todo o sistema político. No caso brasileiro, nunca antes na nossa história os militares ocuparam tantos cargos no Executivo e Legislativo", diz.

Um terceiro aspecto é a transposição das doutrinas formuladas pelos militares para outros ambientes por meio de políticas governamentais. "A doutrina do inimigo interno orienta as polícias militares. Nesse caso, aumenta a punibilidade dos pobres, a população carcerária e a vigilância eletrônica. São extensões da guerra por outros meios, no interior da cidade. Uma guerra que já é travada há muito tempo e que tem como único resultado, além das mortes nas periferias, a sua própria reprodução enquanto guerra."

A quarta dimensão é o que ela chama de "transferência de valores castrenses para a administração", cujo exemplo é a militarização das escolas com valores de ordem, das ciências exatas, do conservadorismo comportamental e outros. "As famílias, com problemas de naturezas diversas, como escassez de trabalho, qualidade de moradia, tempo de convivência e muito mais, procuram respostas simples para questões complexas, como a utilização de drogas por adolescentes ou a descoberta da sexualidade. Dessa maneira, iludem-se com respostas como as chamadas escolas cívico-militares, com promessas de que, com o corte de cabelo adequado e shorts mais compridos, os adolescentes desenvolverão respeito por si mesmos e pelos demais. É uma ficção. Enquanto isso, o trabalho do professor segue desvalorizado."

O quinto aspecto apontado pela especialista em educação militar é a militarização "de todo e qualquer problema" — mais recentemente, até para orientar as filas do INSS. "Por aqui se combate a pobreza, a dengue, a seca, a corrupção... Tudo como se fosse uma questão militar. Num primeiro momento, pode até parecer mais barato ou mais prático, mas esse pensamento destrói a profissionalização militar, e por sua vez a defesa nacional, enquanto por outro lado mantém o Estado ineficaz e tutelado para apresentar suas respostas."

Penido Oliveira lembra que a busca pela segurança tem como bases construções psicológicas sobre ameaça. "Nem tudo que consideramos ameaça é de fato uma ameaça. A maior parte do

que consideramos ameaça, e portanto nos gera medo, não é passível de ser resolvida, como não vem sendo, por meio da militarização da vida, do cotidiano e das cidades."

Peron pondera que a militarização do cotidiano acontece em governos que não necessariamente possuem ministros militares, que é o caso do Brasil. Mas a presença de ex-agentes no Congresso e em cargos públicos, não só na esfera federal, ajuda a entender a mentalidade militarista. "O que parece se tornar uma tendência é o incremento de empresas de segurança rondando serviços públicos. A ideia de militarização não está apenas no aumento da brutalidade ou na ruptura da privacidade, mas na adição de um tipo de tecnologia, fornecida por empresas privadas, que dão provimento à segurança pública."

Além disso, afirma ele, desde o 11 de Setembro os projetos urbanísticos militarizados pautam a administração de espaços, como aeroportos e a construção de checkpoints (postos de controle).

"São pequenos investimentos técnicos sobre o ambiente urbano, como o tracejado de uma rua, a construção de um bloqueio, a organização do fluxo da movimentação das pessoas de forma mais severa. Tudo isso são aspectos do processo de militarização das cidades."

topo ↕

GR NEWS - TEMPO REAL

Capex disponibiliza 20 bolsas de doutorado nos Estados Unidos

Estão abertas, até 11 de março, as inscrições para bolsas de doutorado nos Estados Unidos. É preciso preencher o formulário eletrônico na página do programa na internet. O Programa **Capex**/Fulbright contempla oito áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

O selecionado receberá auxílio anual de até US\$ 165 mil (cerca de R\$ 700 mil). A duração da bolsa é de até seis anos, mediante avaliação anual para renovação. O início das atividades está previsto para agosto de 2021. Parceira da iniciativa, a Comissão Fulbright cobrirá os custos administrativos referentes à alocação acadêmica e ao acompanhamento dos selecionados durante a vigência do benefício.

O resultado preliminar será divulgado até 5 de julho. A lista final será anunciada após processo seletivo dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade.

Para concorrer à bolsa, é preciso atender aos requisitos abaixo: ter nacionalidade brasileira e não possuir nacionalidade norte-americana; residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção; ter cursado e possuir diploma de bacharelado ou equivalente, com duração regular mínima de quatro anos; não ter cursado ou estar cursando doutorado ou ter título de doutor em qualquer área do conhecimento; não acumular bolsa ou benefício financeiro, de qualquer natureza, concedido por agência pública federal durante o período de vigência da bolsa pleiteada. Com informações do Ministério da Educação

topo ↕

O DEBATE - MA - TEMPO REAL

Projeto de leite humano em pó é o vencedor do Prêmio Péter Murányi

Estudo relativo à produção de leite humano em pó, realizado pelos pesquisadores Vanessa Javera e Jesuí Vergílio Visentainer, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), foi o vencedor da 19ª edição do Prêmio Péter Murányi, focada no tema Alimentação. Os autores receberão R\$ 200 mil. O segundo colocado terá R\$ 30 mil e o terceiro, R\$ 20 mil.

A tecnologia aplicada para conservar o leite humano à temperatura ambiente deve manter suas propriedades nutricionais e biológicas. Na conversão em pó, foram aplicados dois processos que atenderam a esses critérios: liofilização; e secagem por spray drying ou atomização, método realizado a partir de um líquido ou suspensão por secagem rápida. Na comparação com o produto

pasteurizado e congelado disponível nos bancos de leite materno, mantiveram-se todas as propriedades nutricionais.

Assim, na visão dos pesquisadores, a produção do produto em pó tem plenas condições de atender à demanda reprimida, aumentando o número de bebês de até seis meses de idade alimentados com leite humano e não fórmulas infantis. Até agora, os bancos de leite materno trabalham com o produto pasteurizado e congelado, cujo tempo de validade é curto e que exige infraestrutura complexa para armazenagem. Com estrutura adequada para estocagem, o produto em pó ampliaria muito a oferta, com a mesma qualidade, sabor e propriedades nutricionais e maior tempo de validade.

Vera Murányi Kiss, presidente da Fundação Péter Murányi, promotora do prêmio, salienta que o leite humano em pó pode ser uma opção clínica e social na manutenção e ampliação do aleitamento materno, que é muito importante para a saúde das crianças. "São numerosos os bebês não amamentados pelas mães, por distintas razões, aos quais tem de ser ofertadas fórmulas infantis. Sabidamente, contudo, nada substitui o leite materno, não apenas em termos nutricionais, como também para o desenvolvimento do sistema imunológico. Daí o grande significado do trabalho vencedor de nosso prêmio este ano".

Referência em P&D

A 19ª edição do Prêmio Péter Murányi teve 124 inscritos, indicados por instituições de pesquisa e universidades. O certame é anual, com rodízio dos temas "Educação", "Saúde", "Ciência & Tecnologia" e "Alimentação", sendo este o foco abordado em 2020.

Ao longo de sua trajetória, o prêmio, que se consolida como referência no campo de P&D, teve 1.704 trabalhos participantes e distribuiu R\$ 3,15 milhões a pesquisadores e cientistas. Seu propósito é beneficiar populações e comunidades de nações em desenvolvimento, reconhecendo trabalhos capazes de melhorar a qualidade da vida. Os vencedores são escolhidos por um júri composto por representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas à alimentação, representantes de universidades federais, estaduais e privadas, personalidades de renome e membros da sociedade.

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo), ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Fonte: Ricardo Viveiros & Associados Oficina de Comunicação

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC cria nova regra para mudança de curso no Fies

Estudante que quiser trocar de carreira só terá o pedido aceito se sua nota do Enem for compatível com a opção desejada

O **Globo RIO** — O Ministério da Educação (MEC) estabeleceu novas regras para pedidos de transferência de cursos no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), programa do governo que permite aos estudantes de faculdades particulares quitarem as mensalidades dos seus cursos depois da formatura. A partir do segundo semestre deste ano, aluno inscrito no Fies que quiser trocar a carreira escolhida só terá seu pedido aceito caso sua nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) seja igual ou superior à nota dos pré-selecionados pelo programa para o curso pleiteado.

De acordo com o MEC, o objetivo da mudança nas regras é combater uma irregularidade que tem se repetido: a prática de entrar na faculdade por um curso menos concorrido (que exige uma

nota mais baixa) e depois pedir transferência para um curso mais disputado, usando o mesmo resultado obtido no Enem.

O MEC informou que recebeu do Ministério Público Federal (MPF) uma argumentação favorável à mudança nas regras, visando "favorecer a meritocracia". A Ministério também já vinha discutindo o assunto internamente, no Comitê Gestor do Fies (CG-Fies).

*Estagiário sob supervisão de Marco Canônico

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC restringe aprovação de viagens e limita trabalho de pesquisadores e cientistas Após pedido da comunidade acadêmica, ministério estuda rever medida; mudança também fez Inep suspender atividades de avaliação das instituições de ensino superior

SÃO PAULO - Uma medida do Ministério da Educação (MEC) que restringe a quantidade de viagens que podem ser feitas por pesquisadores, cientistas e outros funcionários foi duramente criticada pela comunidade acadêmica e pode acabar sendo revista.

Emitida em 31 de dezembro de 2019, a portaria 2.227 do MEC impede, por exemplo, o envio de mais de um representante de cada departamento universitário para congressos no exterior, e aumenta a burocracia para aprovação de passagens aéreas e diárias de hotel.

Ao longo de janeiro, a decisão já afetou diversos cientistas que precisaram viajar ao exterior para congressos. A Academia Brasileira de Ciência e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as duas associações científicas mais importantes do país, escreveram uma carta conjunta para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, criticando a medida.

"A formação do jovem pesquisador requer que, desde cedo, ele participe de congressos científicos no seu país de origem e no exterior", afirma o texto, assinada pelos presidentes da Academia Brasileira de Ciência, Luiz Davidovich, e pelo presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira.

"A restrição a essa mobilidade contribuirá para o empobrecimento da formação do jovem cientista brasileiro, fato que não ocorre em nenhum outro país que preze pela ciência e a tecnologia", complementam os cientistas. "Essa Portaria acarreta um risco iminente para missões bilaterais e grandes colaborações internacionais, nas quais a participação brasileira tem tido grande destaque."

A medida restritiva não atingiu apenas pesquisadores em eventos acadêmicos. Por falta de passagens aéreas, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), vinculado ao próprio MEC, teve que suspender atividades de avaliação das instituições de ensino superior marcadas para esta semana.

Após receber a carta da ABC e da SBPC, subscrita por 60 outras entidades científicas, o ministro prometeu estudar a medida.

"O Ministério da Educação esclarece que a Portaria 2227, de 31 de dezembro de 2019, está sendo revisada e analisada para possíveis modificações, em atendimento à solicitação de pesquisadores, professores e reitores das universidade e institutos federais", afirmou o MEC em comunicado à imprensa.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Rondônia manda recolher livros de Machado de Assis e Nelson Rodrigues e depois recua

"Macunaíma", de Mario de Andrade, e "Os Sertões", de Euclides da Cunha, também aparecem em lista de títulos que seriam recolhidos em escolas; em ofício, Secretaria estadual de Educação alega que obras contêm conteúdo inadequado às crianças e adolescentes

CLIPPING



RIO - A Secretaria de Educação de Rondônia mandou recolher 43 livros das escolas da rede pública estadual e depois voltou atrás. Entre as obras, estavam as de autores como Machado de Assis, Ferreira Gullar, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, Franz Kafka e Edgar Allan Poe.

No fim do dia, a secretaria enviou uma nota informando que recebeu a denúncia de que "havia livros paradidáticos com conteúdos inapropriados" nas bibliotecas. Por conta disso, prosseguiu a nota, "a equipe técnica da secretaria analisou as informações e constatou que os livros citados eram clássicos da literatura".

"Sendo assim, o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente sem ordem de tramitação para quaisquer órgãos externos, secretarias ou escolas públicas", afirma o texto. Leia a nota completa no fim do texto.

A determinação de se recolher os livros foi revelada por conta do vazamento de um ofício interno assinado pelo secretário estadual de Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu.

— Técnicos da secretaria estavam fazendo um estudo e de repente alguém entrou numa página e já publicaram — disse o secretário ao GLOBO.

No ofício, o governo pede que os servidores "verifiquem os kits de livros paradidáticos às escolas para compor o acervo das bibliotecas" e "procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente". A justificativa é a de que as obras contêm "conteúdo inadequado às crianças e adolescentes".

A lista de livros tem títulos como "Memórias póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis; "A vida como ela é" e "Beijo no asfalto", de Nelson Rodrigues; "Contos de terror, de mistério e de morte", de Edgar Allan Poe; "O castelo", de Franz Kafka; "Macunaíma", de Mario de Andrade, "Os Sertões", de Euclides da Cunha, além de livros de Carlos Heitor Cony e 19 trabalhos de Rubem Fonseca.

Há ainda a seguinte observação: "Todos os títulos de Rubem Alves devem ser recolhidos"

O secretário chegou a afirmar ao site Rondônia Dinâmica que o documento era falso. O GLOBO confirmou, no entanto, que o ofício consta no Sistema Eletrônico de Informações (SIE), classificado como sigiloso.

Leia mais: Confusão com nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos a universidades federais

O texto do ofício ressalta a importância de "estarem atentos às demais literaturas já existentes ou que chegam nas escolas para uso de atividades escolares, a fim de que sejam analisadas e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimento e desconfortos".

Rondônia é governada pelo Coronel Marcos Rocha (PSL), aliado do presidente Jair Bolsonaro.

Educadores do estado já haviam reclamado de um ofício de setembro em que a secretaria de Educação determinava que qualquer realização de "debates, palestras, seminários" dentro das escolas da rede estadual só podem acontecer após autorização da pasta. A justificativa é a de que é preciso "avaliar a pertinência do tema proposto".

— Qualquer tema de debate aqui tem que passar pela secretaria antes — afirma um professor. Leia a nota da secretaria

A Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) esclarece que recebeu uma denúncia que nas bibliotecas das escolas estaduais haviam livros paradidáticos com conteúdos inapropriados para o público alvo, alunos do ensino médio.

CLIPPING



Diante disso, a equipe técnica da secretaria analisou as informações e constatou que os livros citados eram clássicos da Literatura Brasileira, muitos deles usados em processos seletivos e vestibulares.

Sendo assim, o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente sem ordem de tramitação para quaisquer órgãos externos, secretarias ou escolas públicas.

A Seduc reforça o compromisso com a Educação e reconhece que os livros são obras de autores consagrados a nível mundial e cumprem um papel importante para uma construção social, prova disso foram os extraordinários resultados dos alunos da rede pública estadual no último Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, além de diversas ações e investimentos que foram feitos recentes para o início do ano letivo.

Serão tomadas todas as medidas necessárias para investigar o vazamento das informações internas equivocadamente documentadas.

Confira o texto completo

Solicitamos aos servidores que verifiquem os kits de livros paradidáticos encaminhados às escolas para compor o acervo das bibliotecas, os livros relacionados no Adendo ID (10053329), e procedam com o recolhimento dos mesmos imediatamente, tendo em vista conterem conteúdo inadequado às crianças e adolescentes.

Na oportunidade, ressaltamos a importância de estarem atentos as demais literaturas já existentes ou que chegam nas escolas para uso de atividades escolares, a fim de que sejam analisadas e assegurados os direitos do estudante de usufruir do mesmo com a intervenção do professor ou sozinho sem constrangimento e desconfortos. Autores que teriam livros recolhidos:

Caio	Fernando	Abreu
Mário	de	Andrade
Ferreira		Gullar
Carlos	Heitor	Cony
Carlos	Nascimento	Silva
Rubem		Fonseca
Ivan	Rubino	Fernandes
Euclides	da	Cunha
Nelson		Rodrigues
Ana		Lee
Sonia		Rodrigues
Rosa	Amanda	Strausz
Machado	de	Assis
Franz		Kafka
Euclides	da	Cunha

Edgar

Allan

Poe

Rubem Alves

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Amigo de Paulo Freire e inventor da Redação no vestibular: quem é Rubem Alves, autor que o governo de Rondônia esconderia

Ofício previa retirada de "todas as obras" do educador. Secretaria estadual de Educação, no entanto, negou intenção de recolher livros das escolas

RIO — Na lista de obras que deveriam ser retiradas das escolas estaduais de Rondônia, apenas um autor tinha a bibliografia completa indesejada: "Todos os livros de Rubem Alves devem ser recolhidos", mandava uma observação feita no pé da página.

A determinação de se recolher os livros foi revelada por conta do vazamento de um ofício interno assinado eletronicamente pelo secretário estadual de Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu.

Amigo de Paulo Freire, pioneiro na inclusão de prova de redação no vestibular e ideólogo da Teologia da Libertação, Rubem Alves morreu em 2014, aos 80 anos. Ele era educador, teólogo e psicanalista. Ao longo da vida, publicou 160 obras em 12 países. Seu biógrafo, Gonçalo Júnior, o classifica como um "subversivo".

— Me estranhou muito que ele passasse, com essa política educacional de purificação ideológica, ao largo da polêmica que atinge Paulo Freire. Rubem Alves é um subservido da educação — afirma o jornalista. — Ele pregrava liberdade no ensino e achava que as crianças deviam dizer o que queriam aprender. Deve ser por isso que entrou na lista. Agora finalmente vai entrar no debate delirante da educação brasileira de hoje.

Em nota, a secretaria do estado informou que recebeu a denúncia de que "havia livros paradidáticos com conteúdos inapropriados" nas bibliotecas. Por conta disso, prossegue o texto, "a equipe técnica analisou as informações e constatou que os livros citados eram clássicos da literatura".

Veja:Parlamentares pedem saída de Abraham Weintraub por crime de responsabilidade

"Sendo assim, o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente sem ordem de tramitação para quaisquer órgãos externos, secretarias ou escolas públicas", afirma o texto.

— Técnicos da secretaria estavam fazendo um estudo e de repente alguém entrou numa página e já publicaram — argumentou o secretário ao GLOBO.

Foi nessa lista — na qual constavam ainda obras de Machado de Assis, Ferreira Gullar, Caio Fernando Abreu, Carlos Heitor Cony, Rubem Fonseca, Nelson Rodrigues, Franz Kafka e Edgar Allan Poe — que se ordenava o recolhimento de todo e qualquer livro de Rubem Alves.

— Algumas escolas chegaram a guardar os livros em caixas para serem devolvidos — contou um professor.

Educação

libertadora

A obra de Rubem Alves, especialmente nos últimos 20 anos de vida, é afinada com a de seu amigo Paulo Freire, um dos alvos preferidos do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

"Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para pássaros desaprenderem a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle, deixaram de ser pássaros porque a essência dos pássaros é o voo", diz um dos trechos mais

famosos

de

suas

obras.

— A diferença dele para Paulo Freire é que o amigo tinha uma pegada de cidadania e conscientização. E Rubem tinha uma coisa mais humanista — explica.

Pastor da Igreja Presbiteriana, Rubem foi perseguido pela Ditadura Militar e, em 1968, exilou-se nos EUA. Terminou o doutorado em Filosofia pela Princeton Theological Seminary e defendeu a Tese "A Theology of Human Hope", um marco teórico para o nascimento da Teologia da Libertação.

— Ele achava que todas as igrejas e religiões tinham que se voltar para o oprimido e os menos favorecidos. Deveriam conscientizar as pessoas em busca de seus direitos. Acabou expulso da igreja — conta seu biógrafo.

Voltou ao Brasil em 1970 e, cinco anos depois, começou a dar aulas na Unicamp, onde participou da inclusão da prova de Redação no vestibular pela primeira vez no país.

— O que a gente queria eram alunos que fossem bom em pensar, não em dar respostas — disse Alves, em 2006, numa sabatina na sede da "Folha de São Paulo". — Primeiro decidimos que deveria haver várias escolhas, e não importaria o que ele (aluno) dissesse, mas sim a capacidade dele de articular. Funcionou em parte, mas percebemos que um problema continuava, porque os alunos de classes pobres não conseguiam chegar lá. Mudamos o perfil dos alunos, mas não a classe social. Então veio um amigo e deu a solução definitiva: deveria ser tudo por sorteio. Mas ninguém aceitou.

Sua obra mais vendida é "Entre a ciência e a sapiência", na qual aborda o universo da educação. Em 2009, ficou em segundo lugar do prêmio Jabuti na categoria Contos e Crônicas, por "Ostra feliz não faz pérola". No livro, ele relata experiências que viveu.

Nascido em Boa Esperança, no Sul de Minas Gerais, morreu de falência múltipla dos órgãos, em 2014.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Com cursos na área de saúde, Faculdade Santa Casa é lançada nesta quinta
Serão ofertados graduação em psicologia, fisioterapia e enfermagem, além de sete
pós-graduações e duas atualizações

A Santa Casa da Bahia já possui pesquisa, internato médico e residência. Agora, a instituição lança a Faculdade Santa Casa. Os cursos de Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia começam as aulas no segundo semestre de 2020. Já as atualizações em cuidados paliativos e em gestão para profissionais de saúde e as sete pós-graduações ofertadas iniciam seus cursos ainda na primeira metade do ano.

A faculdade é a única entre as particulares da área de saúde da Bahia que é vinculada a um hospital próprio, o Santa Izabel. O local vai receber os estágios e as práticas da faculdade. Localizado na Pupileira, em Nazaré, a instituição fica no prédio Juracy Magalhães. O campus Pupileira possui 8 salas de aula, biblioteca com sala de estudos, laboratórios de Enfermagem, Anatomia, Fisioterapia e outro Multidisciplinar.

Serão 50 vagas semestrais por curso, com ingresso via vestibular e com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As inscrições serão abertas amanhã, e o vestibular deve ocorrer em abril. Ainda não se sabe quantas vagas serão destinadas para cada modo de ingresso.

"A ideia é a composição de turmas entre 40 e 50 alunos por semestre, por curso. A gente acredita muito no modelo de salas um pouco menores com maior contato com o professor e mais experiência prática, o que entendemos que é fundamental na nossa proposta de valor", afirmou o gestor da Faculdade Santa Casa, Caio Andrade.

Todos os cursos são presenciais. Quem desejar cursar Enfermagem deverá desembolsar R\$

1.518,67 por mês durante os 5 anos da graduação. Já a mensalidade de Psicologia é de R\$ 1.600, com 5 anos de duração. O investimento mensal na graduação em Fisioterapia, que dura 4 anos e meio, é de R\$ 1.475.

A primeira turma da graduação ainda não vai aceitar programas governamentais que concedem financiamento ou bolsas, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni), mas 20% de cada turma vai ser composta por bolsistas, informou o provedor da Santa Casa, José Antônio Alves.

Os três cursos foram escolhidas com base nas demandas das instituições da Santa Casa. Outros cursos da área de saúde também podem ser ofertados pela faculdade. Um dos mais procurados do Brasil, a graduação em medicina, ainda não funciona na instituição devido à suspensão da abertura de novos cursos para formação de médicos pelo MEC.

Os profissionais graduados já podem se inscrever na pós-graduação e na atualização ofertadas pela faculdade. As inscrições ficam abertas até o 7 de março e as aulas começam em abril. As atualizações em Gestão para Profissionais de Saúde e em Cuidados Paliativos custam R\$ 4.800 e R\$ 4.080 respectivamente. Ambos os cursos são presenciais e possuem 5 meses de duração.

Ainda são ofertadas sete pós-graduações nas áreas de enfermagem, fisioterapia, psicologia e nutrição. São elas: Especialização em Enfermagem em Terapia Intensiva, Especialização em Enfermagem em Urgência e Emergência, Especialização em Fisioterapia em Postura e Dor, Especialização em Fisioterapia Hospitalar com Ênfase em Unidades de Alta Complexidade Adulto, Especialização em Fisioterapia Oncológica, Especialização em Psicologia Hospitalar; e Nutrição Clínica e Terapia Nutricional. A duração dos cursos de pós-graduação varia entre 14 e 18 meses, com mensalidades que flutuam entre R\$ 9.750 e R\$ 11.475.

O corpo docente da instituição é composto por especialistas, mestres e doutores com vasta experiência profissional no atendimento à saúde e carga horária diferenciada. Além do Hospital Santa Izabel, o Hospital Municipal de Salvador, outras unidades de assistência da Santa Casa e o Instituto de Ensino e Simulação em Saúde (INESS) são unidades de referência para o aprendizado da Faculdade Santa Casa.

A instituição tem uma grande preocupação com a união do conhecimento teórico com a atuação prática, o que é um dos grandes diferenciais da instituição recém-lançada, de acordo com o diretor acadêmico da faculdade, Tarcisio Matos de Andrade.

“É extremamente importante o indivíduo vivenciar as atividades práticas. Assim, o estudante aprende como fazer efetivamente, não apenas com aulas em laboratórios ou simulações. É preciso conviver com o paciente, é preciso conviver nas comunidades, é preciso aprender a fazer prevenção e isso não se aprende só em sala de aula”, afirma Andrade.

O diretor ainda ressaltou o papel do deslocamento do foco na doença para o foco no paciente e da preocupação com o profissional de saúde na formação do trabalhador. “Existe um nível de adoecimento significativo dos profissionais de saúde. O propósito da faculdade é fazer frente a essa realidade e levar para o aluno desde o primeiro momento a importância de se cuidar”, diz. “O doente tem as suas peculiaridades e levar em conta esses aspectos é extremamente relevante, o que é uma proposta da faculdade”, completou.

*Com orientação da editora Mariana Rios

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - ÚLTIMAS

Lewandowski relatará pedido de impeachment de Weintraub

Um grupo de deputados e senadores apresentaram o pedido ao Supremo Tribunal Federal.

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado relator do pedido de impeachment do ministro da Educação (MEC), Abraham Weintraub, protocolado na quarta-feira por um grupo de deputados e senadores. Como motivos para a perda de mandato a

petição lista uma série de episódios recentes protagonizados por Weintraub, como os problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o fato de o MEC não ter empenhado o dinheiro do fundo da Lava-Jato. "Desde logo, ressalte-se que a denúncia não configura pedido de revisão de atos da Administração Pública, dotados de discricionariedade, mas, sim, de pedido de responsabilização de agente público por atos contrários às leis e à Constituição", diz o documento.

Segundo a peça, "não pode um Ministro de Estado agir de forma contrária às finalidades do órgão que comanda, promovendo verdadeiro desmonte". Em uma versão preliminar do texto, os parlamentares afirmavam que "muitas condutas omissivas" do ministro devem ser responsabilizadas por levarem ao "desmonte" da pasta. O primeiro motivo apontado é o que eles classificam como "eloquente ineficiência do Ministro da Educação quanto à gestão das políticas de alfabetização, apontada como uma das grandes metas nos 100 dias do Governo e posteriormente ignorada". O documento ainda afirma que o Plano Nacional de Educação "simplesmente não tem sido observado, com absoluta precariedade na prestação de contas".

Fonte: Valor Econômico

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UnB divulga lista de aprovados pelo Enem para 1º semestre de 2020

Ao todo, foram disponibilizadas 2.112 vagas pelo sistema. Universidade deixou de usar Sisu.

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) divulgou, na noite desta quinta-feira (6), a lista de aprovados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para ingresso na Universidade de Brasília (UnB) no primeiro semestre de 2020. O resultado por ser consultado no link.

Ao todo, a UnB disponibilizou 2.112 vagas para ingresso pelo Enem. No ano passado, a universidade deixou de usar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (relembra abaixo) e abriu um processo próprio. As inscrições ocorreram entre 13 de novembro e 6 de dezembro.

UnB deixa de adotar Sisu como forma de ingresso na universidade

Os aprovados devem realizar o registro acadêmico pela internet entre as 9h desta sexta-feira (7) e as 18h de domingo (9). O início das aulas está previsto para o dia 9 de março.

Sem Sisu

A decisão da UnB de abandonar o Sisu foi anunciada em julho do ano passado. À ocasião, a universidade informou que a medida foi tomada porque havia incompatibilidade entre o calendário acadêmico e o estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), responsável pelo Sisu.

Segundo a instituição, com a disparidade de prazos, os estudantes tinham tempo reduzido para se inscrever e os setores técnicos acabavam ficando sobrecarregados.

Neste ano, o Sisu e o Enem foram marcado por problemas. Após falhas de correção no exame, a divulgação do resultado da seleção chegou a ser suspensa pela Justiça, mas acabou liberada no dia 28 de janeiro.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Alunos da rede municipal de Sorocaba iniciam ano letivo em escolas com obras inacabadas

Pais relatam preocupação em deixar filhos para as aulas. Em nota, Secretaria de Educação informou que cronograma segue normalmente e que obras estão em fase final.

Por TV TEM

As aulas do primeiro semestre de 2020 começaram e os pais de crianças que frequentam a rede municipal de ensino de Sorocaba (SP) estão preocupados. Isso porque duas escolas receberam os alunos com várias obras inacabadas.

A Creche de Aparecidinha, ou antigo CEI 113, passa por reformar desde o início de 2019. As obras deveriam ter sido concluídas em setembro, mas ainda estão inacabadas. Para os pais, deixar as crianças em um local assim é motivo de preocupação.

"É muita desorganização. Tem falta de mesas, falta de material nas salas de aula. A cozinha também está em manutenção. Tinha bastante coisa pra ser feita anida", conta o mecânico Leandro Gonçalves Silva.

"A gente já tem que confiar nas funcionárias, nas professoras e no pessoal da escola. E se tem ainda coisa em obra, é um risco grande", explica a cozinheira Sandra Regina Pereira.

Imagens enviadas à redação da TV TEM mostram a situação do local. Nas imagens, é possível ver os bebedouros sem torneiras, grades abertas com espaços que dão para um barranco e muro com diversas rachaduras. Nos fundos da escola, ainda há muito material de construção espalhado.

Segundo os pais, a direção teria informado que ainda não possui um laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros.

Outro local que preocupa os pais é o CEI 41. A equipe da Secretaria de Conservação realizou obras no telhado e fez a limpeza das calhas em dezembro. No entanto, com as chuvas de janeiro, várias paredes apresentaram sinais de mofo.

De acordo com os funcionários, foi necessário reunir todas as crianças em uma mesma sala por conta da situação.

A Secretaria da Educação informou à TV TEM que as obras na Creche de Aparecidinha atrasaram por conta das chuvas, mas que já estão na fase de finalização. Informou, ainda, que as aulas seguem em ritmo normal.

Já sobre o mofo nas paredes do CEI 41, a secretaria não explicou o que será feito, mas informou que a licitação do contrato de manutenção deve entrar em vigor entre março e abril.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Pais protestam após escola fechar as portas por falta de recursos em Ananás
Responsáveis dos alunos disseram não terem recebido comunicado oficial sobre decisão. Os alunos da Escola Chapadinha I foram transferidos e alguns estão sem aula.

Pais e mães de alunos da Escola Chapadinha I em Ananás, norte do estado, reclamam que não ainda receberam um comunicado oficial sobre decisão do município de fechar a unidade. Pelo menos 200 crianças frequentavam diariamente a unidade de ensino. Responsáveis souberam da decisão do fechamento pelos professores alguns dias antes do início do ano letivo. O motivo seria a falta de dinheiro nos cofres públicos.

Os 204 alunos precisaram ser transferidos para outras escolas do município, mas alguns deles continuam sem frequentar as aulas. Após a transferência, pais e mães reclamam do tempo e prejuízo para levar os filhos em escolas distantes de casa.

Eles se manifestaram contra o fechamento da Chapadinha I, e estenderam cartazes em frente à escola com as frases como "Pais unidos pela educação", "SOS não fecha minha Escola Chapadinha I" e "Educação não é gasto, é investimento".

As mães e pais se reuniram com a prefeitura para tratar a questão, mas nada foi resolvido.

Em nota, a gestão informou que uma adequação financeira levou ao fechamento da Escola Chapadinha I, sendo necessária a transferência dos alunos. Disse ainda, que respeita o limite de lotação, estipulada pelo MEC, das salas de aula em que os estudantes foram remanejados.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudante ruivo afirma ser pardo e entra por cotas raciais em medicina em universidade no sudoeste da Bahia

Segundo informações da universidade federal, processo administrativo está em andamento para apurar caso e denúncia está sob análise da Procuradoria Jurídica.

Por G1 BA

Um estudante branco e de cabelos ruivos conseguiu uma vaga no curso de medicina na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) através de cotas raciais.

Segundo informações da universidade federal, Michelson Mendonça da Silva se declarou pardo no momento da inscrição.

De acordo com a Uesb, um processo administrativo está em andamento para apurar o caso, no qual os interessados já foram ouvidos e a denúncia está sob análise da Procuradoria Jurídica.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia explicou que a matrícula dos aprovados pelo sistema de reserva de vagas se dá pela autodeclaração.

Conforme a Uesb, a instituição discute e se movimenta no sentido de aprimorar o processo de matrícula, com a implantação de um comitê de avaliação para assegurar a transparência e a segurança dos candidatos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Documento da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas Macunaíma e mais 42 livros; secretário diz ser rascunho

Argumento era que os livros apresentavam conteúdos inadequados para crianças e adolescentes; ao G1, secretário afirmou que ofício não chegou a ser expedido. MPF informou que irá abrir procedimento para apurar o caso.

Um documento da Secretaria de Educação de Rondônia (Seduc) determinou nesta quinta-feira (6) o recolhimento nas escolas estaduais de 43 livros, entre os quais clássicos como "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, "Macunaíma", de Mário de Andrade, e "Os sertões", de Euclides da Cunha. A ordem não chegou a ser efetivada, diz o governo.

O memorando 4/2020, assinado pelo secretário de Educação, Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, foi endereçado às coordenadorias regionais de educação de Rondônia. O argumento, no documento, era que os livros apresentavam "conteúdos inadequados às crianças e adolescentes".

Ao G1, o secretário confirmou a existência do documento – revelou que tratar-se de um "rascunho" feito por "técnicos" que não chegou a ser expedido. Afirmou ainda não concordar com o teor do memorando e que os livros listados não serão recolhidos.

O trabalho dos técnicos, segundo o secretário, começou porque havia uma denúncia de que os livros continham palavras:

"[O departamento técnico] Fez uma checagem que não é conclusiva, porque a conclusão vai encerrar quando eles [técnicos] me apresentarem alguma coisa, e, pelo que eu estou vendo, já não querem mais apresentar. Mas, assim, são clássicos da literatura. 'Macunaíma' é filme e o escambau, entendeu? Não seria a Seduc de Rondônia que iria se invocar com um livro desse", afirmou.

O ofício lista ainda 19 obras de Rubem Fonseca, oito de Carlos Heitor Cony e três de Nelson Rodrigues. Há ainda uma observação: "Todos os livros de Rubem Alves devem ser recolhidos".

Dois clássicos da literatura internacional também aparecem: Franz Kafka, com "O castelo", e Edgar Allan Poe, com "Contos de terror, de mistério e de morte".

O documento e a relação de obras (veja abaixo) repercutiram em redes sociais, com a divulgação

de imagens dos escritórios. O documento, que está em sistema interno da Secretaria de Educação de Rondônia, passou a ser listado como sigiloso.

O G1 procurou a assessoria do governador Marcos Rocha (PSL), mas não obteve resposta até a última atualização desta reportagem.

Ministério Público Federal

O procurador da República Raphael Bevilaqua informou na tarde desta quinta-feira (6) que um procedimento administrativo de investigação deve ser aberto para apurar o assunto.

Confira nota do governo sobre o recolhimento dos livros:

Livros citados em lista são clássicos da literatura e não serão recolhidos, afirma Seduc

A Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) esclarece que recebeu uma denúncia que nas bibliotecas das escolas estaduais haviam livros paradidáticos com conteúdos inapropriados para o público alvo, alunos do ensino médio.

Diante disso, a equipe técnica da secretaria analisou as informações e constatou que os livros citados eram clássicos da Literatura Brasileira, muitos deles usados em processos seletivos e vestibulares.

Sendo assim, o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente sem ordem de tramitação para quaisquer órgãos externos, secretarias ou escolas públicas.

A Seduc reforça o compromisso com a Educação e reconhece que os livros são obras de autores consagrados a nível mundial e cumprem um papel importante para uma construção social, prova disso foram os extraordinários resultados dos alunos da rede pública estadual no último Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, além de diversas ações e investimentos que foram feitos recentes para o início do ano letivo.

Serão tomadas todas as medidas necessárias para investigar o vazamento das informações internas equivocadamente documentadas.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Escola cívico-militar: MP defende aval prévio de três conselhos e Campinas insiste em nova votação

À espera de decisão definitiva da Justiça, promotor diz que proposta deve ser analisada por grupos municipais antes de deliberação. Prefeito reivindica nova data para consulta em unidade.

Por G1 Campinas e Região

À espera de uma decisão final da Justiça sobre a consulta para implantação do modelo cívico-militar na Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Professora Odila Maia Rocha Brito, em Campinas (SP), o Ministério Público defende que a proposta deve ter aval prévio de três conselhos. Por outro lado, a prefeitura garante que "não vai desistir" da votação, reivindica nova data para isso, mas não se posiciona se vai atender, efetivamente, aos pedidos da Promotoria da Infância e Juventude feitos em processo.

A escola foi a única do estado de São Paulo indicada para receber o modelo. A votação foi suspensa em dezembro de 2019, após liminar concedida pela juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública, Fernanda Silva Gonçalves. Três promotores reivindicaram um debate mais amplo pela sociedade sobre o modelo e sinalizaram ainda risco de conflitos com normas estabelecidas na Constituição Federal.

O promotor Rodrigo Augusto de Oliveira destaca que uma das pontuações do MP é para que sejam realizadas consultas prévias ao Conselho Municipal de Educação, Conselho das Escolas e o próprio grupo de conselheiros da escola indicada. O cronograma para essas medidas, explica,

deve ser definido em edital pela administração municipal para acesso às informações pela comunidade envolvida.

"Creio que a municipalidade deva estar aguardando a decisão no processo para dar os próximos passos", diz o promotor. Não há prazo para que a Justiça se manifeste de forma definitiva sobre o caso.

Insistência

O prefeito de Campinas, Jonas Donizette (PSB), afirmou que o município não vai desistir da votação. Segundo ele, o governo reivindica uma nova data para consulta, além de orientações.

"Decisão da Justiça você pode lamentar, mas não pode descumprir. O que eu estou pedindo via ofício nesta semana para a própria juíza que deu a decisão? Qual foi a decisão dela? Não faça consulta nesta data, então eu estou pedindo para ela me dar uma data e, se for o caso, alguma diretriz para que a gente faça a consulta [...] Se o ministério por questão de tempo quiser fazer a substituição a gente até entende, mas eu vou continuar insistindo para que a população possa decidir", falou o pessebista.

Questionada sobre os pedidos do MP, a assessoria do Executivo informou apenas que "mantém o interesse em realizar a consulta e discute com a Justiça meios de viabilizar a proposta".

O Ministério da Educação, criador do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), aguarda uma posição oficial da prefeitura com justificativas técnicas para manutenção ou saída do programa.

Votação interrompida

A votação na unidade no bairro São Domingos chegou a ocorrer por 30 minutos, no dia 18 de dezembro, quando foi interrompida após a Secretaria de Educação ser comunicada sobre a liminar judicial. Poderiam participar professores, funcionários, alunos maiores de 16 anos e pais. A unidade não possui estudantes de 6º a 9º ano do ensino médio maiores de 16 anos.

Ao todo são 771 alunos, dos quais 304 de 6º ao 9º ano; e 361 de 1º ao 5º anos do ensino médio. A reportagem do G1 visitou a escola e constatou que ela tem biblioteca, sala de computação com cerca de 20 equipamentos, salas de aula com carteiras em bom estado, uma quadra coberta, campo e parquinho.

O modelo proposto pelo governo federal é diferente das escolas militares mantidas pelas Forças Armadas. Na prática, os professores vão cuidar da parte pedagógica e os oficiais ficarão responsáveis pela administração. A meta, segundo o Ministério da Educação, é construir 216 escolas no país até 2023.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro da Educação não trata com seriedade tema primordial para evolução do país, diz Doria

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), afirmou em entrevista ao programa GloboNews Política que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não trata com "seriedade" o tema, "primordial para evolução do país".

A entrevista com Doria vai ao ar nesta sexta-feira (7), às 21h30, na GloboNews.

"O nosso ministro da Educação não trata com seriedade um tema primordial para evolução do país, um erro do governo atual que espero que possa ser corrigido. Não tenho nada contra o ministro nem o conheço pessoalmente, mas aquilo que ele emana, aquilo que fala e aquilo que propõe estão em total dissintonia para um país que quer reduzir as desigualdades", disse o governador de São Paulo.

Como revelou o blog, o Palácio do Planalto foi alertado de que Weintraub perdeu a interlocução com o Congresso Nacional e está inviabilizado com o Legislativo.

Isso deve dificultar, por exemplo, a negociação de um tema considerado fundamental para o setor: a proposta de emenda à Constituição (PEC) para estabelecer as novas regras do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a partir do próximo ano.

Esse alerta foi feito principalmente por causa do tom bélico adotado por Weintraub em declarações e nas redes sociais.

Ao GloboNews Política que debateu as desigualdades sociais no país e formas de erradicação da pobreza, João Doria ainda apontou o combate à corrupção como um fator importante para mudar essa realidade do Brasil. Dados do Fórum Econômico Mundial apontam que no Brasil os mais pobres levariam nove gerações para alcançar a renda média do país, uma das piores mobilidades sociais do mundo.

Ao ser questionado sobre o que pode ser feito, Doria foi enfático: "Parte desse número é fruto de corrupção, dinheiro que deveria ter ido para educação, saúde, saneamento e segurança pública foi para bolso de políticos corruptos. Alguns estão presos, sentenciados. Outros que deveriam estar e ainda não estão."

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro troca ministro do Desenvolvimento Regional

Bolsonaro troca ministro do Desenvolvimento Regional - Gustavo Canuto é substituído por Rogério Marinho, que comandou a articulação da reforma da Previdência. Essa a quinta mudança no gabinete do presidente em pouco mais de um ano de governo. O presidente Jair Bolsonaro decidiu nesta quinta-feira (06/02) trocar o ministro do Desenvolvimento Regional. Gustavo Canuto que comandava a pasta foi substituído por Rogério Marinho, que era secretário de Previdência e Trabalho e articulou a reforma no sistema de aposentadoria aprovada no ano passado.

Canuto, que é servidor de carreira do Ministério da Economia, teria pedido ao presidente para deixar o cargo. Segundo o jornal Folha de São Paulo, ele deve assumir a presidência da estatal Dataprev, que é vinculada à pasta comanda por Paulo Guedes.

Ainda de acordo com o jornal, o desempenho do Canuto era alvo de críticas de Bolsonaro, que não estaria satisfeito pela forma como estava sendo coordenado o programa Minha Casa, Minha Vida.

Já Marinho assumiu um papel de destaque ao coordenar a articulação política da reforma da Previdência. Filiado ao PSDB, o economista foi nomeado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, como secretário de Previdência e Trabalho. Entre 2007 e 2018, ele foi deputado federal por Rio Grande do Norte, porém, não conseguiu se reeleger na última eleição.

Canuto foi o quinto ministro trocado por Bolsonaro em pouco mais de um ano de governo. O primeiro a cair foi Gustavo Bebianno, da Secretaria-Geral da Presidência, em meio ao escândalo de candidaturas laranjas do PSL e a um confronto com o filho do presidente, Carlos Bolsonaro. Bebianno foi substituído por Floriano Peixoto, que também acabou perdendo o cargo e sendo substituído por Jorge Oliveira.

Depois de Bebianno, foi a vez de Ricardo Vélez Rodríguez perder o comando do Ministério da Educação e ser substituído por Abraham Weintraub. Já o general Carlos Alberto dos Santos Cruz, que estava à frente da Secretaria de Governo, foi demitido após pressão do vereador Carlos Bolsonaro. Em seu lugar, entrou Luiz Eduardo Ramos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministros podem sofrer impeachment? Weintraub é alvo de ação no STF

Do UOL, em São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, é alvo de um pedido de impeachment por parte de um grupo de parlamentares. E a abertura desse processo está prevista na legislação. Entretanto, não há precedentes, desde a criação da lei, de ações de impeachment contra ministros de Estado que tenham seguido até o fim.

A abertura de processo de impeachment de ministros de Estado está prevista na lei 1.079, de 1950, que define os crimes de responsabilidade.

Além de ministros de Estado, podem ser enquadrados na lei de responsabilidade:

o Presidente da República; ministros do STF (Supremo Tribunal Federal); procurador-geral da República; A respeito dos ministros de Estado, como Weintraub, a lei diz que eles estão sujeitos ao impeachment se praticarem crimes de responsabilidade individualmente ou em conjunto com o presidente. Ministros também podem sofrer impedimento caso não prestem informações ou compareçam ao Congresso Nacional quando solicitados, sem apresentar motivo justo para tal.

No caso de Weintraub, ele foi denunciado ao STF sob o argumento de que teria cometido infrações como a violação ao princípio da impessoalidade —quando o ministro pediu a revisão da correção do Enem da filha de um eleitor de Bolsonaro—, e quebra do decoro, da honra e da dignidade da função de ministro.

Ele não é o único ministro de Bolsonaro que tem um pedido de impeachment sob análise. Ricardo Salles, do Meio Ambiente, foi alvo de ação de parlamentares da Rede em agosto do ano passado, no auge da crise das queimadas na Amazônia. Para o partido, Salles descumpra políticas para o ambiente e desmontou a fiscalização do setor no país.

PGR deve pedir
O Supremo tem seguido o entendimento de que apenas a PGR (Procuradoria Geral da República) pode denunciar ministros de Estado.

Foi o que fez, por exemplo, o ex-PGR Geraldo Brindeiro. Em 2000, dois deputados federais pediram ao STF o impeachment do então ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas.

Em 2003, dois anos depois de o político ter deixado o cargo, o então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, pediu o arquivamento do processo. Ele é partidário da tese de que só o procurador-geral da República pode denunciar ministros de Estado.

O entendimento de Brindeiro pesou até o momento, sendo usado na análise do pedido de abertura de processo de impeachment contra Salles.

O atual PGR, Augusto Aras, também avaliou que a competência de denunciar ministros de Estado é exclusiva do PGR, e que a ação dos parlamentares da Rede contra Salles era inconformismo político.

Em outubro, o relator do caso de Salles no STF, ministro Edson Fachin, entendeu que só o PGR pode denunciar ministro de Estado e negou o prosseguimento do caso.

Após recurso dos parlamentares, contudo, Fachin decidiu que o tema deverá ser apreciado pelo plenário do STF, o que pode ocorrer ainda este ano.

Divergência

Em artigo publicado no site Jota, o professor Luiz Fernando Gomes Esteves, doutorando em direito pela USP e mestre em direito público pela UERJ, contesta a teoria de que apenas o PGR possa denunciar ministros de Estado por crime de responsabilidade.

"A lei do impeachment indica expressamente que qualquer cidadão pode apresentar denúncia contra ministro de Estado", afirma o especialista.

Caberá ao plenário se debruçar sobre o caso de Salles e avaliar se o entendimento aplicado em 2000 a Ornelas, de que apenas o PGR pode denunciar ministros de Estado, prevalecerá.

No caso de Weintraub, a relatoria está a cargo do ministro Ricardo Lewandowski. Ele ainda não se manifestou a respeito do pedido do grupo de parlamentares contra o ministro da Educação.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC segura quase 20 mil contratações, e federais temem falta de professores

Do UOL, em São Paulo

Uma demora na autorização por parte do MEC (Ministério da Educação) está impedindo a contratação de até 19,5 mil professores e técnicos em universidades e institutos federais e gera o temor entre os gestores dessas instituições de que o ano letivo comece com falta de profissionais, prejudicando as atividades acadêmicas.

Os contratados seriam alocados em postos desocupados ou prestes a vagarem por razões como aposentadoria ou morte dos servidores públicos. Não se trata, portanto, da abertura de novas posições.

São vagas previstas na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2020, sancionada no mês passado, e já no horizonte das universidades para serem repostas, com concursos finalizados e listas de selecionados divulgadas.

Alguns professores aprovados nesses processos, com nomeação publicada em Diário Oficial, chegaram a se mudar de estado para assumir o cargo, mas tiveram os planos frustrados (leia alguns desses relatos no fim deste texto).

Pasta suspendeu contratações
Em 8 de janeiro, o secretário de educação superior (Sesu) substituto do MEC, Roberto Endrigo Rosa, enviou um ofício para informar às universidades e aos institutos federais que as contratações seriam suspensas até a publicação da LOA 2020, que estabelece o Orçamento da União para este ano.

O titular da Sesu, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, estava de férias, pediu demissão e ainda não foi substituído.

Enquanto isso, a LOA foi sancionada em 20 de janeiro, mas a suspensão das contratações não foi revertida até o momento.

Isso porque uma portaria da Sesu especificando o orçamento disponível para cada instituição de ensino e liberando as contratações ainda não saiu.

Situação "inédita", diz associação
Mirian Dantas, presidente em exercício do Forgepe (fórum de gestão de pessoas ligado às universidades federais) e pró-reitora de gestão de pessoas da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), diz que a situação é inédita e pode fazer com que o semestre se inicie com ausência de professores nas federais. Forgepe é um dos fóruns da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

"Tem universidades que começam em março, mas tem outras começando o semestre agora - a UFRN, por exemplo, começa no dia 17 de fevereiro. Para fazer um contrato, você tem que fazer a convocação das pessoas, tem o prazo da análise de documentos", afirma.

Ela relata que diversas instituições que estavam com processos seletivos em andamento ou

finalizados para o preenchimento das vagas foram obrigadas a paralisar esses procedimentos.

"O que está angustiando é a demora, porque a LOA foi publicada", diz.

Everton Wirbitzki, secretário nacional do Forgepe, afirma que há também uma preocupação com uma possível ingerência nas universidades por parte da Sesu.

"Os valores podem ser inferiores às necessidades e ao planejamento de cada instituição", afirma.

O UOL procurou o MEC para saber o motivo da suspensão das contratações, por que elas não foram liberadas até o momento e se há previsão de regularização da situação, mas a pasta não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Professores aprovados relatam transtornos. Do outro lado da moeda, docentes aprovados em concursos também se dizem prejudicados.

Carolina Silva Oukawa, 39, é de São Paulo e foi aprovada em primeiro lugar no concurso para professor no departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPB (Universidade Federal da Paraíba).

Sua nomeação foi publicada no Diário Oficial em 3 de janeiro. No dia 14, ela conta que pediu demissão da instituição onde lecionava havia oito anos para tomar a posse, agendada para o dia 28. Mas, no dia 20 de janeiro, uma portaria foi publicada no Diário oficial tornando a sua nomeação sem efeito.

"Com passagem de ida comprada, fui aconselhada pela chefe do departamento a vir ver pessoalmente o que estava acontecendo. Mas tive que providenciar uma passagem de volta a São Paulo", relata.

"Estou desempregada e com gastos extras de passagem e acomodação. Sem contar o tempo de trabalho. Cheguei disposta a colocar pesquisas em prática, mas estou tendo que correr atrás de divulgar o que está acontecendo e, ao mesmo tempo, buscar as informações que chegam muito esparsas", diz.

Rinaldo Thomaz de Oliveira, 32, recebeu em dezembro do ano passado a notícia de que tinha sido aprovado em primeiro lugar para docente substituto no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

"Tive que abrir mão dos empregos na rede particular porque já estava tudo certo. Segundo a chefe do departamento, a contratação seria imediata, porque eles estão precisando desses profissionais, já que muitos professores estão se aposentando", afirma.

A contratação e a nomeação, no entanto, não vieram até agora.

Nem todas as vagas devem ser preenchidas. As vagas congeladas representam 7% dos cerca de 270 mil postos de docentes e técnicos das instituições federais de ensino superior, segundo a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2018, a mais recente disponível.

Mas nem todas devem ser preenchidas, como explica o coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, economista André Luiz Marques.

"A LOA é muito mais um norte do que uma certeza. Mas, em termos de planejamento, é possível dizer que o que se planeja é preencher essas 19 mil vagas", afirma.

Essas vagas figuram na LOA como "provimentos", o que, segundo Marques, podem servir tanto para vacâncias futuras como para vacâncias emergenciais.

Ele ainda ressalta que, se as universidades estiverem dependendo das contratações para ter professores que deem aulas já em 2020, "o ano vai começar sem professor, porque não há tempo hábil para isso [a efetivação das contratações]".

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Parlamentares pedem impeachment de Weintraub no STF; Lewandowski julgará

Do UOL, em São Paulo

Um grupo de 19 deputados federais e senadores entrou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido de impeachment do ministro da educação, Abraham Weintraub. A alegação da denúncia é de crime de responsabilidade.

A lista conta com os senadores Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e Fabiano Contarato (Rede-ES); e com os deputados Alexandre Frota (PSDB-SP), Aliel Machado (PSB-PR), Danilo Cabral (PSB-PE), Fabiano Tolentino (Cidadania-MG), Felipe Rigoni (PSB-ES), Professor Israel Batista (PV-DF), João Henrique Campos (PSB-PE), Joenia Wapichana (Rede-RR), Marcelo Calero (Cidadania-RJ), Maria do Rosário (PT-RS), Margarida Salomão (PT-MG), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Rafael Motta (PSB-RN), Raul Henry (MDB-PE), Reginaldo Lopes (PT-MG), Rodrigo Agostinho (PSB-SP) e Tábata Amaral (PDT-SP).

Segundo a petição, Weintraub é acusado de ineficiência, omissão, falta de transparência — que os congressistas veem como "ilícito" apto à perda de cargo — e de conduta incompatível com a dignidade e a honra do posto. O caso foi distribuído hoje e ficará a cargo do ministro Ricardo Lewandowski, ainda sem data para julgamento.

"O Ministro da Educação, no exercício de suas funções, tem se valido de sua prerrogativa de chefe de urna pasta de altíssima relevância para se manifestar publicamente, sobretudo por meio das redes sociais, de maneira incompatível com a dignidade do cargo", diz o pedido.

"De maneira recorrente, por meio de postagens e comentários nas redes sociais, o denunciado comporta-se de modo evidentemente incompatível com a honra e o decoro do cargo. Exemplos nesse sentido são inúmeros", acrescenta.

Ainda no texto da petição, o grupo argumenta que "não se trata de mera inépcia do denunciado na condução da pasta que lhe foi confiada. Antes, está-se diante de verdadeira afronta ao princípio constitucional da eficiência".

O texto lembra que Weintraub alegou não ter utilizado recursos recuperados pela Operação Lava Jato na educação infantil em 2019 por falta de projeto em tempo hábil. "A quantia de R\$ 1 bilhão, correspondente a dezessete vezes o valor gasto pelo Ministério da Educação para a construção de creches, simplesmente não foi empenhada", descreve o pedido.

Mais adiante, a petição cita o caso de um usuário do Twitter que pediu a correção da prova de um familiar no Enem. O ministro, na ocasião, se prontificou a repassar o caso ao presidente do Inep. Nas redes sociais, ofensas de Weintraub a outros usuários também foram registrados no documento.

TERSINA DIÁRIO - TEMPO REAL

Uespi divulga edital de seleção de coordenador da UAB

Está sendo ofertada 01 vaga para Coordenador Geral da UAB e 01 vaga para Coordenador Adjunto da UAB

A Universidade Estadual do Piauí (Uespi), por intermédio da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), divulga edital de inscrições para o Processo Seletivo de Coordenador Geral e de Coordenador Adjunto, nos termos da Portaria CAPES nº 102, de 10 de maio de 2019, para atender a demanda do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

CLIPPING



Está sendo ofertada uma vaga para coordenador geral da UAB e uma vaga para coordenador adjunto da UAB. Os candidatos selecionados farão jus à bolsa **Capex** no valor de R\$ 1.500 mensais, que poderá ser modificado pela **Capex**.

O período de inscrição será do dia 10 a 14 de fevereiro de 2020, através do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) da Uespi endereçada à PREG, pelo próprio candidato.

Também poderá ainda ser realizada por Procuração, acompanhada de cópia de documento de identidade do candidato e de seu procurador. Neste caso, a inscrição deverá ser feita no Protocolo Geral da Uespi, campus Torquato Neto, rua João Cabral, nº 2231, bairro Pirajá, Teresina- PI, CEP: 64002-150, no horário de 7h30 às 13h30.

Requisitos para inscrição e contratação:

- a) Ter nacionalidade brasileira ou estrangeira com situação regular no País;
- b) Estar quite com as obrigações eleitorais;
- c) Estar quite com as obrigações militares (para os candidatos do sexo masculino);
- d) Ter disponibilidade de tempo/horário para desenvolver as atividades inerentes ao cargo/função;
- e) Ter experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior, conforme exigência nas Portarias da **CAPES** nº 183/2016 e 15/2017;
- f) Ter experiência em EAD, conforme as Portarias da **CAPES** nº 183/2016 e 15/2017;
- g) Ter experiência de Gestão Acadêmica e/ou Administrativa;
- h) Ter conhecimento básico do Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle;
- i) Pertencer ao Quadro de docentes efetivos da Uespi;
- j) Não ter acúmulo de bolsas em cumprimento a Lei nº 11.273/2006 e nas Portaria nº 183/2016 e nº 15/2017 e respectivas regulamentações, que definem as orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa da UAB;
- k) Ter disponibilidade para realizar atividades inerentes à função de Coordenador Geral ou de Coordenador Adjunto em horário flexível de segunda-feira a sábado, inclusive para viagens quando solicitado sem prejuízos às atividades docentes exercidas, outros cargos ou funções acumuladas;
- l) Ter qualificação em nível de Pós-graduação stricto sensu em Mestrado e/ou Doutorado

Confira:

EDITAL-COORD-UAB-NEAD-UESPI

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Depois de #erronoem e #erronosisu, alunos reclamam de suposto #erronalistadeespera

Dessa vez, estudantes afirmam que o sistema consta como se eles não tivessem manifestado interesse em seguir concorrido à vaga pretendida

Rio — Estudantes que estão na lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) relataram novo problema no portal que distribui as vagas para as universidades públicas brasileiras.

Essa já é a terceira campanha pelas redes sociais para chamar atenção do Ministério da Educação (MEC) para algum problema no processo. Primeiro foi o #erronoem, depois veio o #erronosisu e agora surge o #erronalistadeespera.

No Sisu, o aluno que não conseguiu nenhuma vaga pode ficar na lista de espera. Para isso, precisa manifestar interesse no sistema.

<https://twitter.com/Giuliamoraes/status/1225091589963419654>

Isso porque parte dos candidatos acabam desistindo dos cursos pelos quais foram aprovados. Nesse caso, a lista de espera é acionada.

Dessa vez, porém, alunos que colocaram apenas uma opção de curso e pediram para concorrer a uma vaga na lista de espera relatam que o sistema consta como se eles não tivessem manifestado o interesse.

Leia mais: [Confusão com nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos a universidades federais](#)

O MEC foi procurado, mas ainda não respondeu aos questionamentos da reportagem. Também não respondeu aos candidatos que, por enquanto, não sabem se seu interesse na lista de espera foi registrado ou não — e o prazo para declarar a intenção de continuar concorrendo a uma vaga já foi encerrado.

Estudantes relatam que há um caminho para provar a manifestação de interesse na lista de espera: é preciso ir no site na versão desktop e gerar o PDF de comprovação.

<https://twitter.com/joaopedrodiasc/status/1225079587597684737>

A edição do primeiro semestre de 2020 do Sisu teve 1.795.211 pessoas inscritas, que realizaram 3.458.358 inscrições (cada candidato pode tentar até duas opções de curso em busca de uma vaga).

Estavam em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

#erronoem

As notas individuais das 3.935.237 pessoas que realizam o Exame Nacional do Ensino Médio 2019 foram anunciadas pelo Inep na última sexta-feira. No sábado, começaram a surgir relatos de estudantes questionando os resultados divulgados no site do Inep.

Diante da grande quantidade de queixas, o MEC admitiu falha.

<https://twitter.com/vanessavit4/status/1225064810997567493>

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) informou que as falhas na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) atingiram participantes em cerca de 200 cidades, mas 96,7% das ocorrências se concentraram nas cidades de Alagoinhas (BA), Viçosa (MG), Ituiutaba (MG) e Iturama (MG).

Apenas os estados de Roraima e Amapá não tiveram o erro registrado. No total, foram 5.974 candidatos prejudicados por uma falha no processo de impressão das provas e dos cartões-resposta, segundo o governo.

O Inep recebeu 172 mil e-mails relatando erros, e todas as 3,9 milhões de provas da última edição do Enem foram conferidas pelo instituto. O órgão vai abrir um processo administrativo contra a gráfica Valid, responsável por realizar o Enem. O Inep atribui à gráfica os erros na impressão das provas e dos cartões-resposta.

O resultado do Sisu chegou a ser proibido de ser divulgado pela Justiça, mas o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que o MEC comprovou que todas as provas haviam sido corrigidas novamente e liberou a publicação.

#erronosisu

Um levantamento feito por O GLOBO em 3.353 cursos de universidades federais aponta que, em 87% deles (2.908), a nota de corte caiu na comparação entre o último dia de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o resultado final. A diferença indica que os dados que basearam a escolha dos alunos não eram confiáveis, o que atrapalhou os candidatos. O total de cursos oferecidos pelas federais é de 6.481. A amostra do GLOBO abrange 51% dos cursos.

A nota de corte é o resultado do candidato com o menor desempenho que está sendo aprovado em cada curso. Ela é atualizada diariamente no Sisu e funciona como uma base para o aluno saber se está sendo aprovado ou não.

Leia mais: Manual das escolas cívico-militares prevê meninos bem barbeados e meninas com adereços discretos

Neste ano, porém, uma mudança que não havia sido anunciada pelo MEC inviabilizou a utilização da nota de corte como referência.

Em anos anteriores, o sistema apresentava a seguinte mensagem: "Sua posição (na segunda opção) não foi considerada pois você estava temporariamente classificado em sua primeira opção".

O novo modelo, no entanto, não tirou da segunda opção alunos que já conseguiram uma vaga na primeira escolha. Isso faz com que a nota suba artificialmente — pois os candidatos ficaram só com a primeira vaga.

Veja também: Manual das escolas cívico-militares prevê meninos bem barbeados e

meninas com adereços discretos

Os candidatos só perceberam a mudança durante o período de inscrições do Sisu e chegaram a pensar que fosse um novo problema do processo. Por isso, criaram a #erronosisu.

O MEC alegou que não foi erro, mas uma mudança para dar mais transparência ao processo "auxiliando os participantes em sua decisão". Pelo Twitter, o ministro Abraham Weintraub também defendeu o modelo.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Candidatos reclamam de erro na lista de espera do Sisu Estudantes dizem que manifestaram interesse em entrar na lista de espera por uma vaga, mas alegam que o sistema não considerou a escolha.

Estudantes que tentam uma vaga em universidades públicas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) reclamam daquilo que consideram ser um novo erro no sistema: desta vez, alegam que o site não considerou a inscrição na lista de espera no caso dos que escolheram apenas uma opção de curso.

Procurado pelo G1, o Ministério da Educação (MEC) não deu retorno até a mais recente atualização desta reportagem.

A atual edição do Sisu foi marcada por reclamações e questionamentos judiciais. O próprio resultado do Sisu 2020 só foi liberado após o STJ atender um recurso do MEC em ação que questionava a conduta do governo federal na resolução de erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em outro questionamento, o Ministério Público Federal (MPF) de Brasília solicitou esclarecimentos sobre cursos que tiveram um número inferior de vagas destinadas ao percentual da população com deficiência.

Candidatos relatam ter visto resultado do Sisu; MEC diz que listas ficaram disponíveis por alguns minutos

João Pedro

@joaopedrodiasc

#erronalistadeespera Eu me inscrevi normalmente na lista de espera no Sisu, confirmei diversas vezes... mas infelizmente não tirei print. Hoje acordei e quando fui olhar minha inscrição estava como se não tivesse me inscrito na lista de espera!!! ME AJUDEM!!! @MEC_Comunicacao

View image on Twitter

123

12:31 PM - Feb 5, 2020

Twitter Ads info and privacy

105 people are talking about this

Hashtag no Twitter

Para agrupar as reclamações e cobrar posicionamento dos organizadores, os estudantes estão reunindo postagens no Twitter com a hashtag #erronalistadeespera.

Os estudantes estão indicando que os candidatos entrem no site, na versão desktop, e gerem o PDF que comprova a manifestação de interesse na lista de espera.

Larissa Freitas

@lariissa_freitt

Pra quem tá passando pelo problema no Sisu e estão sendo removidos do curso!#erronalistadeespera

View image on Twitter

10

11:19 AM - Feb 6, 2020

Twitter Ads info and privacy

See Larissa Freitass other Tweets

vitória faion

@vitoriaafaion

#erronalistadeespera DE NOVO, tiraram quem demonstrou interesse na lista de espera e tinha apenas uma opção, olha só pode ser brincadeira

View image on TwitterView image on Twitter

17

3:35 PM - Feb 5, 2020

Twitter Ads info and privacy

See vitória faions other Tweets

Prazos encerrados

Terminou na terça-feira (4) o prazo para que os estudantes que não foram classificados na primeira chamada manifestassem interesse em entrar na lista de espera. O candidato que pretendia se inscrever na lista de espera precisava acessar o site do Sisu (<https://sisu.mec.gov.br/>), entrar no sistema e confirmar o interesse.

A edição do primeiro semestre de 2020 do Sisu teve 1.795.211 pessoas inscritas, que realizaram 3.458.358 inscrições (cada candidato pode tentar até duas opções de curso em busca de uma vaga). Estavam em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Lewandowski será relator de pedido de impeachment de Weintraub

Deputados e senadores foram ao STF para denunciar o ministro da Educação pelo crime de responsabilidade

O pedido de impeachment contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, protocolado no Supremo Tribunal Federal (STF) caiu nas mãos do ministro Ricardo Lewandowski. O documento foi entregue por um grupo de senadores e deputados que denunciam o titular da pasta pelo crime de responsabilidade.

Entre os motivos para a denúncia, estão os erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e alegadas quebras de decoro e do princípio da impessoalidade — em meio à crise do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Weintraub atendeu ao pedido de um apoiador pelo Twitter e disse que a prova da filha dele seria revista.

Weintraub está sob forte pressão desde a revelação dos erros na correção das provas do Enem. Apesar de o Ministério da Educação sustentar que os 5.974 candidatos afetados pelas “inconsistências” na correção tiveram o problema resolvido, dezenas de estudantes questionaram na Justiça os resultados do exame.

Até agora, o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), não se manifestou sobre uma possível exoneração. Contudo, parlamentares usaram as redes sociais, após o pedido de impeachment, para elogiar o ministro da Educação.

“O que fica evidente a partir das análises multitemáticas é que o planejamento e a gestão do MEC estão muito aquém do esperado e são insuficientes para dar conta dos desafios educacionais que se apresentam no país”, diz trecho da denúncia.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Tábata Amaral pede impeachment de ministro: Weintraub é pior que Vélez

Grupo de 25 congressistas foi ao STF pedir que corte afaste Abraham Weintraub do cargo. Alegação é de que ministro teria cometido quebra de decoro e crime de responsabilidade com erros no Enem.

Deputados e senadores foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) na tarde da quarta-feira (05/02) pedir o impeachment do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O grupo acusa Weintraub de ter cometido crime de responsabilidade ao contrariar princípios definidos pela Constituição para o serviço público ? como os da impessoalidade e da eficiência. Weintraub também teria quebrado o decoro em suas manifestações em redes sociais e na Câmara dos Deputados.

Uma das subscritoras do pedido é a deputada Tábata Amaral (PDT-SP). No começo do ano passado, ela ficou conhecida ao confrontar o antecessor de Weintraub no cargo, o teólogo Ricardo Vélez Rodríguez.

Agora, diz a deputada, o Ministério da Educação está nas mãos de um gestor "muito pior" que Vélez.

"Enquanto o Vélez não fez nada, o Weintraub fez o pior Enem que a gente teve últimos anos", resume ela, em referência aos problemas no Exame Nacional do Ensino Médio.

"Qual era a nossa principal crítica ao Vélez? A inação. Ele tinha um monte de polêmica, de desmandos, e não fazia nada. Já o Weintraub não fez nada pela educação, mas fez tudo pela sua ideologia (de direita), pelos apoiadores do governo. Fez de tudo na luta contra o fantasma que ele mesmo criou", disse ela à BBC News Brasil.

"O Weintraub passou de todos os limites. Na forma como ele lida com os cidadãos, na maneira como conduziu o Enem, na maneira como conduziu a área de alfabetização (do ministério)", diz ela.

A reportagem da BBC News Brasil procurou o ministro da Educação para comentários, por meio de sua assessoria. Ele não se manifestará.

A lei brasileira diz que ministros de Estado estão sujeitos ao impeachment, caso cometam crime de responsabilidade (Lei 1.079 de 1950).

Atualmente, já tramita no STF um pedido de impeachment do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Em dezembro de 2019, o relator do caso de Salles no STF, ministro Edson Fachin, liberou o pedido para julgamento no plenário. Cabe agora ao presidente do Supremo, ministro Dias Toffoli, marcar a data.

O STF deverá sortear um ministro para atuar como relator do pedido contra Weintraub. Caberá, então, a este ministro levar o caso ao plenário do STF, mas a Corte não tem prazo para decidir sobre o tema.

Entre os signatários estão deputados da Rede, do PSB, do PDT, do PT, do MDB, do PSDB e do Cidadania (antigo PPS). Além de deputados, assinam a petição os senadores Fabiano Contarato (Rede-ES) e Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Dinheiro ficou parado por falta de gestão, diz relator

O pedido de impeachment de Weintraub também se baseia no relatório de uma comissão da Câmara criada para acompanhar o trabalho do Ministério da Educação.

Segundo o relator do colegiado, Felipe Rigoni (PSB-ES), o primeiro ano do MEC no governo de Jair Bolsonaro foi marcado pela falta de gestão ? o ministério perdeu, por exemplo, R\$ 1 bilhão encaminhado à pasta pela força-tarefa da Lava Jato, fruto de uma multa paga pela Petrobras.

"O que o nosso relatório constatou é que existe um completo estado de inação no MEC, que a gestão do órgão foi comprometida. Tivemos baixa execução orçamentária em áreas fundamentais, e uma total falta de critérios em várias decisões importantes", diz Rigoni à BBC News Brasil.

Em 2019, o MEC foi uma das pastas que mais ficaram com recursos "empoçados", isto é, dinheiro que estava disponível, mas não foi gasto.

"Tivemos também uma instabilidade extrema nos cargos. Enquanto outros ministérios já estabilizaram suas equipes, o MEC seguiu trocando os profissionais o tempo todo. E, no geral, a atual gestão do ministério tem menos pessoas com experiência na área de educação que gestões anteriores. Tem também menos pessoas com experiência na área que outros ministérios deste governo", avalia Rigoni.

Do que o ministro é acusado?

Para os congressistas, Weintraub teria quebrado o princípio da impessoalidade (Art. 37 da Constituição) quando mandou que o presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) verificasse problemas na prova do Enem da filha de um apoiador do governo, que o interpelou no Twitter.

O ministro também teria cometido crime de responsabilidade ao supostamente se omitir em algumas das áreas de responsabilidade do MEC — como a política de alfabetização. Weintraub também deixou de aplicar recursos que estavam disponíveis para o MEC, o que configuraria uma afronta ao princípio da eficiência.

Além disso, os parlamentares também acusam Weintraub de agir de forma "incompatível com a dignidade, honra e decoro do cargo" de ministro.

O professor "tem se valido de sua prerrogativa de chefe de uma pasta de altíssima relevância para se manifestar publicamente, sobretudo por meio das redes sociais, de maneira incompatível com a dignidade" da posição que ocupa.

Fora da internet, um destes "excessos" teria acontecido no dia 11 de dezembro — na ocasião, Weintraub participou de uma audiência na Câmara dos Deputados, na qual acusou as universidades públicas de manterem "plantações extensivas" de maconha nos campi.

O advogado criminalista e professor de processo penal na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Fernando Castelo Branco explica que "os crimes de responsabilidade do funcionário público estão definidos nos Artigos 313 a 326 do Código Penal". São crimes como advocacia administrativa (interceder em favor em alguém), prevaricação (deixar de fazer algo a que esteja obrigado) e peculato (se apropriar de dinheiro público), entre outros.

Castelo Branco diz ainda que, embora o impeachment de ministros não seja julgado na Câmara, este tipo de procedimento tem sempre uma carga política ? mesmo que a base seja jurídica.

Impopular no Congresso, mas apoiado por Bolsonaro
Weintraub é hoje um dos ministros menos populares no Congresso.

A pressão sobre ele aumentou desde dezembro, quando ele removeu uma pessoa indicada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do comando do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). O FNDE é a autarquia do MEC responsável por liberar recursos e dar apoio técnico a Estados e municípios no uso de verbas destinadas à educação.

Os problemas na realização do Enem de 2019 também contribuíram para aumentar a irritação de deputados e senadores com o ministro. Uma falha na correção de pouco menos de 6 mil provas acabou afetando as provas de 3,9 milhões de candidatos que participaram do exame.

No fim de janeiro, Maia disse que o Brasil "não tem futuro" com Weintraub. Na segunda-feira (03/02), o presidente da Câmara voltou a disparar contra o ministro.

"Eu só trabalho com bandeira branca. O problema é que o grupo que o ministro representa é a bandeira do ódio. E eu não posso negociar com quem tem a bandeira do ódio de forma permanente atacando e agredindo as pessoas em redes sociais", disse o parlamentar carioca.

Em 2020, o Ministério da Educação terá uma série de desafios no Congresso — inclusive a discussão sobre o percentual de contribuição do governo federal para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Apesar das críticas de parlamentares, Weintraub parece contar com o apoio do

presidente Bolsonaro e de seus filhos — nesta terça (04/02), o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse que Weintraub era o "melhor ministro da Educação de todos os tempos".

"O ministro Weintraub e o presidente Maia têm um atrito por conta do FNDE. Isso que está acontecendo, isso é desdobramento normal deste atrito", disse Eduardo.

Na segunda-feira, o ministro viajou com Bolsonaro para o lançamento da pedra fundamental do Colégio Militar de São Paulo, que será o 14º do tipo no país.

DIÁRIO DA REGIÃO - CARTAS

Criacionismo

Pretendo tecer aqui alguns comentários procurando corrigir a má interpretação e o preconceito tão arraigado no artigo "Criacionismo" em 31/1/20. Temo que o ilustre doutor uspiano tem feito da ciência, sua nova religião e elevado o naturalismo ao status de divindade. Desta vez, sua pontaria tenta acertar o doutor Benedito Guimarães, novo presidente da **Capes**, e o Design Inteligente.

É interessante que ele selecionou do currículo do doutor Benedito apenas a parte que diz "expoente da associação brasileira de instituições educacionais evangélicas" e "esqueceu" de mencionar o restante do invejável currículo de serviços prestados à ciência que, se mencionado, preencheria grande parte dessa coluna aqui. Seletivismo puro!

No alto do seu conhecimento, Salvatore afirma que a criação foi negada no passado na base do "nada surge do nada". Ora, mas é justamente esse princípio que apoia o criacionismo contra o antigo conceito de um universo sem começo e sem fim. O universo surge de um start. O Big Bang, que já fora taxado de teoria religiosa, é prova disso.

Quanto à lei de Lavoisier (conservação das massas) está em pleno acordo com os postulados que indica um universo criado e acabado, onde nem a energia e a massa podem ser criadas ou destruídas novamente. Caso contrário, pergunto ao senhor Salvatore: se a matéria não pode ser criada, como ela existe? O fato é que a história da ciência mostra que a ciência moderna nasce ancorada nos princípios religiosos de seus pais fundadores, sendo um deles a crença em um universo racional, com leis fixas, produto de um desenhista inteligente e racional, por isso ela pode ser estudada. Paulo Cristiano da Silva, Rio Preto.

topo ↕

O RIO BRANCO - AC - GERAL

Ministério da Educação abre edital para capacitação de professores da Educação Básica no Canadá

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (capes)**, fundação do Ministério da Educação (MEC), está com edital aberto para promover a capacitação de professores em efetivo exercício nas escolas públicas de educação básica, que realizarão curso de aperfeiçoamento, com duração de oito semanas, promovido pelo Colleges and Institutes Canada — CICan.

O programa de capacitação inclui um curso básico de inglês e curso de formação para professores, voltado para gestão de sala de aula e aprendi zagem centrada no aluno. As

inscrições são gratuitas e efetuadas por meio do envio de documentos e preenchimento do formulário de inscrição online.

A CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Para informações de como participar, acesse: <http://capes.gov.br/edu-cacao-basica/cooperacao-inter-nacional/programa-de-desen-volvimento-de-profissionais-da-educacao-basica-no-canada>. [Agencia de Notícias]

topo ↕

A GAZETA - MT - BRASIL

Teste avalia rapidez na leitura

O Ministério da Educação (MEC) quer lançar uma avaliação ainda este ano para medir quantas palavras por minuto são lidas pelas crianças do 2º ano do ensino fundamental (8 anos). O teste está sendo chamado de Avaliação Nacional de Fluência e faz parte de um novo programa de alfabetização. O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso ao texto deste programa, que também menciona reformular a escolha de livros didáticos e premiar professores por desempenho ao ensinar a ler e escrever.

Segundo o texto, a "fluência em leitura é um dos mais fortes indicadores de sucesso na alfabetização". A prova deve medir se a criança lê com "bom ritmo, precisão e velocidade". Testes de fluência são usados por redes de ensino ou educadores que acreditam que a leitura é uma decodificação e são mais ligados ao método fônico de alfabetização, em que há ênfase nos sons das letras. Outros grupos criticam esse tipo de avaliação por considerarem uma pressão desnecessária à criança. Também acreditam que a velocidade não demonstra que ela compreende o que lê.

A ideia é fazer a prova por meio de uma gravação da leitura da criança, no fim de 2020. Essa gravação seria enviada a uma entidade, ligada ao MEC, que faria a medição. Ela ocorreria em redes estaduais e municipais que aderirem ao programa, batizado de Tempo de Aprender. O MEC pretende lançá-lo antes do carnaval.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - PAINEL BUGALHOS

Os institutos federais querem ficar de fora da nova seleção de reitores imposta por medida provisória baixada na véspera de Natal. A avaliação do Conif, conselho dos dirigentes dos institutos, é que, ao tentar interferir na escolha das universidades federais, o MEC desarrumou a sucessão nos institutos, cuja eleição tem regras próprias.

PARADO!! A MP deixou indefinida a eleição em quatro institutos federais — IFMA (Maranhão), IFRR (Roraima), IFNMG (Norte de Minas) e IFFAR (Farroupilha, em Santa Maria-RS) — cujo mandato dos reitores acaba neste ano.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - COLUNA

FUNDEB e as contas municipais

Prefeitos cearenses, na abertura do ano eleitoral, estão perdendo o sono diante da discussão do aumento salarial de 12,84% para os professores e a aproximação do fim do Fundeb sem uma resolução clara. A discussão, inclusive, está colocando prefeitos em lado oposto ao Governo Bolsonaro. Há, segundo o presidente da Aprece, Nilson Diniz, graves problemas em municípios do Estado. O valor repassado pelo Fundeb, segundo as regras federais, seriam, no mínimo 60% para pagamento dos profissionais do magistério

e 40% para custeio e manutenção das unidades. Entretanto, na maioria dos municípios, segundo a entidade, o valor total repassado pelo Governo Federal é usado para pagar professor e a Prefeitura ainda precisa complementar. Investimento? Só em sonho. Um problemão, principalmente, onde o fundo constitui-se como a maior fonte de financiamento da Educação Básica.

Finanças impactadas

O aumento salarial anunciado pelo Governo Bolsonaro, superior a 12% (baseado em lei), terminou de tumultuar as finanças municipais, porque, no fim das contas, quem precisará arcar com o aumento serão estados e municípios. "Isso impacta os gastos com Educação, mas não só isso. Impacta nas contas das prefeituras de maneira geral", complementa Nilson Diniz.

Nome tucano

Os prefeitos que estão nos cargos reclamam dos problemas financeiros nas prefeituras, mas não falta quem queira disputar o poder municipal. Em Juazeiro do Norte, está praticamente confirmada a candidatura do deputado estadual Nelinho pelo PSDB. Já tem o aval dos líderes estaduais do partido, inclusive do senador Tasso Jereissati, e agora busca fortalecer alianças. Ele quer atrair outros nomes postos como pré-candidatos.

topo 

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

Projeto de reajuste municipal deve ir a plenário na próxima semana

A proposta de aumento de 4,31%, que havia sido negociada pelo prefeito Roberto Cláudio (PDT) com os sindicatos que representam os servidores municipais de Fortaleza, tramita na Câmara em regime de urgência

Com tramitação em regime de urgência aprovada, a nova proposta de reajuste salarial para os servidores municipais deve ser analisada, nesta quinta-feira (6), pela Comissão Conjunta de Constituição e Orçamento da Câmara Municipal de Fortaleza. Caso não haja pedido de vistas nem apresentação de emendas, o projeto, que prevê novo reajuste geral de 4,31%, pode ser votado em plenário já a partir da próxima terça-feira (11).

O projeto de lei foi enviado pela Prefeitura de Fortaleza ao Legislativo na abertura dos trabalhos de 2020 após acordo para fazer a correção inflacionária depois do anúncio dos índices no início deste ano. A matéria foi lida em plenário ontem, quando também teve o regime de urgência aprovado por unanimidade pelos parlamentares.

Mesmo a oposição se colocou favorável à proposta, apenas fazendo ressalva quanto à negociação ainda em curso do reajuste salarial para os professores da rede municipal de ensino. Em dezembro, os parlamentares haviam analisado aumento salarial geral de 3% para servidores.

Prioridade

O prefeito Roberto Cláudio (PDT) havia anunciado, na última segunda-feira (3), que esta matéria seria a prioridade do Executivo Municipal na retomada dos trabalhos do Legislativo. "Foi um compromisso com a mesa de negociações. Foi enviado o diferencial da lei, para fazer valer de imediato, tão logo os vereadores aprovem. E o

mais importante: vai valer retroativo ao mês de janeiro", ressaltou o gestor na ocasião.

"Essa matéria vem com esse objetivo de fazer a complementação desse reajuste, cumprindo um compromisso com os servidores e com os sindicatos que os representam", complementou, ontem, o líder do prefeito na Câmara Municipal, Ésio Feitosa (PDT). Segundo ele, o reajuste feito nos salários dos servidores havia sido "parcial" para que houvesse o complemento da reposição da inflação quando o IPCA fosse consolidado.

A proposta recebeu apoio de parlamentares opositores, apesar de ressalvas. "Queremos deixar claro a expectativa, que imagino que seja de outras bancadas, para que a reivindicação dos professores seja ouvida", explicitou Guilherme Sampaio (PT). Os docentes reivindicam reajuste determinado em âmbito federal, de 12, 84%.

O vereador Sargento Reginauro (Sem Partido), também de oposição à gestão municipal, defendeu que haja "atenção diferenciada a uma categoria vital para o desenvolvimento da nossa sociedade que são os nossos professores".

Após consultas aos movimentos sindicais, contudo, Guilherme Sampaio afirmou que a bancada petista apoiaria a proposta do Executivo para o reajuste para os servidores municipais de forma geral, inclusive com tramitação em regime de urgência. "Até para que não haja nenhum lapso entre o período inflacionário e o reajuste", afirmou.

Vetos

Além da proposta de novo reajuste salarial, o prefeito Roberto Cláudio enviou poucas proposições para serem analisadas pelo Legislativo Municipal neste início dos trabalhos de 2020. Segundo parlamentares da base governista, o período tranquilo se deve ao grande volume de propostas aprovadas ao final de 2019, que devem, agora, ser executadas - como o aumento do número de Regionais na Capital, que tem prazo de 12 meses para ser implementado.

Começaram a tramitar três vetos do prefeito, dois deles a respeito de projetos de lei dos vereadores Mairton Félix e Márcio Cruz. O terceiro veto diz respeito a uma parte do Plano Diretor aprovada em 2009. Na justificativa do texto, que trata de um trecho de zoneamento de proteção ambiental, o prefeito afirma que a área não está bem delimitada, o que impossibilitaria ser implementada.

Além destas matérias, seis operações urbanas consorciadas, de autoria do prefeito Roberto Cláudio, devem continuar a tramitar neste ano. Enviadas ainda em 2019, tais propostas afetam áreas como trechos do Rio Maceió, da Lagoa do Papicu e da Lagoa do Gengibre, além de regiões como a Avenida Aguanambi e o bairro Jacarecanga.

Clima tranquilo

A sessão de ontem na Câmara Municipal foi tranquila, apesar dos acontecimentos da última terça-feira (4). Na ocasião, o agora ex-secretário municipal de Segurança Cidadã, Antônio Azevedo, invadiu o plenário da Casa para rebater acusações feitas pelo vereador Márcio Cruz (PSD).

O parlamentar havia acusado Azevedo de ser "um dos advogados de uma facção criminosa internacional". O ex-secretário negou as acusações, mas, ao adentrar o plenário, proferiu ameaças contra Cruz e precisou ser contido por vereadores. Ainda na terça, ele fez o pedido de exoneração ao prefeito Roberto Cláudio.

Ontem, o clima no Legislativo era de virar a página. Poucos parlamentares levaram o assunto à tribuna, dentre eles Carlos Mesquita (Pros), que fez um pronunciamento que acabou irritando Márcio Cruz. Mesquita prestou "solidariedade" a Azevedo e afirmou que todos têm "um dia de cão". Márcio Cruz chegou a pedir direito de resposta na tribuna, mas vereadores da base aliada o dissuadiram, e o vereador preferiu sair sem falar nem dar entrevista sobre o caso.

Salário do docente em negociação

Após anúncio do Ministério da Educação (MEC), em janeiro último, de reajuste do valor do piso salarial dos professores da rede básica de ensino, com correção de 12,84% em 2020, o prefeito Roberto Cláudio (PDT) analisa proposta da categoria, apresentada, ontem, por representantes da classe, que interromperam as aulas para realizar um ato em frente ao Paço Municipal, que se iniciou às 9h e terminou às 18h. Eles pedem os 12,84% estabelecidos pelo MEC mais 7,64% do reajuste do piso de 2017 que, conforme a presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará (Sindiute), professora Ana Cristina, não foi pago. Com isso, o total da correção chegaria a 20,48%.

Nesta quinta-feira (6), a partir das 9h, os professores e representantes da classe se concentram na Câmara Municipal de Fortaleza para debater o tema. Eles esperam receber uma contraproposta do Executivo Municipal. Alguns vereadores devem participar das negociações. Ainda conforme Cristina, o prefeito aceitou fazer uma proposta que contemple todos os professores – entre ativos e aposentados.

A representante da categoria argumenta que o percentual solicitado pela categoria corrige de maneira "justa" os salários dos professores da rede municipal. "Hoje, todo professor, da ativa e aposentado, recebe, além do salário, um auxílio de mais de R\$ 200. Caso haja uma reforma da Previdência municipal, esse benefício será retirado. Então, com o aumento salarial, o impacto da retirada do benefício será menor", afirmou.

Ela esclarece que os 20,48% já incluiriam os 4,31% do reajuste geral anunciado pela Prefeitura. Procurada, ontem, pela reportagem, a gestão municipal disse apenas que uma proposta de reajuste estava em análise.

Acréscimo do piso

O aumento anual do piso salarial dos professores está previsto na lei 11.738/08. O percentual do reajuste, no entanto, é estabelecido anualmente por meio de portaria do Governo Federal.

Cálculo

Para calcular a porcentagem, o MEC utiliza como base o valor gasto por aluno, utilizando como referência as estimativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - POLÍTICA

Impeachment de Weintraub na pauta

Deputados federais de várias tendências pediram, ontem, ao STF o afastamento do ministro da Educação, Abraham Weintraub. As acusações contra ele são diversas COM AGÊNCIAS

Um grupo de parlamentares apresentou um pedido de impeachment contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no Supremo Tribunal Federal (STF) por irregularidades que podem ser classificadas como crime de responsabilidade. O texto se apoia em trechos do relatório produzido pela Comissão Externa de Acompanhamento do MEC, presidida pela deputada federal Tábata Amaral (PDT-SP) e sob relatoria do deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES), com vice-coordenação do deputado João Campos (PSB-PE). A medida foi anunciada em coletiva de imprensa, no Salão Verde do Congresso Nacional, ontem. Para os parlamentares, o ministro deve perder o cargo por ter cometido atos incompatíveis com o decoro do cargo, "em razão da postura ofensiva e permeada de expressões de baixo calão em redes sociais e audiências realizadas na Câmara".

Além disso, afirmam que o ministro cometeu crime de responsabilidade por ter violado o princípio da eficiência na gestão pública. Os parlamentares citam como exemplo o fato de Weintraub ter sido o único a não dar destino para a verba recuperada pela Lava Jato. "Ele negligenciou R\$ 1 bilhão que foi conquistado pela Lava Jato, esse dinheiro foi perdido pelo ministério porque não conseguiram empenhar a tempo", afirmou Rigoni. Não há um prazo para que o STF decida se recebe ou não a denúncia.

Enem

"Estamos pedindo o impeachment de Weintraub por todo o retrocesso que ele representa à educação no Brasil. Se o cenário já era difícil antes de sua gestão, hoje se consolida a conclusão de que não temos um planejamento estratégico para o MEC e que isso compromete e causa danos ainda imensuráveis ao povo brasileiro. É preciso mudar o rumo dessa gestão inconsequente e ineficaz", disse João Campos. A crise envolvendo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que teve falhas e notas divulgadas com erros, também foi citada no pedido.

"Nós que fizemos a comissão externa, identificamos problemas severos no Enem. Ele já foi feito, os erros foram cometidos e até hoje as questões retiradas não foram apresentadas", enfatizou João.

Quebra de decoro

Já Tábata Amaral destacou que o ministro realizou "uma série de quebras de decoro - xingamentos pelas redes sociais, parlamentares que são desrespeitados, negligência e incapacidade". "Hoje a gente decidiu que basta. A gente se uniu mesmo tendo visões diferentes", afirmou. De acordo com a deputada, um abaixo-assinado pedindo a demissão do ministro será lançado. "Para que a população possa demonstrar apoio", explicou.

No mesmo ato, parlamentares de convicções ideológicas diversas se uniram, como destacou o deputado Alexandre Frota (PSDB). "As diferenças podem lutar nessa ação com um único objetivo. Vamos levar ao STF porque esse ministro é uma pessoa desclassificada,

agressiva . Não podemos deixar que esse senhor continue", frisou.

Demissão

O deputado federal Danilo Cabral (PSB), por sua vez, descatou que o ato afirma a unidade e que forças da oposição e do governo querem a saída do ministro. "Queremos a demissão do ministro. É a (mica alternativa que resta ao governo Bolsonaro", disse.

O pedido ao STF foi embasado no artigo 102 da Constituição, que diz que cabe ao tribunal julgar ministros de Estado "nas infrações comuns e crimes de responsabilidade". Já a lei do impeachment diz que qualquer cidadão pode pedir o impeachment de uma autoridade perante a Câmara dos Deputados. Os parlamentares usam neste caso o precedente do pedido contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, protocolado em 2019 no STF e que será analisado no plenário.

Também assinaram o pedido, os deputados Alexandre Padilha (PT). Integram o grupo os deputados

Aliei Machado (PSB), Edmilson Rodrigues (PSOL). Fabiano Tolentino (Cidadania). Fernanda Mel-chionna (PSOL), Fabiano Tolentino (Cidadania). Gil Cutrim (PDT), Henrique Fontana (PT). Joênia Wapichana (Rede), Marcelo Cale-ro (Cidadania), Marcio Jerry (PCdoB), Margarida Salomão (PT), Maria do Rosario (PT), Pedro Uczai (PT), Perpétua Almeida (PCdoB). Professor Israel (PV). Rafael Motta (PSB), Raul Henry (MDB), Reginaldo Lopes (PT), Rodrigo Agostinho (PSB), Rosa Neide (PT) e os senadores Alessandro Vieira (Cidadania) e Fabiano Contarato (Rede).

Humberto exige presença de ministro

O senador Humberto Costa (PT-PE) requereu, ontem, a ida do ministro Abraham Weintraub à Comissão de Educação do Senado. A preocupação do senador é que, mesmo com a convocação que foi feita ao ministro pela Casa, ele pode optar por não comparecer. "Ele terá de explicar como transformou o exame (o Enem) em um vexame". O senador cobrou, ainda, a demissão do ministro, considerado por ele uma vergonha ao Brasil e um enorme risco para a educação do país".

Weintraub, na opinião de Humberto, "é o pior ministro da Educação da história", é o grande responsável pelo imbróglio registrado com o Exame Nacional do Ensino Médio, que afetou quem realizou a prova no mês passado e "tornou a questão acadêmica um grave problema no Judiciário, inclusive com a suspeição do resultado e a suspensão de matrículas".

"É uma demonstração de incompetência, irresponsabilidade, falta de compromisso público e prepotência. O Senado não pode deixar de ouvir esse cidadão. É o primeiro Enem de Weintraub e já temos esse desastre colossal, com o exame e o Sisu desacreditados, atacados por uma série de ações judiciais, com repercussão internacional, tendo em conta que as notas são aceitas para ingresso também em universidades de outros países", resumiu.

O senador avalia que, para além do descaso, Weintraub ainda atropelou os princípios da impessoalidade na administração pública ao decidir aceitar a reavaliação de uma nota da prova de quem é alinhado ao governo - por meio do Twitter.

Na última segunda, o deputado Danilo Cabral também protocolou um pedido de

comparecimento do ministro da Educação à Câmara. No caso de Danilo, o pedido é para que ele compareça ao plenário.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - ARTIGOS DIPLOMA OU CONHECIMENTO?

Sem generalizar, é notável a diferença de postura dos alunos de algumas faculdades, quando comparados com os alunos de escolas preparatórias para concursos. No caso do Direito, as diferenças são ainda mais evidentes. É que, terminada a graduação, os formandos devem prestar o exame da OAB.

A média de aprovação para ser admitido como advogado é de apenas 15%. Portanto, esta realidade já indica o interesse dos alunos em aprender nas escolas preparatórias o que não aprenderam em quatro ou cinco anos de faculdade.

Ao contrário do que se pode supor, não é que todos os graduandos negligenciam os estudos. Isso pode até ser o caso de alguns deles. Mas, além disso, o ambiente das faculdades é muito mais voltado para o diploma que para o conhecimento.

Desse modo, se você - leitor - deseja fazer o curso de Direito, informe-se sobre o índice de aprovação na OAB antes de escolher a primeira faculdade. Sou suspeito de indicar a Faculdade Promove, porque tenho a honra de pertencer ao respectivo corpo docente. Mas estamos entre as melhores em aprovação na OAB e também na nota do MEC.

Na próxima semana, começo a lecionar para mais uma turma. E sempre me empenho em trazer o ambiente de escola preparatória para as minhas aulas. Motivo os alunos a, em vez de estudar para a prova, estudar para aprender. Em vez de se apegarem a alguns décimos a mais nas avaliações, que busquem aprimorar os conhecimentos.

Mas, enfim, por mais que nós - professores - falemos para não se preocuparem apenas com o diploma, existem os alunos que deixam mesmo para levar a sério os estudos depois que se formam, e precisam enfrentar o temido exame de ingresso na OAB.

Já abordei esse tema em diversas aulas inaugurais. E concluo dizendo, sobretudo aos alunos dos períodos iniciais do Direito: se você quer fazer uma trajetória diferente, e chegar ao final do curso apto a ser aprovado pela OAB, não decore os conteúdos para a prova. Prefira estudar com afinco para entender os diversos temas do Direito.

Assim, a meus alunos e a todos eu desejo bons estudos.

Advogado, mestre em Educação, professor de Direito da Faculdade Promove e autor de "Como Passei em 15 Concursos".

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL Governo estuda fazer Enem seriado

O Ministério da Educação (MEC) estuda substituir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no formato atual por provas aplicadas nos três anos do ensino médio regular. A informação foi divulgada pelo jornal O Globo. Segundo a reportagem, as três notas (uma de cada ano) iriam compor a média para os candidatos disputarem vagas no ensino superior. A matéria diz ainda que a ideia é começar a aplicação para alunos do 1º ano já no próximo ano, em 2021, e ampliar de forma gradual.

Atualmente, o resultado do Enem é usado no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), plataforma online que seleciona estudantes para graduações em mais de 120 universidades públicas do País. É também com o Enem que os jovens podem concorrer a bolsas do Programa Universidade para Todos (Prou-ni), ofertadas em faculdades privadas. Tem ainda o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), crédito educativo que igualmente utiliza o Enem no processo seletivo.

O texto de O Globo informa que o cronograma planejado pelo governo federal prevê provas para o 2º ano do ensino médio em 2022 e para os do 3º ano em 2023. Assim, completaria as três séries do ensino médio.

A reportagem diz também que o Enem nos moldes atuais continuaria existindo justamente para atender quem já concluiu o ensino médio ou aqueles que por algum motivo perderem uma das três provas seriadas. Haveria, portanto, o "Enem geral" e o "Enem seriado".

O Globo explica que a equipe técnica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pelo Enem, foi informada da proposta para avaliar a viabilidade da implementação do modelo seriado.

As mudanças seriam realizadas em paralelo ao Enem Digital, que segundo o MEC começa neste ano de 2020 em um modelo piloto. MEC e Inep foram procurados, mas não se pronunciaram sobre o assunto.

O Enem 2019 teve um total de 5.095.388 inscritos. Desse universo, mais da metade, 58,7%, informaram ao Inep, no momento da inscrição, que já tinham o ensino médio concluído. Em números absolutos foram 2.993.032 candidatos.

Cursando o 3º ano do ensino médio estavam inscritos 1.465.895 jovens. Em outra série do ensino médio (1º ou 2º ano) foram 616.672 participantes. Considerando a faixa etária dos inscritos no Enem 2019, 2.210.474 pessoas disseram que tinham 18 anos ou menos de idade.

Em média, alunos do 1º ano do ensino médio têm 15 anos de idade, caso tenham cumprido as séries da educação básica sem retenções. Fazem o 2º ano com 16 anos e terminam o ensino médio com 17 ou 18 anos. Vale destacar, entretanto, que isso não é uma regra.

topo 

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

STF decidirá sobre saída de Weintraub

Um grupo de parlamentares, entre deputados e senadores de diversos partidos, se uniram nesta quarta-feira (5) para protocolar o pedido de impeachment do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Eles apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma denúncia contra o ministro do governo Bolsonaro por crime de responsabilidade. A iniciativa conta com o apoio de mais de 20 parlamentares, entre eles, os pernambucanos João Campos (PSB), Danilo Cabral (PSB) e Raul Henry (MDB).

"Hoje [ONTEM], o Parlamento apresenta de maneira altiva que o que está no centro é a educação brasileira. A ação está bem fundamentada, já imaginávamos ter uma grande aceitação dos parlamentares, devido às graves condutas do ministro e ações que violam os princípios de eficiência", afirmou João, que é vice-coordenador da Comissão Externa

de Acompanhamento do Ministério da Educação (MEC).

Foi com base no relatório produzido pelo colegiado, que é presidido pela deputada federal Tabata Amaral (sem partido, SP) que a denúncia foi formulada. O relator da ação é deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES). De acordo com o documento, apenas 4,4% da verba reservada a investimentos foi executada pelo MEC.

Outros pontos elencados pelos parlamentares que justificariam a "eloquente ineficiência do ministro", são: ausência de políticas de alfabetização; falhas no Exame Nacional do Ensino Médio 2019; favorecimento de apoiadores do governo; ofensas às mães de diferentes cidadãos; e omissão quanto ao uso de R\$ 1 bilhão resgatados pela Operação Lava Jato.

"É dever de todo servidor público, em especial aqueles que os lideram, e o ministro (Abraham) está incluído, de prezar pela eficiência. Mas ele negligenciou R\$ 1 bilhão conquistados pela Lava Jato, porque o ministério não conseguiu empenhar a tempo. Sobre a condução do Enem, houve uma série de desmandos e os problemas não foram resolvidos até este momento. Por último, ao longo de 2019, a alfabetização, em discurso, foi colocado como foco principal, mas sua execução foi praticamente zero", explicou Rigoni.

Tabata Amaral pediu a mobilização da população que está sendo representada pelos deputados e senadores que apoiam a causa. "A educação é importante e temos que levá-la a sério. Estamos vendo uma série de quebras de decoro. Cidadãos são xingados diariamente, presidentes de outros países são ofendidos prejudicando a imagem do Brasil, parlamentares são desrespeitados todas as vezes que vem para essa Casa", relatou Tabata.

Os parlamentares embasam o pedido ao STF no artigo 102 da Constituição, que diz que cabe ao tribunal julgar ministros de Estado "nas infrações comuns e crimes de responsabilidade".

Os parlamentares usam neste caso o precedente do pedido contra o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que foi protocolado em 2019 no Supremo e será analisado pelos ministros no plenário.

Embora o pedido impeachment do ministro tenha o apoio de mais de 20 parlamentares, segundo a comissão, apenas 19 assinaram o abaixo-assinado, dos quais 17 são deputados e dois, senadores. Eles são de partidos como o PSB, PDT, PCdoB, Rede, Cidadania, MDB, PV, PT, PSDB e PSOL. Os congressistas estão usando as redes sociais para pedir o apoio da população, já que o documento pode ser assinado por qualquer cidadão.

ENEM

De acordo com o MEC, houve erro na correção de 5.974 provas do Enem 2019. No entanto, mais de 175 mil pessoas questionaram as notas que obtiveram nas provas, mas ainda não tiveram retorno do ministério. A divulgação do Sistema de Seleção Única (Sisu) 2020 chegou a ser suspensa pela Justiça por conta das inconsistências.

"Durante todo o ano passado fiscalizamos o trabalho do Ministério da Educação. Identificamos problemas severos no Enem. Nós estivemos no Inep, e ali foi apresentado

que seria criado uma comissão para fazer um banco nacional de questões, mas sabemos que não houve transparência nesse processo. O Enem foi feito, os erros cometidos, e até hoje as questões retiradas não foram apresentadas", criticou João Campos.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

Legado do MEC causa rusga

Depois de requerer a ida do ministro da Educação, Abraham Weintraub, à Comissão de Educação do Senado para esclarecer os problemas com a divulgação de notas do Enem 2019, o senador Humberto Costa (PT) fez duras críticas ao ex-governador Mendonça Filho (DEM), que comandou o MEC durante o governo de Michel Temer (MDB). O parlamentar classificou o democrata como um ministro "terrível".

"Temer, que ganhou a Presidência de presente depois de ter derrubado Dilma, escolheu um terrível ministro para a área: Mendonça Filho. Ele é meu conterrâneo, mas foi responsável por desmontar programas e projetos importantes e não fez nada de novo", cravou Humberto.

O petista completou a observação afirmando que Weintraub é uma "figura apatetada e aparvalhada". "Aí veio Bolsonaro e se sentiu, digamos, desafiado por Temer. Escolheu um ainda pior: aquele Ricardo Vélez. E como se já não fosse suficientemente ruim, o presidente conseguiu nomear alguém ainda pior para substituí-lo, que é esse enxovado, essa figura apatetada e aparvalhada de Abraham Weintraub", disparou.

Abraham Weintraub terá que prestar esclarecimentos sobre o Enem no Senado na próxima terça-feira (11). Humberto Costa ainda cobrou a demissão do auxiliar do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

"É uma demonstração de incompetência, irresponsabilidade, falta de compromisso público e prepotência. O Senado não pode deixar de ouvir esse cidadão. É o primeiro Enem de Weintraub e já temos esse desastre colossal, com o exame e o Sisu desacreditados, atacados por uma série de ações judiciais, com repercussão internacional, tendo em conta que as notas são aceitas para ingresso também em universidades de outros países", afirmou o senador.

Em resposta ao petista, Mendonça afirmou que Humberto é "pau mandado do PSB".

"Ao invés de se passar para ser pau mandado do PSB, Humberto devia resolver seu recalque, por ter sido demitido pelo PT do Ministério da Saúde por incompetência", declarou, por nota, além de pontuar ações tocadas por ele enquanto esteve à frente da pasta da Educação.

"Tiramos do papel a reforma do ensino médio, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), mudamos o Enem, lançamos o Fies a juros zero, a política de escolas em tempo integral, deixamos obras em todas as universidades e institutos federais e destinamos R\$ 3 bilhões para a Educação em Pernambuco", elencou o democrata, finalizando que Humberto está com medo do pleito deste ano. "Não tenho medo de mentiras e nem de ataques de Humberto. Essa recaída é medo das eleições deste ano, quando o povo do Recife deve derrotar nas urnas a gestão incompetente do consórcio PSB/PT", disse.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - FECHAMENTO

Educação

O Ministério da Educação (MEC) abriu vagas para capacitar 1.200 professores na alfabetização de estudantes com deficiências. O curso é gratuito e tem como público-

alvo professores de educação básica. O Aperfeiçoamento em Alfabetização para Estudantes com Deficiência será a distância e terá carga de 180 horas. As aulas vão de maio a outubro. A iniciativa tem parceria da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL BUGALHOS

Os institutos federais querem ficar de fora da nova seleção de reitores imposta por medida provisória baixada na véspera de Natal. A avaliação do Conif, conselho dos dirigentes dos institutos, é que, ao tentar interferir na escolha das universidades federais, o MEC desarrumou a sucessão nos institutos, cuja eleição tem regras próprias.

PARADO!! A MP deixou indefinida a eleição em quatro institutos federais — IFMA (Maranhão), IFRR (Roraima), IFNMG (Norte de Minas) e IFFAR (Farroupilha, em Santa Maria-RS) — cujo mandato dos reitores acaba neste ano.

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Nota do Enem permitirá ingresso na Universidade Aberta do Brasil

Pela primeira vez, a seleção para ingresso de alunos na modalidade Educação a Distância (EAD) se dará por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e serão aceitas as notas das edições de 2014 a 2019. Mais de duas mil vagas serão ofertadas.

No novo edital, dos oito cursos que serão ofertados pela UAB, dois são novos, Turismo e Ciências Contábeis. Também serão criados novos polos em Fronteiras, Palmeirais e Altos. O período de inscrição é de 7 a 12 de fevereiro, o resultado sai dia 5 de março de 2020.

Segundo o secretário de Estado da Educação, Ellen Gera, a educação a distância é muito importante no Piauí, sendo o governador Wellington Dias, além de entusiasta, um dos criadores desse processo.

"Hoje também o Piauí tem uma plataforma tecnológica que atende a educação superior, o ensino técnico profissionalizante por meio de mediação, além de formação e também levando ensino médio e preparatório Enem para o estado. A tecnologia é indissociável de nosso dia a dia e será dada continuidade da parceria do Governo do Estado com a UFPI e Ues-pi na expansão da educação superior, a exemplo do programa Uapi, que é similar à UAB. Seremos o primeiro estado brasileiro que terá vestibular público em todos os municípios, pois é uma decisão de governo", destacou o secretário.

Atualmente, quase 90% da população piauiense já pode ser atendida por um polo superior, segundo explica Ellen Gera. "A Seduc é mantenedora da infraestrutura, corpo administrativo, parte tecnológica de conectividade da maioria dos polos da UAB e continuará fazendo, pois acredita na parceria. A EAD oferece a oportunidade real de democratização do ensino superior, antes tão restrito aos limites físicos da sala de aula", completou o gestor.

Uapi

A Universidade Aberta do Piauí (Uapi) é um programa de ensino voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no estado do Piauí, por meio de estratégias de inovação tecnológica.

A instituição está integrada ao sistema da UAB e é fruto da parceria entre a Seduc, a

Uespi e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí (Fapepi). Atualmente está presente em 120 municípios e já ofertou em seus vestibulares seis mil vagas no curso de Bacharel em Administração.

topo ↕

O ESTADO - MS - BASTIDORES

Professores contratados

O deputado estadual Pedro Kemp (PT) fez um apelo na tribuna, durante a sessão de ontem (5), para que a Secretaria de Estado de Educação (SED) reveja a forma de organização dos processos seletivos de professores temporários. Segundo ele, os professores do interior sofreram transtornos, pois tiveram de se deslocar a Campo Grande e Dourados, locais de realização da última prova. "É preciso facilitar a organização. Recebi centenas de reclamações de professores que tiveram de viajar grandes distâncias, inclusive foi registrado um acidente. Os profissionais da educação tiveram grandes prejuízos, inclusive a redução salarial. Os professores convocados para Rede Estadual de Ensino recebem 32% a menos que os efetivos", disse.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Prefeita assumirá o comando da Seduc

ANÚNCIO- Helder Barbalho confirma o nome de Elieth Braga, de Mocajuba, para o cargo

Através das suas redes sociais, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), anunciou, ontem pela manhã, a nova secretária estadual de Educação. A pasta será comandada, a partir da semana que vem, pela prefeita do município de Mocajuba (PA), Elieth de Fátima Braga, que também integra o quadro do MDB no Pará.

Também nas redes sociais, Helder Barbalho publicou foto de reunião que teve ontem com a nova titular da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), acompanhado do chefe da Casa Civil, Parsifal Pontes, que ocupa o cargo interinamente até a próxima segunda-feira (10), quando Elieth Braga assume efetivamente a pasta.

No cargo interinamente desde a última segunda-feira, 3, Pontes substituiu a então titular da pasta, Leila Freire. Em coletiva de imprensa ocorrida no início desta semana, o governador argumentou que a exoneração do comando da Seduc atendeu a um pedido da própria Leila Freire, conforme foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE). Juntamente com a ex-gestora da Seduc, foi desligada a secretária-adjunta Ana Paula Fernandes Renato.

Com a nomeação prevista ainda para esta semana, Elieth Braga deixa a administração municipal de Mocajuba para assumir a Seduc na próxima semana. Desta forma, assume a gestão do município o vice-prefeito Cosme Macedo Pereira (PSD).

MATRÍCULAS

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) iniciou na terça-feira (4) a matrícula dos mais de 3 mil aprovados no Processo Seletivo (Prosei) 2020, nos 16 municípios onde está instalada. O prazo para apresentar a documentação estende-se até a próxima sexta-feira (7), e obedece a um calendário conforme cursos e campi escolhidos no ato da inscrição. As informações estão no site da instituição.

topo ↕

O POPULAR - GO - POLÍTICA

Deputados vão ao STF pedir impeachment de Weintraub

EDUCAÇÃO Tabata Amaral (PDT-SP) encabeça grupo que acusa ministro de crime de responsabilidade por paralisação no planejamento e execução de ações do MEC

Um grupo de deputados, encabeçado por Tabata Amaral (PDT-SP), vai apresentar uma denúncia no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, por crime de responsabilidade. Os deputados pedem ao STF que determine o impeachment de Weintraub.

O pedido será baseado na radiografia realizada no Ministério da Educação por uma comissão da Câmara que indicou paralisação tanto no planejamento quanto na execução de políticas públicas por parte da pasta comandada por Weintraub.

O colegiado que conduziu a vistoria foi presidido por Tabata e teve relatoria do deputado Felipe Rigoni (PSB-ES). A denúncia, à qual o Estado teve acesso, cita ineficiência na gestão das políticas de alfabetização, omissão da pasta para fazer uso de R\$ 1 bilhão resgatados pela Operação Lava Jato, falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e inobservância do Plano Nacional de Educação.

Segundo Tabata, mais de 20 parlamentares assinam a denúncia contra Weintraub. "Decidimos que basta", disse Tabata. Os deputados também denunciam suposta ofensa ao princípio da impessoalidade. No último fim de semana de janeiro, Weintraub usou sua conta no Twitter para responder diretamente a usuários da rede social sobre possíveis erros de correção nas provas do Enem e pediu ao presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do exame, nova análise de um caso.

Os parlamentares denunciam ainda "atos incompatíveis com o decoro, honra e dignidade da função, sobretudo em razão da postura ofensiva e permeada de expressões de baixo calão em redes sociais e audiências realizadas na Câmara". Weintraub foi sabatinado pela Comissão de Educação no dia 11 de dezembro.

"Espero que o presidente da República entenda a gravidade da situação e sequer dependa do julgamento do STF", afirmou Tabata. "Além da denúncia ao STF vamos fazer um abaixo-assinado para apoio da população. Peço que a população se mobilize e se una a nós". Procurado, o MEC não se manifestou.

BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem não ter a intenção de demitir qualquer ministro de seu governo, mas ironizou que o único que está garantido no cargo é o vice-presidente Hamilton Mourão. "Nenhum ministro vive ao meu lado preocupado em ser demitido. Se tiver que ser, eu só não posso demitir o Mourão, o resto ali...", disse. Como foi eleito, o vice só sairia em caso de impeachment.

Nas últimas semanas, ao menos três auxiliares do presidente foram alvo de especulações sobre possível saída do governo os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário de Comunicação da Presidência, Fábio Wajngarten.

Sobre a permanência do ministro da Educação após erros na divulgação de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e críticas à gestão da pasta, Bolsonaro afirmou que "não tem que responder" esse tipo de pergunta.

Sobre Onyx, que teve as funções esvaziadas e auxiliares demitidos durante suas férias, Bolsonaro disse que o ministro "sabe o que está fazendo". Bolsonaro também disse que Wajngarten "continua mais firme do que nunca" no cargo e minimizou a abertura de um inquérito da Polícia Federal para investigar a empresa da qual é secretário e sócio cotista e que, antes de entrar no governo, já atendia clientes que recebem recursos da Secom, como emissoras de TV e agências de publicidade. (Agência Estado)

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC quer aplicar Enem a cada série

Ideia do ministério é colocar modelo de avaliação em prática já no próximo ano
BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) estuda substituir o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) no formato atual por provas aplicadas nos três anos do ensino médio regular, que, juntas, comporiam a nota do estudante para disputar vagas no ensino superior. A ideia é começar a aplicação para alunos do 1º ano já em 2021 e ampliar de forma gradual. A informação é do jornal "O GLOBO".

O cronograma inicialmente traçado prevê a incorporação das turmas de 2º ano em 2022 e as de 3º ano em 2023, quando todo o ciclo regular do ensino médio estaria sendo atendido. Escolas públicas e privadas passariam pelo exame seriado.

Áreas técnicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) foram informadas da proposta para analisarem a viabilidade de sua implementação. As mudanças seriam feitas paralelamente aos planos de introduzir de forma gradual o Enem digital, anunciado no ano passado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O Enem nos moldes atuais continuaria existindo, mas para um público residual: quem já terminou há tempos o ensino médio e quer disputar vaga em universidades e para os estudantes que perderem uma das provas do exame seriado. Haveria, portanto, o "Enem geral" e o "Enem seriado".

A ideia do governo é incorporar as provas do "Enem seriado" ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que hoje testa o rendimento dos estudantes do 5º e 9º do ensino fundamental e do 3º do médio. É com base nesses dados—combinados com taxas de aprovação, repetência e abandono — que se calcula o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O Saeb aplica provas de português e matemática. Em 2019, houve avaliações amostrais de ciências e questionários dirigidos a profissionais da educação infantil. A avaliação custou R\$ 500 milhões aos cofres públicos.

A inspiração para a mudança é o Programa de Avaliação Seriada (PAS) da Universidade de Brasília (UnB). O PAS é realizado ao longo dos três anos do ensino médio regular para selecionar candidatos para metade das vagas ofertada pela instituição.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Impeachment - Deputados pedem saída de Weintraub

BRASÍLIA. Um grupo de deputados decidiu apresentar ontem pedido de impeachment contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, no Supremo Tribunal Federal (STF).

De acordo com os deputados, o ministro deve perder o cargo por ter cometido atos incompatíveis com o decoro do cargo, "em razão da postura ofensiva e permeada de expressões de baixo calão em redes sociais e audiências realizadas na Câmara".

Além disso, afirmam que o ministro cometeu crime de responsabilidade por ter violado o princípio da eficiência na gestão pública. A crise envolvendo o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que teve falhas e notas divulgadas com erros, também foi citada no pedido.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bolsas CAPES – Fulbright Brasil para doutorado pleno nos EUA

São até 20 bolsas para desenvolver pesquisa nas melhores universidades dos Estados Unidos a partir de 2021. Inscrições até 11/03.

A Comissão Fulbright Brasil em parceria com a **Capes** está oferecendo até 20 bolsas de doutorado pleno para desenvolvimento de pesquisa nas melhores universidades dos Estados Unidos em 2021. Candidatos de todas as áreas de avaliação contempladas pela **CAPES** podem se inscrever. O programa cobre os três primeiros anos da bolsa nos EUA e os demais anos devem ser cobertos pela universidade americana.

O processo seletivo terá fases no Brasil e nos EUA, uma vez que a bolsa só será implementada se o candidato pré-selecionado no Brasil for admitido em uma universidade de excelência. Dentre as Highest Research Activity (R1) Doctoral Universities americanas, estão instituições como Harvard, Yale, Stanford, University of Chicago e Princeton.

Requisitos para inscrição:

- Ter nacionalidade brasileira e residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção
- Ter diploma de bacharelado ou equivalente, com duração regular mínima de quatro anos, em instituição brasileira de ensino superior reconhecida pelo MEC
- Não ter cursado ou estar cursando doutorado ou ter título de doutor em qualquer área do conhecimento
- Ter disponibilidade para dedicar-se integralmente às atividades propostas e aprovadas durante todo o período da bolsa
- Proficiência em inglês com teste realizado após 1 de agosto de 2019: Toefl iBT 102 ou superior; Ielts 7,5 ou superior

Interessados devem finalizar sua candidatura online até 11 de março de 2020. O edital completo do programa pode ser consultado no site da Comissão Fulbright Brasil.

Para mais informações sobre o edital entre em contato pelos e-mails fulbright@capes.gov.br ou phd@fulbright.org.br.

Sobre a Comissão Fulbright:

O programa da Comissão Fulbright se iniciou em 1957 e já beneficiou mais de 3.500 brasileiros. No mundo, já foram concedidas mais de 370 mil bolsas de estudo, pesquisa e docência a cidadãos norte-americanos e de outros 150 países.

Andrea Tissenbaum, a Tissen, escreve sobre estudar fora e a experiência internacional. Também oferece assessoria em educação e carreiras internacionais.

Entre em contato: tissen@uol.com.br

Siga o Blog da Tissen no Facebook, Twitter e Instagram.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Bolsas CAPES – Fulbright Brasil para doutorado pleno nos EUA

São até 20 bolsas para desenvolver pesquisa nas melhores universidades dos Estados Unidos a partir de 2021. Inscrições até 11/03.

A Comissão Fulbright Brasil em parceria com a **Capes** está oferecendo até 20 bolsas de doutorado pleno para desenvolvimento de pesquisa nas melhores universidades dos Estados Unidos em 2021. Candidatos de todas as áreas de avaliação contempladas pela **CAPES** podem se inscrever. O programa cobre os três primeiros anos da bolsa nos EUA e os demais anos devem ser cobertos pela universidade americana.

O processo seletivo terá fases no Brasil e nos EUA, uma vez que a bolsa só será implementada se o candidato pré-selecionado no Brasil for admitido em uma universidade de excelência. Dentre as Highest Research Activity (R1) Doctoral Universities americanas, estão instituições como Harvard, Yale, Stanford, University of Chicago e Princeton.

Requisitos para inscrição:

- Ter nacionalidade brasileira e residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção
- Ter diploma de bacharelado ou equivalente, com duração regular mínima de quatro anos, em instituição brasileira de ensino superior reconhecida pelo MEC
- Não ter cursado ou estar cursando doutorado ou ter título de doutor em qualquer área do conhecimento
- Ter disponibilidade para dedicar-se integralmente às atividades propostas e aprovadas durante todo o período da bolsa
- Proficiência em inglês com teste realizado após 1 de agosto de 2019: Toefl iBT 102 ou superior; Ielts 7,5 ou superior

Interessados devem finalizar sua candidatura online até 11 de março de 2020. O edital completo do programa pode ser consultado no .

Para mais informações sobre o edital entre em contato pelos e-mails ou

Sobre a Comissão Fulbright:

O programa da Comissão Fulbright se iniciou em 1957 e já beneficiou mais de 3.500 brasileiros. No mundo, já foram concedidas mais de 370 mil bolsas de estudo, pesquisa e docência a cidadãos norte-americanos e de outros 150 países.

Andrea Tissenbaum, a Tissen, escreve sobre estudar fora e a experiência internacional. Também oferece .

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Cinco razões pelas quais o Enem não vai mudar agora

Falta de quantidade grande de perguntas e confusões no MEC estão entre elas

As ideias que circulam de mudanças este ano no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) são exatamente isso, ideias. Uma delas é de que a prova passaria a ser seriada, ou seja, haveria um exame em cada ano do ensino médio. Fontes do Ministério da Educação (MEC) garantem que não há um estudo formal sobre isso e que os técnicos, sobrecarregados, são contra uma eventual grande mudança. São várias as razões:

As questões que fazem parte da prova não são questões comuns. Como contei nesta coluna, elas são feitas por professores de universidades federais e precisam passar por um teste antes de serem consideradas aptas para fazerem parte do Enem. Esse é um processo lento e cuidadoso. Depois desse chamado pré-teste das questões (que é como se fosse um Enem de mentira aplicado a um grupo de estudantes), aí as questões são colocadas na escala, que vai de 400 a 1000, do exame. Entre outras coisas, são classificadas como difíceis, muito fáceis ou que induzem ao erro por estarem malfeitas.

Desde 2009, o processo é esse. E, desde 2009, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que é o responsável pela prova no MEC, não consegue ter um estoque de perguntas robusto. Seriam necessárias muitas milhares de questões ou itens, como são chamados pelos estatísticos, para que o Brasil conseguisse fazer uma prova para cada ano do ensino médio. E, hoje, o Inep mal consegue fazer um exame por ano com itens todos pré-testados, imagine três? Um Enem seriado, dizem as fontes, só seria possível depois de 2023 e olhe lá.

Seria preciso mudar também a matriz do Enem

O Enem tem uma lista de conteúdos (chamada de matriz) que engloba os três anos do ensino médio, não há uma separação de conteúdos por série. Ou seja, as questões juntam o que se aprende hoje no 1º ano do ensino médio com o que aparece só no 3.º ano, por exemplo.

Se for preciso criar itens separados para cada ano, voltamos ao problema descrito acima. O processo é demorado e não é possível de ser realizado em menos de um ano, de maneira correta e segura. Lembrando que a prova tem 180 questões.

O Enem deve antes se adequar à reforma do ensino médio

Em 2017 foi instituída a reforma do ensino médio, que faz o antigo colegial ser dividido em duas partes. Uma delas é comum, com os conteúdos obrigatórios (Português, Matemática, História etc), e outra, em que os alunos podem escolher entre cinco áreas: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e ensino técnico. A

ideia é a de flexibilizar o ensino para os adolescentes, que se sentem distantes da escola hoje. Em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio também foi aprovada seguindo a mesma linha.

O Enem, portanto, aplicado no fim do ensino médio, precisa seguir o novo modelo. As escolas estaduais e particulares já começam a tentar fazer mudanças, mas se o Enem passar a cobrar o que se ensina nesse novo ensino médio é um empurrão sem tamanho.

Essa é uma das incumbências dos técnicos do Inep neste ano, para tentar implementá-la em 2021. Mas, mais uma vez, o processo de fazer novas questões é lento. Equipe ainda trabalha para tentar por de pé o Enem digital

A equipe do Inep ainda mal começou a trabalhar no Enem digital, por causa dos problemas do Enem 2019 agora em janeiro. Os técnicos estão sobrecarregados. Será um exame piloto, para 100 mil pessoas, mas precisa ser muito bem pensado do ponto de vista de tecnologia de informação e também de logística. A prova pelo computador deve ser feita com toda a segurança que a presencial, mas como nunca foi feita, os riscos ainda precisam ser estudados. Apenas este mês os trabalhos nesse sentido começarão. Há muitas incertezas na gestão do MEC

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o Inep mudou três vezes de presidente. A diretoria que cuida do Enem ficou meses sem titular. O ministro já foi trocado uma vez e o atual, Abraham Weintraub, sofre pressões de todos os lados para deixar o cargo. Deputados liderados por Tábata Amaral (PDT-SP) foram ao STF nesta quarta-feira pedir o impeachment do ministro. Não é fácil ter projetos ou mesmo planos de longo prazo em um ministério tão instável.